

VOLUME VI

ANO 2017

eling^{UP}

Revista electrónica de linguística
dos estudantes da Universidade
do Porto
*A students' e-journal of
Linguistics from the University of
Porto*

ÍNDICE

Entrevista à Professora Doutora Maria Helena Mira Mateus 3 - 13

Artigos

1.º ciclo

Demonstrativos em Português Europeu: Deixis e Anáfora 14 - 30
Andreia Fragoso

A Construção da Imagem do Colonizador na Revista 31 - 55
Portugal Colonial
Joana Ferreira

***Ser, estar e ficar* em construções com adjetivos e participios** 56- 82
Rute Alexandra Félix Rebouças

2.º ciclo

Degree Achievements. Um estudo comparativo 83 - 101
entre português europeu e inglês
Inês Ferreira

Entrevista à Professora Maria Helena Mateus

A Doutora Maria Helena Mira Mateus é Professora Catedrática Jubilada da Universidade de Lisboa, em cuja Faculdade de Letras ensinou desde 1965. Foi a principal responsável pelo início do estudo da língua portuguesa no enquadramento teórico da Linguística Generativa de Chomsky. Entre outros cargos, presidiu à Associação Portuguesa de Linguística (APL). É autora de inúmeros de livros e artigos nas áreas da fonologia e morfologia do português. A sua enorme



relevância no estudo da língua portuguesa foi motivo para a presente entrevista da revista *eling*^{UP}, cuja gravação teve lugar na Faculdade de Letras da Universidade de Porto, no dia 7 de junho de 2017. Durante a entrevista, tratámos primeiramente de aspetos biográficos da Professora, seguindo-se algumas questões acerca de alguns problemas fonológicos que despertaram em nós uma especial curiosidade e, por fim, procurámos que a entrevistada nos desse a sua opinião sobre algumas questões da atualidade da Linguística em Portugal, bem como perspetivas de futura investigação. Esperamos que o resultado final agrade e interesse a estudantes, investigadores e ao público em geral. Para nós, entrevistadores, foi uma oportunidade marcante de crescimento pessoal e científico. Por isso, e pela disponibilidade e simpatia, agradecemos à Professora Doutora Maria Helena Mira Mateus.

Violeta: Ficámos a saber há pouco tempo que a Senhora Professora tem andado ocupada com a redação das suas Memórias. Uma notícia que é, naturalmente, entusiasmante para qualquer estudante ou apenas interessado pela Linguística e pela língua portuguesa. Como tem sido essa experiência de rememoração de uma vida tão profissionalmente preenchida e rica como a da Professora?

Maria Helena Mateus: Estou muito entusiasmada, sobretudo em relação à primeira parte: a infância, a adolescência, a entrada na faculdade em 1949, o casamento, o nascimento dos meus seis filhos. Eu frequentei um colégio de freiras, onde fui “endoutrinada”, tendo ido

depois para a faculdade. Era uma menina daquele tempo: bem-comportada, católica, mais tarde católica progressista – e isso já era um progresso! Foi no tempo em que ensinava na faculdade (a partir de 1965) que “encontrei” a Linguística Generativa e fiquei apaixonada. Mais tarde, com os meus alunos, percorri um longo caminho. O entusiasmo era tão grande! E depois veio o 25 de Abril!

Carlos: Uma das perguntas era precisamente sobre isso, sobre o que a atraiu para a área das Ciências da Linguagem em Portugal, porque a análise linguística cá, sobretudo numa perspectiva sincrónica, como a Senhora Professora lembra no seu artigo “Ciência da Linguagem em Portugal”, à parte alguns trabalhos, como o de Gonçalo Viana e outros estudiosos do final do século XIX e início do XX, não tinha grande tradição nem dimensão no nosso país, na sua juventude. Assim sendo, poderia dizer-nos o que a atraiu para esta área no início da sua carreira académica?

Maria Helena Mateus: Eu fiz o curso de Filologia Românica entre 1949 e 54, e tive um professor, o Professor Luís Filipe Lindley Cintra, por quem estávamos todas apaixonadas! Claro que não passava de uma paixão platónica (*risos*). Durante o curso criei um programa de rádio que se chamava “Leitura de Poesia”, emitido pela Rádio Universidade. Em cada programa, eu escolhia determinado poeta e pedia a colaboração de uma pessoa que tivesse trabalhado sobre ele. O programa era apresentado por mim e pelo meu convidado. O que eu queria era ter a oportunidade de dar a conhecer poetas contemporâneos de língua portuguesa, isso era uma das coisas que gostava de fazer. Um dia, escolhi falar de Sebastião da Gama e convidei o Professor Lindley Cintra para colaborar no programa dado o seu profundo conhecimento e admiração pelo poeta. Foi durante essa conversa com o Cintra que ele me passou a sua paixão pela literatura e pela poesia portuguesa, mas também o interesse pelo estudo da língua. Lembro-me do tempo em que ele era Assistente do Vitorino Nemésio (ainda Assistente, apesar de já ter o doutoramento feito em 1954, vinte anos antes do meu). A disciplina – Filologia Portuguesa – era lecionada pelo Professor Nemésio, que chegava à sala, falava do que lhe dava prazer, dizia coisas muito interessantes e nós gostávamos de o ouvir, mas não aprendíamos nada! Vinha depois o Assistente, que nos ensinava as assimilações, as dissimilações, todos os fenómenos fonéticos, os étimos, o percurso na história da língua, enfim, os temas que constituíam o objeto de estudo da língua nessa altura. As licenciaturas terminavam com uma tese (e assim foi até 74), a minha foi sobre “A

Linguagem Popular de Lisboa”. A realização da tese teve para mim muita importância, não só porque aprendi a fazer investigação, mas também porque, para recolher dados, tive que percorrer Lisboa e então conheci um pouco a forma de viver no meio da pobreza. Nessa altura, nem os acessos à ponte Duarte Pacheco tinham sido construídos! Aquilo eram furnas, buracos onde as pessoas viviam em conjunto e em famílias. Até cheguei a “ganhar” um afilhado porque eu ia lá muitas vezes conversar com os habitantes para tomar nota de características do seu modo de usar a língua. Observava aspetos semânticos, lexicais, fenómenos fonéticos ou morfológicos e palavras transformadas. Ainda tenho um exemplar dessa tese que olho com carinho.

Quando acabei o curso, casei, tive seis filhos e, portanto, precisava de encontrar um trabalho que me interessasse e concorresse para o salário familiar. Como licenciada em Românicas, o meu destino profissional era o de professora de português e francês no ensino liceal, mas não podia ser professora definitiva sem ter feito um estágio de dois anos (sem remuneração). Concorri para estagiária, entrei no estágio, a minha metodóloga de francês era a Professora Maria Emília Marques e, na turma do liceu Pedro Nunes que nos cabia em sorte, era nosso aluno o Marcelo Rebelo de Sousa. No final do estágio, em 1960, decidi procurar um trabalho de investigação que me agradasse e me permitisse esperar o convite que eu desejava receber para ensinar na Faculdade de Letras. Procurei o Professor Cintra, que me sugeriu a realização de uma edição crítica d’*As novelas do Minho*, de Camilo Castelo Branco. Aceitei a proposta com grande entusiasmo e tirei benefício, pois aprendi o que significava preparar uma edição crítica. Quando a terminei, em 1961, recorri novamente ao Professor Cintra, que me deu a conhecer a existência, no Escorial, de um manuscrito inédito em português do século XV, de cuja edição crítica eu podia incumbir-me. A obra era *A vida e feitos de Júlio César*, uma tradução portuguesa de uma antologia francesa do século XIII constituída pelos textos latinos que relatavam a vida de César. Aceitei a sugestão e andei vários anos apaixonada (e ainda estou) por aquele homem extraordinário, Júlio César, e pelo seu papel na história da humanidade.

Entretanto chegou 1965 e fui convidada por Luís Cintra para trabalhar na Faculdade de Letras. Desde o início me orientei para a análise da língua. Nessa ocasião, os meus fundamentos no ensino e na investigação do português eram estudos da gramática tradicional e uma tendência para a visão estruturalista do funcionamento da língua. O que fazia nas aulas baseava-se na descrição da evolução dos sons do português através de sistemas estruturais:

o sistema dos pronomes, o sistema das vogais e consoantes, o sistema verbal, etc. Também comecei a perceber que o Estruturalismo podia acabar em si próprio, sem possibilidade de sair do circuito que criava sobre si mesmo. Foi por essa altura que eu e os meus alunos mais interessados, tomando em consideração o que o Estruturalismo nos ensinava, procurámos ir mais além e integrar no âmbito da linguística preocupações teóricas gerais. Foram essas preocupações que nos permitiram refletir sobre a língua e a linguagem, e sobre a relação do homem com a própria língua. Estudámos obras de ideólogos e filósofos como Humboldt, Saussure, Bloomfield e revisitámos conhecimentos adquiridos no ano anterior, na disciplina de Introdução aos Estudos Linguísticos. No ano 67/68 a turma de linguística integrava alunos com quem fiz o primeiro (e o principal) caminho até à Linguística Generativa. Criámos o Grupo de Estudos de Linguística Teórica (GELT) do qual faziam parte eu, o José Meireles, o Eduardo Paiva Raposo, a Isabel Faria e a Maria Emília Marques (de breve permanência no grupo). Lembro-me que o José Meireles, que tinha uma capacidade de raciocínio teórico excepcional, entrou um dia na sala do GELT e disse “encontrei um livro que vai cupular as nossas buscas” – eram as *Estruturas Sintáticas* de Chomsky, de 1957, que nos chegava com dez anos de atraso. Estávamos no início de encontrar respostas às nossas questões sobre a constituição das gramáticas das línguas, sobre a relação entre o processamento mental e o funcionamento dos elementos gramaticais e sobre a independência da gramática. Pouco a pouco, fomos conhecendo outras propostas de Chomsky sobre a criação de uma teoria geral com a propriedade de *gerar* uma gramática e com poder explicativo e de avaliação que devia possibilitar a escolha da melhor gramática (só agora compreendo que teria sido possível criar uma proximidade de base teórica entre a teoria generativa e a teoria em que se fundamentava o trabalho realizado pelo Professor Óscar Lopes na *Gramática Simbólica do Português*).

Em 1970, num colóquio sobre “Epistemologia das Ciências do Homem” que teve lugar em Lisboa, apresentámos uma comunicação denominada *Teoria Linguística e Universais Linguísticos*. Ainda há pouco tempo um amigo me dizia que nessa altura tinha sido desafiado para assistir à apresentação da nossa comunicação, e que lhe tinham dito: “Vai haver uma apresentação sobre gramática à qual até já chamam “uma forma de epistemologia” embora se trate de linguística. Vem ouvir porque isto é uma coisa diferente!”. Nesse mesmo ano, pedi uma bolsa à Gulbenkian e fui para Paris preparar a minha tese de doutoramento, que veio a constituir a primeira obra sobre o português com orientação generativa.

Violeta: Nós tínhamos perguntas mais específicas, mais dentro da área da fonologia. A primeira delas era a propósito da reformulação de pontos de vista que a professora possa ter tido inicialmente. Por exemplo, quando a Senhora Professora se refere à representação teórica das vogais semiabertas e semifechadas em português, em alguns trabalhos a Senhora Professora defende que essa representação é pós-lexical e noutros já defende que é lexical. Gostaríamos de saber que dados é que levaram a essa oscilação e, neste momento, qual é a posição que defende.

Maria Helena Mateus: A oscilação entre a aplicação da regra de Harmonização Vocálica sobre a vogal do radical parece resultar da classificação gramatical da palavra – nome ou verbo – que terá de ser especificada na representação subjacente da palavra.

A hipótese que proponho pode resumir-se da seguinte forma: na fonologia portuguesa existe uma relação morfofonológica entre as vogais baixas (ou abertas), médias (ou semiabertas) e altas (ou fechadas) do radical verbal e a vogal temática das conjugações em *-e-*, em *-i-* e em *-a-*. A teoria autosegmental em que eu trabalhava quando investiguei pela primeira vez esta particularidade do português permite tratar, autonomamente, os segmentos da representação lexical e os respetivos traços que também podem ser autónomos. Para explicar a Harmonização Vocálica, procurei responder à seguinte pergunta: como é que poderíamos marcar as vogais do radical em certas formas verbais de maneira a que elas se comportem como baixas nos verbos da primeira conjugação, como médias ou altas nas duas outras conjugações? Foi nessa ocasião que me servi do conceito de especificação que pertence às propriedades das representações lexicais subjacentes. Propus então que as representações lexicais integrem o traço da classe de palavras que estamos a analisar – verbos ou nomes – ou seja, a classe dos nomes e a dos verbos têm representações subjacentes diferentes no que respeita à especificação do traço de *altura* (a vogal do radical é completamente especificada na representação subjacente dos nomes e é subespecificada na representação dos verbos).

O artigo em que explico esta proposta está incluído no meu livro *A Língua Portuguesa: Teoria, Aplicação e Investigação* publicado pelas edições Colibri em 2014. Aí se encontram outros artigos que correspondem a resultados da investigação feita no decurso de vários anos, em questões de fonologia do português.

Carlos: Mas então, nesse caso, a Senhora Professora propõe que a distinção entre vogais semiabertas e semifechadas seja uma questão de harmonização vocálica? Ou seja, que estes dois graus de abertura sejam, fonemicamente, um só?

Maria Helena Mateus: Na conjugação, sim, é uma questão de harmonização vocálica, visto que a vogal do radical se harmoniza, no traço de altura, com a vogal temática.

A consideração de se tratar de um único segmento ou de mais do que um não me interessa muito. O que é importante para mim é a definição dos traços dos segmentos fonológicos na representação subjacente e dos acidentes de percurso até à sua realização fonética. No nível subjacente, eles têm traços universais que os distinguem entre si e são sujeitos à aplicação de regras de funcionamento próprias de uma língua particular (neste caso, o português). Na minha hipótese, os segmentos da representação subjacente de uma forma verbal ou nominal são distintos no traço de altura: subespecificados, no que respeita à altura nas formas verbais, e especificados, nas formas nominais. Em princípio, portanto, os segmentos “têm em conta” a classe gramatical a que pertence a palavra. Eu gosto muito de dizer, brincando, a propósito da natureza hipotética de muitas propostas: “*si non è vero, è bene trovato*”.

Violeta: E agora, após cerca de 50 anos de Gramática Generativa, que caminhos é que a linguística deve tomar?

Maria Helena Mateus: Que caminhos é que a linguística deve tomar? Eu não sei que caminhos a linguística deve tomar, só posso dizer o que é que eu faria se voltasse ao início da minha vida profissional. E faria sem dúvida mais aplicação da teoria e das propostas teóricas. A teoria da gramática generativa que encontrei “no meio do caminho da minha vida” foi realmente para mim uma paixão. Quando construía uma hipótese para explicar uma questão de fonologia em certo enquadramento, sempre me sentia entusiasmada com a possibilidade de tratar a gramática integrada numa teoria geral formalizada, de conceber o uso da língua em interação com o processo cognitivo da linguagem e da sua dimensão universal. No que respeita à aplicação da teoria em aspetos concretos do uso e do ensino da língua – e sobretudo no que toca às ciências humanas – a universidade portuguesa está muito afastada da aplicação em dados da realidade.

Na linguística, como em qualquer ciência, não há certezas. Ontem¹, o Kleiber fez observações divertidas e disse-me que tinha acontecido uma coisa grave ao Chomsky, que ele tinha ficado completamente destruído... Mas porquê? Porque, no fundo, no fundo, no fundo, ele só encontrou a superfície (*risos*). Na realidade, todas as descobertas constituem aquilo que vamos fazendo e como vamos descobrindo o que procuramos. Por exemplo, o conceito de especificação para mim foi essencial para propor um caminho que permitisse explicar os dados de superfície da língua no que respeita à Harmonização Vocálica dos verbos em português. Eu continuo a achar que o modelo generativo nos permite ir muito longe, mas é imprescindível entrar no terreno da realidade para avaliar a adequação e os resultados das hipóteses construídas e das propostas apresentadas. Não tenho dúvida de que muitos estudos têm sido realizados pelos jovens fonólogos com aplicação aos dados da língua portuguesa. Mas considero que muito mais se pode fazer com aplicação da teoria sobre dados reais. A propósito de aplicação e pensando na minha área de eleição, lembro-me que em 1977 frequentei o *Summer Institute* com uma bolsa da Fundação Fulbright. Nesse ano, o *Summer* funcionou na Universidade do Havai. Inscrevi-me num curso de fonética, as aulas eram na parte da manhã, de tarde tínhamos o laboratório de fonética à nossa disposição, quem quisesse podia ir para lá fazer audiogramas e espectrogramas. Na Faculdade de Letras, em Lisboa, nunca nos tinham dado uma oportunidade assim, para que nós experimentássemos as nossas “descobertas”. Posso dizer, pelo menos, que, na vossa geração, há muita coisa que podem explorar. Afirmo novamente que a aplicação da teoria é hoje, mais do que nunca, necessária. Por isso, é melhor que as pessoas que ainda estão ligadas à universidade façam realmente a aplicação do seu trabalho teórico para perceberem melhor como funcionam as hipóteses que formulam e a que resultados levam.

Violeta: Em relação ao estudo da linguística agora, no século XXI, nós temos uma pergunta especial para lhe fazer. Como estudantes de linguística, às vezes somos olhados com uma certa desconsideração por grande parte das pessoas com quem convivemos no nosso dia-a-dia, as quais nos perguntam: “Para que é que isso serve?” “Que futuro vais ter com isso?” Isso dever-se-á, em parte, a alguma desvalorização dos estudos das ciências humanas em Portugal, que se reflete no desinteresse pela língua portuguesa. Tendo em conta os anos de

¹ A entrevista à Professora Maria Helena Mateus teve lugar no último dia do *Colóquio Internacional de Homenagem ao Professor Óscar Lopes*. No dia anterior, a sessão plenária fora preenchida com a intervenção do Professor Georges Kleiber, após a qual ele e a Professora Maria Helena Mateus terão tido oportunidade de conversar.

experiência que a Senhora Professora tem nesta área científica, e como apaixonados que somos por esta área, gostaríamos de saber como vê o futuro da linguística?

Maria Helena Mateus: Quando as pessoas sabem que eu sou linguista, mas não conhecem o que é que isso quer dizer, fazem-me geralmente três perguntas. Uma é: “Quem é que fala bem e onde é que se fala bem?”. E a mim só me apetece bater-lhes (*risos*). A segunda pergunta é: “De onde é que veio esta palavra?”. Eu respondo: “Eu não sou nenhum dicionário ambulante, veja um dicionário etimológico.” A terceira é: “Como é que se escreve essa palavra?”. São três perguntas matadoras, são péssimas para a linguística porque restringem e manipulam o seu campo de ação. Hoje, o Professor Rodolfo Ilari² falou sobre o livro que o Oswald Ducrot escreveu (conhecido pela expressão: *On dit, on ne dit pas*) e disse que não é isto que se quer das análises da língua, que a língua é muito mais do que algumas perguntas que nos são feitas. Os conceitos de “onde” e “como” se fala melhor uma língua representam quase sempre preconceitos de classe, preconceitos sociolinguísticos. Quando eu comecei a estudar na faculdade, os dialetos eram, para nós “a fala dos pobrezinhos do interior do país”. E depois, quando aprendemos em linguística que um dialeto é simplesmente a marca linguística da região a que pertencemos, e que todas as marcas têm o mesmo estatuto, percebemos que os dialetos são o que caracteriza a nossa forma de falar com origem em diferentes regiões. Essa consciência da nossa identificação pela fala foi benéfica em muitos aspetos e também impulsionou com vantagem o atual estudo dos crioulos. Em Cabo Verde, por exemplo, o *crioulo* desenvolveu-se pelo facto de se tratar de ilhas desertas que foram povoadas pelos escravos que os portugueses traziam da costa ocidental da África. Para falarem com os portugueses e para se entenderem entre si, criaram, a pouco e pouco, formas de comunicação que têm palavras, expressões, construções sintáticas que provinham de línguas diferentes – as suas línguas nativas – e têm uma base da língua do descobridor (base portuguesa, espanhola, francesa...). Uma das características dos crioulos é a de se terem desenvolvido na época dos descobrimentos e, diversamente do *pidgin*, serem transmitidas como línguas de geração em geração.

² Rodolfo Ilari foi um dos fundadores do Departamento de Linguística da Universidade Estadual de Campinas, no qual trabalhou até 2007. Enquanto investigador e linguista, trabalhou essencialmente nas seguintes áreas: linguística românica, semântica, pragmática e ensino da língua materna. Publicou vários livros destinados ao ensino da linguística. Entre os anos 2009 e 2013, foi editor da Revista da ABRALIN. Foi o orador convidado da sessão plenária do *Colóquio Internacional de Homenagem ao Professor Óscar Lopes*, no dia 7 de junho de 2017, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Quando falamos com alguém que não está por dentro das questões discutidas pelos linguistas é que percebemos o quanto a língua é utilizada para veicular sentimentos de classe. Nos países considerados desenvolvidos, a escolarização é da maior importância e, quando alguém fala ou escreve, denuncia o seu nível de escolarização. Mas não podemos confundir as duas coisas: a “escolarização” tem uma função concreta de inserir a pessoa num determinado lugar social, a “língua” que todos usamos está relacionada com a expressão de necessidades ou sentimentos e é património de todos os que a falam.

Carlos: Mas não quer dizer que as pessoas aceitem sempre o raciocínio que nós estamos a propor. A Senhora Professora, por exemplo, na sua obra *O Essencial sobre a Linguística*, tentou fazer uma divulgação daquilo que se faz em linguística, mas teve a preocupação de combinar a escrita académica (o que se fazia em investigação) com um texto destinado ao público em geral. Foi uma excelente forma de explicar às pessoas o que fazemos como linguistas, mas, mesmo assim, acho que está tão enraizado na nossa cultura e na nossa mentalidade que a linguística serve para dizer quem é que fala bem, quem é que não fala bem e de onde é que as palavras vêm, que é muito complicado.

Maria Helena Mateus: Eu acho que só se pode mesmo incentivar as pessoas a estudarem e difundirem um certo tipo de conhecimento se acreditarem no que fazem e se isso lhes der prazer. A relação da produção linguística com os processos mentais, por exemplo, ou com o mecanismo cerebral, são áreas que estão por explorar e que, de certa forma, levam a atribuir maior respeito pelos estudos linguísticos, pois aí entramos numa área em que as pessoas “sabem que não sabem nada”. Os livros do Chomsky que lembram a afirmação de Descartes sobre a existência de uma “faculdade da linguagem” inata e universal foram uma coisa espantosa quando apareceram, mas agora há tanta coisa ainda a fazer – há todos os problemas de linguagem, como as afasias, as dificuldades de pronúncia ou o estudo da evolução da criança através da linguagem, entre outras áreas. O que acontece é que muitas vezes as pessoas consideram que é importante para elas próprias o saberem como se diz e onde se diz, ficam ocupadas com essas questões e não exploram outros aspetos.

Carlos: Em relação ao acordo ortográfico, há uma polémica enorme pelo país fora. Enquanto estudantes de linguística, sabemos que a primeira pergunta que as pessoas fazem é “Estás a favor?” “Estás contra?”. Há ainda quem, mesmo dentro do meio académico, diga

que o AO falhou no objetivo de unificar a língua portuguesa e os países lusófonos. O que é que se poderia dizer a estas pessoas todas?

Maria Helena Mateus: A mim não me interessa absolutamente nada entrar nessa luta, em primeiro lugar porque a escrita é secundária em relação à fala (que é o que quero estudar), em segundo lugar, porque a ortografia tem uma forte componente convencional. Eu já passei por três acordos. Quando era pequena, todas as palavras com o sufixo *-mente*, derivadas de uma palavra que tivesse um diacrítico a indicar a vogal acentuada (o chamado “acento agudo”), precisavam igualmente de um diacrítico, mas diferente (o chamado “acento grave”). O não escrever o diacrítico implicava errar, e os erros de ortografia sempre tiveram influência nas notas. Em segundo lugar, quando aprendi a escrever, *mãe* e *quase* terminavam em *-i*, e sem nenhuma explicação fui informada que essas palavras passavam a terminar em *-e*. Para mim era apenas uma convenção, agora as pessoas acham que não é uma convenção. As pessoas têm dificuldade em aceitar a alteração daquilo que aprenderam em determinada ocasião, mas essa dificuldade aparece em tudo, não é só na escrita. O Professor Lindley Cintra já defendia, no seu tempo, a supressão das consoantes mudas e dizia que realmente não eram necessárias. Os erros têm que ver fundamentalmente com a memória, com o treino que se adquire na escola e com o respeito que se pode ter pela professora. Não se deixem desmoralizar! Toda a gente fala e pode falar sobre o acordo ortográfico. Eu fiz o meu estágio num liceu que incluía, no segundo ano, uma palestra para a qual eu escolhi como tema a ortografia. E então o que fiz? Enviei uns textos para todos os liceus de Portugal (Continente), mais precisamente para os professores do primeiro, do terceiro e do quinto anos. Entretanto, tinha feito uma pesquisa que classificava os erros de ortografia da seguinte maneira: erros gramaticais, erros de uso e erros de fonética. Esses textos que enviei para os liceus apresentavam a possibilidade de ocorrência de todos aqueles erros. Os professores deveriam ditar o texto e fazer a correção de acordo com os critérios que eu tinha enviado. Em seguida, verificavam as percentagens de cada erro. Esta história tem a ver com o acordo ortográfico, pois, se as pessoas tivessem feito uma pesquisa sobre a percentagem de erros que as crianças fazem, já podiam dizer, por exemplo, que as consoantes mudas não são necessárias, e aí tinham uma justificação linguística e não só política. No meu artigo “Sobre a natureza fonológica da ortografia portuguesa”, cheguei à conclusão de que a natureza da ortografia é fonológica, o que quer dizer, por exemplo, que o grafema /o/ pode representar diferentes sons. A vossa luta deve ser feita em todos os aspetos que se prendam com a língua que falam,

mas não percam muito tempo a justificar o que muitas vezes não precisa de justificação. Até porque, ao contrário de outras áreas, para trabalhar com a língua não precisamos de muito dinheiro. Todas as ciências humanas têm este aspeto que é estarem as pessoas em interação umas com as outras, independentemente do conhecimento acumulado. Portanto, tudo o que está ligado às pessoas vai ter toda a gente a falar. E quanto à linguística, são vocês que têm de a tornar conhecida e de lhe concederem um alto estatuto – é uma ciência como as outras!

ASPETOS DOS DEMONSTRATIVOS EM PORTUGUÊS EUROPEU: DEIXIS E ANÁFORA

Andreia Fragoso¹

andrea.sofia.fragoso@gmail.com

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO (PORTUGAL)

RESUMO. O presente trabalho foi realizado no âmbito da unidade curricular Projeto da Licenciatura em Ciências da Linguagem, incidindo sobre a análise de cadeias anafóricas em construções com os demonstrativos *este/esse/aquele*. Para a recolha de dados foram utilizados dois *corpora* escritos (CETEMPúblico e *Corpus de Referência do Português Contemporâneo*). Os principais objetivos deste trabalho consistem em verificar a diferença de significado entre *este* e *esse*, analisar os contextos anafóricos em que surge *aquele*, observar em que medida o tempo verbal influencia o uso do demonstrativo e, por fim, fazer uma breve apresentação do artigo definido e perceber de que forma estabelece uma relação com os demonstrativos.

PALAVRAS-CHAVE. Sistema demonstrativo, Cadeias anafóricas, Artigo definido.

ABSTRACT. This research paper focus on the analysis of anaphoric chains in constructions with the demonstratives *este/esse/aquele*, and it was developed within the unit course of *Projeto*, which is included in the Language Sciences undergraduate degree. For the data collection, two written *corpora* (CETEMPúblico and *Corpus de Referência do Português Contemporâneo*) were used. The main objectives of this work are to verify the difference of meaning between *este* and *esse*, to analyze the anaphoric contexts in which it appears *aquele*, to observe to what extent verbal tenses influences the demonstrative use and, finally, to make a brief presentation of the definite article and to understand in what form it establishes a relation with the demonstratives.

KEY-WORDS. Demonstrative system, Anaphoric Chains, Definite article.

1 – Introdução

No presente trabalho, analisar-se-á o uso dos demonstrativos, quer em contextos dêiticos, quer em contextos anafóricos, a partir de exemplos retirados de dois *corpora* escritos, nomeadamente, o CETEMPúblico e o *Corpus de Referência do Português Contemporâneo*.

¹ Estudante do terceiro ano, do curso de Ciências da Linguagem, variante linguística, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

O método escolhido para a recolha de material consistiu na seleção de vários exemplos, contendo *este/esse/aquele* e as suas formas femininas e plurais. Em alguns casos, procedeu-se à manipulação de alguns exemplos, de modo a comprovar algumas propostas.

O trabalho está estruturado em seis secções. Na primeira secção, é feita uma breve contextualização do sistema demonstrativo, na qual são apresentados os conceitos teóricos que constituem a base deste estudo. A segunda secção incide numa explicação mais detalhada e aprofundada dos demonstrativos *este/esse/aquele*, baseada em Lopes (1972). A terceira secção descreve a metodologia adotada para a elaboração do presente trabalho. Na quarta secção, são analisadas as problemáticas colocadas inicialmente, sendo apresentados exemplos representativos. Na quinta secção, procura-se articular os demonstrativos com o artigo definido, com o objetivo de estudar os pontos convergentes e divergentes entre os mesmos.

Na secção final, é apresentada uma síntese dos aspetos fundamentais encontrados nesta análise. Observou-se que, em cadeias anafóricas, *este* e *esse*, embora possam ocorrer em contextos semelhantes, revelam significados diversos daqueles que se encontram quando são interpretados deiticamente. Para além disso, constatou-se que a articulação dos demonstrativos com os tempos verbais coloca alguns problemas, já que, por um lado, tem de ser analisada em função do tempo real, e por outro lado, tem de ser analisada em função do contexto de enunciação.

2 – Enquadramento teórico

2.1. A deixis e os demonstrativos

A deixis relaciona-se, etimologicamente, com o ato de apontar, através de palavras ou expressões linguísticas que assinalam as marcas de enunciação. O locutor constitui o elemento fulcral da enunciação, pois é a partir dele que se estabelecem as coordenadas do contexto, e o interlocutor corresponde à pessoa a quem se dirige o sujeito. Para além destes, a deixis refere-se ainda ao tempo e ao espaço do momento da enunciação, como refere Diessel (2012): “The term deixis refers to a class of linguistic expressions that are used to indicate elements of the situational and/or discourse context, including the speech participants and the time and location of the current speech event”. (Diessel 2012: 1).

Existem outros elementos linguísticos que podem ser usados deiticamente. Por exemplo, o objeto *x* pode referir uma entidade concreta num contexto situacional, acompanhado por um demonstrativo que seja capaz de relacionar o conceito do objeto *x*

com uma entidade concreta que faça parte da situação. Também é possível fazer referência a uma entidade por meios não linguísticos, tais como gestos e olhares, como afirma Diessel: “In general, as Levinson (2004) has pointed out, just about any nominal expression can be used deictically if it is accompanied by a communicative device that indicates a direct referential link between language and context.” (2012: 2).

Conforme Kaplan (1978), os falantes podem fazer alusão ao mesmo referente, contudo a demonstração pode ser diversa. Isto é, utilizam a mesma proposição, porém a descrição da entidade é realizada em momentos diferentes. Tal como afirma Kaplan (1978), “For example, a possible world may agree with the actual world up to the time at which some individual made a particular decision; the possible world may then represent an outcome of a decision other than the one actually taken.” (1978: 226). Os exemplos (1) e (2) de Kaplan (1978: 230-231) ilustram esta situação: neste caso, a proposição é igual, mas a descrição da entidade (*John*) é diferente.

(1) (*Falante 1*)

He (the speaker points at John, as John stands on the demonstration platform nude, clean shaven, and bathed in light) **is suspicious.**

(2.) (*Falante 2*)

He (the speaker points at John, as John lurks in shadows wearing a trench coat, bearded, with his hat pulled down over his face) **is suspicious.**

O sistema de demonstrativos do PE tem uma estrutura ternária, contudo alguns estudos mais recentes indicam um processo de transição do sistema ternário para o binário na variedade do Português do Brasil.

Para além de possuírem um sistema ternário, os demonstrativos podem desempenhar duas funções: uma função dêitica e uma função anafórica. A primeira faz alusão à localização relativa ao momento de enunciação e a segunda faz referência a um elemento do discurso, ou seja, os demonstrativos são empregues sempre que a sua interpretação está dependente de um antecedente expresso linguisticamente.

Neste sentido, de acordo com Halliday & Hasan (1976), a referência caracteriza-se pela recuperação de elementos linguísticos, que podem estar dentro ou fora do texto. Com a finalidade de estabelecer uma divisão entre estes dois tipos de referência, os autores

denominaram endofóricas as referências textuais e exofóricas as referências situacionais. Sendo assim, os demonstrativos podem desempenhar a função exofórica ou dêitica. Vejamos alguns exemplos retirados do *CETEMPúblico* e *Corpus de Referência do Português Contemporâneo*:

- (3) **Este** fim-de-semana e o próximo, como já vem sendo habitual nesta altura do ano, escasseiam as provas de estrada. (*par=ext595000-des-92b-1*)
- (4) 'Não arrumes já, deixa-me ver se bate certo! / ' e eu vou-me sentar a ver televisão e ele que arrume. / Não é um descanso? / Mas ele é um amor e, de vez em quando, dá-lhe uns ataques de ternura e de generosidade que compensam tudo. Quando comentei que precisava de ir ao cabeleireiro porque estava a ficar com o cabelo numa lástima, ele disse, para meu grande espanto: 'Vai, vai. Mas deixa-me oferecer-te **esse** luxo.' / 'Fiquei de cara à banda. Não é possível. E vai, e estende-me uma nota de mil escudos... (*R1990*)
- (5) É aqui que têm a chave da igreja? / » «É, sim senhor, mas agora não está cá», responde a mulher que veio à porta. / O viajante faz cara de catástrofe e torna à carga: «Se não está aqui, onde está? Venho de longe, ouvi falar das belezas da Igreja de Escarigo, e agora terei de me ir embora sem ver o que queria? » / Torna a mulher: «Pois é, mas a chave não está cá. Onde há outra é **naquela** casa, além. (*1157017*)

Os exemplos mencionados anteriormente têm a função dêitica, na medida em que os demonstrativos *este/esse/aquela* fazem alusão à localização relativa ao momento de enunciação. Por outro lado, também podem desempenhar a função endofórica ou anafórica, isto é, quando remetem para um elemento discursivo que antecede o pronome. Como refere Silva (2005), “[a] expressão anafórica é considerada como uma entidade subespecificada cuja especificação completa depende da sua relação com uma expressão antecedente, que ocorre no co-texto anterior.” (Silva 2005: 99). Para que se estabeleça uma relação entre o demonstrativo e o seu antecedente, é necessário transportar as propriedades léxico-semânticas do antecedente para a expressão anafórica. Observem-se os seguintes exemplos, retirados do *CETEMPúblico* e do *Corpus de Referência do Português Contemporâneo*:

- (6) Explica que a assembleia começou à hora prevista nos estatutos, já que **estes** estabelecem que, quando não estiver presente metade dos sócios inscritos, se aguarde uma hora para começar a sessão. (*par=ext1528005-eco-92a-2*)
- (7) Mulinowa sabe que com 20 cêntimos para remédios contra a febre ele poderia ter salvo a vida da sua criança. Mas não tinha **esse** dinheiro. (*noCOD_1064978*)
- (8) Essa má solução passa, exactamente, pela repristinação da situação prevista no Decreto-Lei n.º 144 / 94, assim pretendendo repor uma linha de crédito de 40 milhões de contos que já não existe. Daí

que tenhamos dito que, se esta linha de crédito está esgotada , o PSD , ao repriminar **aquele** decreto-lei , diz claramente aos agricultores que não vão ter dinheiro algum. (*noCOD_1010525*)

Como podemos observar, os exemplos anteriores têm a função anafórica, já que, para além dos demonstrativos fazerem alusão à localização relativa ao momento de enunciação, a interpretação do demonstrativo depende da relação com um antecedente expresso na frase ou no discurso.

2.2. *O que dizem algumas gramáticas*

Segundo Cunha e Cintra (1984: 329-330), os sistemas de demonstrativos têm as seguintes características:

1. *Este e esta indicam:*

- a) “o que está perto da pessoa que fala”
- (9) Esta casa ficará bonita.
- b) “o tempo presente em relação à pessoa que fala”
- (10) Esta tarde estará bom tempo.

2. *Esse e essa denotam:*

- a) “o que está perto da pessoa a quem se fala”
- (11) Empresta-me esse lápis, por favor.
- b) “o tempo passado ou futuro com relação à época em que se coloca a pessoa que fala”
- (12) Esses bons tempos já não voltam mais.

3. *Aquele e aquela designam:*

- a) “o que está afastado tanto da pessoa que fala como da pessoa a quem se fala”
- (13) Naquela casa vive a senhora Fernanda.
- b) “um afastamento no tempo de modo vago, ou uma época remota”
- (14) Naquele tempo as pessoas eram mais bondosas.

De acordo com Miguel & Raposo (2013), os demonstrativos são palavras fulcrais do sistema da dêixis espacial, pois permitem que o reconhecimento do referente de um sintagma nominal seja realizado com base na “proximidade ou afastamento do falante e/ou ouvinte” (2013: 863). O sistema demonstrativo português é composto por *este*, que “identifica um referente na proximidade do falante ou de um grupo que inclui o falante”, *esse*, que “identifica um referente na proximidade do ouvinte ou de um grupo que o inclui” e *aquele*, que “identifica um referente afastado quer do falante quer do ouvinte ou de grupos que os incluem” (2013: 863). Por este motivo, os demonstrativos estabelecem uma relação com as pessoas gramaticais. Por outras palavras, *este* corresponde à primeira pessoa, *esse* à segunda pessoa e *aquele* à terceira pessoa.

Os demonstrativos estão relacionados com o ato de “apontar” linguístico e têm como ponto de referência o falante e o ouvinte. Como referem Miguel e Raposo (2013), “(n)a realidade, o uso dos elementos dêiticos espaciais é frequentemente acompanhado de um gesto físico de apontar com o dedo indicador.” (Miguel & Raposo 2013: 863). A sua utilização na dêixis espacial subentende que os referentes integram o contexto situacional da enunciação. Este aspeto é considerado muito importante no uso dêitico dos demonstrativos, sendo denominado de condição presencial do referente.

3 – *Este/esse/aquele*

Segundo Lopes (1972), os demonstrativos *este/ esse / aquele* referem-se a objetos que se encontram situados num espaço de duas dimensões (comprimento e largura). Ao agrupar todos os elementos que constituem este plano, forma-se um espaço topológico. Por sua vez, esta topologia é constituída por discos abertos “discos de que se exclui a linha de periferia, ou fronteira” (1972: 135) e discos fechados “um conjunto considerado sem exclusão das suas fronteiras” (1972: 136). A partir destes conceitos, surge outro muito importante, o de vizinhança. Para explicar claramente este conceito, Lopes (1972) utiliza algumas expressões linguísticas como “perto”, “próximo” e “vizinho”, de modo a poder verificar-se que estas expressões não se referem necessariamente a *distância*:

(15) Estou quase lá.

(16) Estou perto de lugar X.

Vejam-se os seguintes exemplos adaptados da *Gramática Simbólica*:

- (17) O João está quase a chegar ao Brasil. (O João partiu de Portugal; a distância traduz-se em milhares de quilómetros)
- (18) A Maria está quase a chegar ao Algarve. (A Maria partiu do Porto; a distância traduz-se numa dezena de quilómetros)
- (19) A Ana está perto da cozinha. (A Ana veio do seu quarto; a distância traduz-se em alguns metros)

Com os exemplos acima mencionados, pode observar-se que, efetivamente, o conceito de *vizinhança* não está estritamente relacionado com *distância*, pois em cada exemplo estão expressas distâncias muito distintas entre si. Assim, Lopes (1972) argumenta: “Ora se tirarmos todas as consequências decorrentes dessa relatividade do ficar *perto ou quase*, passaremos a conceber as vizinhanças como não estando necessariamente associadas a qualquer distância, e como sucedendo-se em continuidade a partir do ponto, ou conjunto, a que nos referimos.” (Lopes 1972: 136).

Segundo Oliveira (1988), em cadeias anafóricas, a fixação entre os demonstrativos é realizada de forma escalar, isto é, a partir do contexto de enunciação, o referente pode tornar-se mais ou menos saturado. Sendo assim, com *este*, o referente está fixado no contexto de enunciação, visto que já pode ter sido introduzido ou pode estar presente fisicamente; *esse* exige que o referente já tenha sido referido anteriormente no enunciado, estabelecendo uma ligação entre o contexto de enunciação e uma enunciação que tenha sido feita anteriormente; e *aquele* requer a retoma do contexto de enunciação, podendo esta ser feita de duas formas, a saber: ou o interlocutor reconhece de imediato o referente em causa, ou é-lhe atribuída uma instrução que lhe permita realizar uma representação mental do enunciado.

4 – Metodologia

O *corpus* que serve de base para este estudo é constituído por 180 frases, em que 80 correspondem a *este*, 80 correspondem a *esse* e as restantes 20 a *aquele*, retiradas de dois *corpora* escritos (CETEMPúblico e *Corpus de Referência do Português Contemporâneo*).

Em primeiro lugar, serão apresentadas as razões que justificam a mudança de significado quanto aos demonstrativos *este* e *esse*. Em segundo lugar, apresentam-se exemplos com os demonstrativos *este* e *esse*, que contêm tempos verbais do passado, do presente e do futuro. O principal objetivo consiste em verificar se o tempo verbal influencia o demonstrativo utilizado. O demonstrativo *aquele* é analisado separadamente, devido às suas características semânticas. Neste caso, tornou-se interessante observar quais os tipos de

anáfora que ocorrem com *aquela*. Além disso, não foi possível realizar uma análise sobre a influência que os tempos verbais exercem em *aquela* devido ao número insuficiente de exemplos retirados. Por último, são expostos os pontos convergentes e divergentes entre o artigo definido e os demonstrativos.

5 – Cadeias Anafóricas

A anáfora é um processo interpretativo que consiste numa relação de dependência entre dois elementos e na atualização de expressões referenciais que podem ser usadas para denominar um referente que foi introduzido previamente no universo de objetos construído pelo texto (cf. Silva 2017:6). Deste modo, as relações que são tratadas e analisadas dizem respeito às cadeias anafóricas de referência nominal que se estabelecem, no mínimo, entre duas frases. Como foi anteriormente referido, o sistema demonstrativo em português é tripartido e, portanto, serão analisadas construções frásicas com *este/esse/aquela*.

Segundo Kaplan (1978), o uso do demonstrativo remete para uma situação ou objeto concreto: “[when] a speaker uses an expression demonstratively he usually has in mind- so to speak- an intended *demonstratum*(...)” (Kaplan 1978: 239). Desta forma, pode afirmar-se que as cadeias anafóricas são dotadas de co-referencialidade, visto que existe uma relação entre dois ou mais elementos que se referem à mesma entidade.

Após analisar os exemplos retirados do *CETEMPúblico* e do *Corpus de Referência do Português Contemporâneo*, observou-se que há diferentes tipos de anáforas construídas com os demonstrativos *este/esse/aquela*, tais como: retomas totais, indiretas, pronominais e retomas anafóricas de situações. As retomas totais integram “[o] núcleo da forma nominal que constitui o SN anafórico e que repete de forma total o núcleo da expressão com função de antecedente.” (Silva 2017: 6); as retomas indiretas são “(...) geralmente, constituídas por expressões nominais definidas ou pronomes interpretados referencialmente sem que lhes corresponda um antecedente (ou subsequente) explícito no texto.” (Marcuschi 2001: 217); nas retomas pronominais, “(o) termo anafórico é um pronome que retoma o valor referencial do antecedente.” (Silva 2017: 8) e, por fim, nas retomas anafóricas de situações, o termo anafórico recupera uma situação anteriormente mencionada.

Vejamos alguns exemplos retirados, neste caso, do CRPC: o exemplo (20) corresponde à anáfora total; o exemplo (21) à anáfora indireta; o exemplo (22) à anáfora pronominal; e o exemplo (23) à retoma anafórica de situações.

- (20) Rodaram os tempos "em que fossem atendidos, mas a esperança de alcançarem justiça tomou efectivamente corpo, chegando a concretizar-se **num estudo** completo que superiormente se mandou fazer pela Direcção-Geral dos Produtos Pecuários, já completo neste momento - e com as apropriadas conclusões que os graves problemas considerados naturalmente impunham. **Esse estudo**, em que residem, como é natural, as esperanças de uma classe numerosa e disciplinada, entrou, há tempo, nos arcanos dos gabinetes ministeriais. (A12568)
- (21) Continuava a **pincelar as pedras do edifício**. Perguntei aos meus amigos alemães para que servia **aquela operação**. Foi-me dito, com toda a naturalidade, que era preciso **proteger a biblioteca** contra a poluição automóvel. **Aquele trabalho de protecção** era executado permanentemente, por turnos. (J12735)
- (22) Torna-se por isso necessário compatibilizar ambos os valores, em termos de saber se e em que termos é que um deles prevalece, no todo ou em parte, sobre o outro. Ora, parece lícito afirmar que, tendo em conta a essencialidade da liberdade de informação nas sociedades liberal-democráticas, ela só deve ceder perante **o segredo de justiça**, se **este** não a puser em causa de forma desproporcionada. (J101449)
- (23) Introduzimos novos direitos que nos parecem adequados às situações decorrentes das mudanças organizativas e tecnológicas que se verificam nas empresas, como seja **o direito à progressão na carreira e à formação profissional, bem como à participação em concursos**. A possibilidade de, pela via de negociação colectiva, alargar **este quadro de direitos mínimos** dos representantes dos trabalhadores visa criar uma cultura nas empresas portuguesas de diálogo social no respeito mútuo, permitindo que, para representar os interesses colectivos dos trabalhadores, sejam escolhidos os melhores, os mais leais e os mais preparados sob o ponto de vista humano, moral e profissional, para que possamos sair vitoriosos da batalha da qualidade. (A140276)

5.1. *Este vs esse*

A primeira questão que é analisada consiste em verificar a mudança de significado que ocorre, em vários contextos, quando se utiliza *este* ou *esse*. Tornou-se importante investigar este caso, visto que a utilização de ambos é adequada, todavia, gera significados diferentes. Como já referido anteriormente, para ilustrar esta situação, são utilizados exemplos extraídos dos dois *corpora* que serviram de base para este trabalho. É de realçar que o exemplo (24') sofreu manipulação, com o objetivo de representar a mudança de significado. Nos exemplos que se seguem, estão representadas retomas anafóricas de situações, já que se revelou um uso muito interessante dos demonstrativos e que, por essa razão, merece ser objeto de estudo. Vejamos os exemplos seguintes, sendo (24) retirado do CPRC e (24') manipulado:

(24) Através do diálogo, numa base de igualdade, tem sido possível que ambas as partes, empregador e trabalhador, cheguem a acordos sobre, entre outras questões, salários, horários de trabalho e regalias sociais. Nalgumas empresas públicas ou companhias, por intermédio dos sindicatos, **os operários negociam directamente com os patrões acerca da definição de salários, pagamento de horas extraordinárias, assistência médica, regime da reforma, férias pagas, segurança de emprego, etc. Este tipo de contrato** é mais rico que a legislação de trabalho e apresenta uma segurança maior. (R0529)

(24') Através do diálogo, numa base de igualdade, tem sido possível que ambas as partes, empregado e trabalhador, cheguem a acordos sobre, entre outras questões, salários, horários de trabalho e regalias sociais. Nalgumas empresas públicas ou companhias, por intermédio dos sindicatos, **os operários negociam directamente com os patrões acerca da definição de salários, pagamento de horas extraordinárias, assistência médica, regime da reforma, férias pagas, segurança de emprego, etc. Esse tipo de contrato** é mais rico que a legislação de trabalho e apresenta uma segurança maior.

Como se pode observar em ambos os exemplos, os demonstrativos *este* e *esse* integram construções frásicas gramaticais perfeitamente aceitáveis para os falantes nativos do PE. Porém, não é correto afirmar que os dois usos têm o mesmo significado, pois é visível que demarcam *distâncias* diferentes. Sendo assim, no exemplo (24), é utilizado o demonstrativo *este*, que estabelece uma referência mais direta, referindo-se a uma situação que foi mencionada anteriormente. No exemplo (24'), está presente o demonstrativo *esse*, marcando um distanciamento que não está relacionado, nem com o locutor, nem com o interlocutor, e pode, neste caso, referir-se a um tipo de contrato. Deste ponto de vista, este uso parece caminhar no sentido de se aproximar de *aquela* e do artigo definido. Neste sentido, é importante mencionar que o comportamento destes demonstrativos é diferente quando são interpretados deiticamente ou anaforicamente. Ou seja, *esse* deiticamente tem uma interpretação próxima do interlocutor, mas em cadeias anafóricas tal interpretação não é dominante.

Nesta perspetiva e de acordo com Lopes (1972), a *distância* não é o elemento essencial que rege o uso dos demonstrativos, mas sim o contexto de enunciação. A mudança de significado existente não é regida pela *distância* física, mas sim pela retoma de elementos anteriormente referidos.

5.2. A influência dos tempos verbais nos demonstrativos

Outra questão desenvolvida neste trabalho diz respeito à influência dos tempos verbais no que concerne à escolha dos demonstrativos. Por outras palavras, foram analisadas construções com tempos referentes ao passado, presente e futuro e observou-se qual o tempo predominante que coocorre com cada demonstrativo. Esta questão foi alvo de estudo para verificar em que medida o *tempo* está relacionado com o sistema dos demonstrativos.

Para ilustrar os resultados obtidos, foram recolhidos 80 exemplos para *este* e, de igual modo, 80 exemplos para *esse*. Nesta pesquisa, *aquela* será analisado separadamente, visto que apenas foi possível recolher 20 exemplos.

Observem-se alguns exemplos retirados do *CETEMPúblico* contendo tempos verbais que correspondem ao passado, ao presente e ao futuro:

- (25) O infeliz achara por bem acusar **a mulher** quando deu por falta do dinheiro e **esta** ameaçou deixá-lo para sempre (par=ext1349614-soc-96a-3)
- (26) Rick Fox e Jerry Sichting, jogadores de **basquetebol** americanos da NBA, estão hoje no pavilhão da Associação Académica da Amadora, para divulgar **este desporto** junto de jovens entre os oito e os 18 anos. (par=ext994713-soc-93b-2)
- (27) A ministra pretende assim que se «ganhe mais confiança nos **centros de saúde** e que **estes** se reforcem, retirando aos hospitais algumas especialidades». (par=ext26819-soc-98a-2)
- (28) Dos três deputados na AR com quem ontem falámos -- Pedro Baptista, Fernando de Jesus e José Saraiva -- nenhum se mostrou disposto a **suspender o mandato** na Assembleia Municipal, rejeitando mesmo liminarmente **essa possibilidade** (par=ext1393313-soc-96a-1)
- (29) A pergunta a fazer em cada um destes passos, como explica Versluys, «não é se devemos tomar **decisões**, mas como devemos tomar **essas decisões**». (par=ext3102-clt-soc-94a-2)
- (30) Os actuais responsáveis da Junta de Freguesia acusam ainda os seus antecessores de terem deixado facturas por receber no valor de **cinco mil contos** e sem garantias de que **esse dinheiro** venha alguma vez a entrar nos cofres públicos, por ser devido por empresas falidas ou que já disseram que não pagam. (par=ext328315-soc-94a-2)

Com o intuito de demonstrar de forma mais clara os resultados obtidos, procedeu-se à elaboração de gráficos representativos. Deste modo, é possível observar qual o tempo verbal predominante com os demonstrativos *este* e *esse*. Vejam-se os seguintes gráficos:

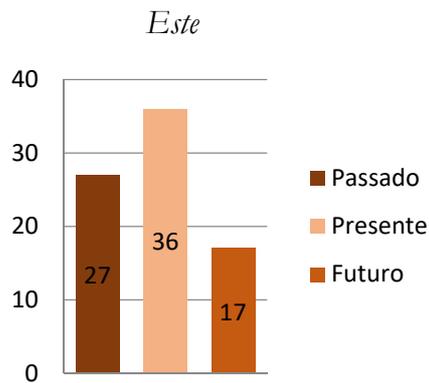


Gráfico 1. *Este*

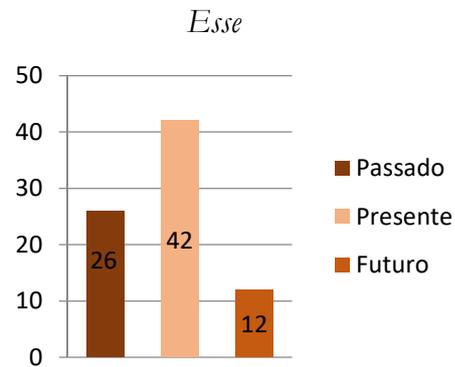


Gráfico 2. *Esse*

Como se pode observar nos gráficos 1 e 2, o tempo verbal predominante é o presente, apresentando valores semelhantes entre si. Relativamente ao tempo do passado, *este* sobrepõe-se a *esse*, embora a diferença não seja significativa. E, por último, *este* é o que coocorre mais com o tempo referente ao futuro. As diferenças encontradas não são suficientes para chegar a uma conclusão, devido à pequena extensão do *corpus*. Para tal, este teria que ser mais extenso, de modo a ser possível verificar se este padrão se mantém ou se existe variação.

Em relação ao demonstrativo *aquele*, não foi possível recolher o mesmo número de exemplos, porque o estabelecimento de cadeias anafóricas não é tão perceptível quando comparado com os demonstrativos *este* e *esse*. Dadas as suas características semânticas, como já foi referido no ponto 3., *aquele* também tem pontos em comum com o artigo definido, constituindo, assim, uma referência indireta e pouco saturada. É importante referir que, neste trabalho, não será abordada a questão da influência dos tempos verbais com o demonstrativo *aquele*, já que o número de exemplos não é suficiente para conseguir retirar observações.

Dos exemplos recolhidos com o demonstrativo *aquele*, apenas vinte demonstraram ser relevantes para o desenvolvimento do trabalho. Nos exemplos recolhidos do CRPC, foram encontradas cadeias anafóricas de natureza distinta: o exemplo (31) corresponde à anáfora total e os exemplos (32) e (33) à anáfora indireta.

- (31) Da situação prevista no **Decreto-Lei** n.º 144 / 94, assim pretendendo repor uma linha de crédito de 40 milhões de contos que já não existe. Daí que tenhamos dito que, se esta linha de crédito está

esgotada, o PSD, ao reprimir **aquele decreto-lei**, diz claramente aos agricultores que não vão ter dinheiro algum. (noCOD_1010525)

(32) No entendimento de **Montenegro Andrade**, " sem um gemologista, diplomado em laboratório devidamente apetrechado, não é possível separar, hoje em dia, com rigor, certas pedras preciosas naturais das suas réplicas sintéticas ou imitações ". Nesse sentido, **aquele catedrático** defende, até para combater o " caos que se verifica na comercialização das pedras preciosas ", que urge a criação de um curso de gemologia em Portugal. (J0759)

(33) O Sr. Presidente: - - Para fazer uma interpelação à Mesa, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Coelho. O Sr. Jorge Coelho (PS): - Sr. Presidente, sinto -me na obrigação de dar um esclarecimento. O Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Administração Interna entrou por uma matéria complicada, na qual estou muito à vontade, pois fui o primeiro funcionário do STAPE neste país. Trabalhei no **STAPE** 10 anos, conheço bem **aquele organismo** e todos os seus sistemas... (A183299)

Embora ambos os exemplos (32) e (33) representem anáforas indiretas, estabelecem estratégias de distanciamento diferentes. Ou seja, no exemplo (32), está presente uma anáfora indireta discursiva, pois o referente *Montenegro Andrade* é recuperado pelo demonstrativo *aquele* mais tarde no discurso. No exemplo (33), o mesmo não acontece, já que o referente *STAPE* está próximo de *aquele* no discurso. Neste exemplo, o demonstrativo não recupera um referente que está longe no discurso, aliás, tem como finalidade fazer referência a uma situação que se localiza no passado.

Com o objetivo de estabelecer uma relação entre o *espaço* e o *tempo*, seguindo a tipologia de Lopes (1972), estas duas variáveis adquirem outros significados quando inseridas no *espaço topológico*. Vejamos o seguinte exemplo retirado da *Gramática Simbólica* de Óscar Lopes (1972: 139):

(34) Conheço o João e o Pedro, e acho **este** melhor que **aquele**.

Com este exemplo, Lopes (1972) pretende demonstrar que não está a fazer alusão à *distância* e ao *tempo* em que *o João* e *o Pedro* se encontram, mas tenta ordenar o seu próprio discurso, apesar de esta ordem não ser obrigatoriamente cronológica "(...) até porque o texto pode ser escrito e a percepção de um texto lido não obedece rigorosamente à sua ordenação espaço-temporal, tem uma ordem intrínseca determinada por uma atenção em constante vaivém relativamente à ordem espaço-temporal da comunicação" (1972: 139). Além disso, os demonstrativos também podem ser utilizados com o objetivo de, por um lado, referir algo

que já foi mencionado e, por outro lado, referir algo que será mencionado. Em textos narrativos, os advérbios *aqui* e *agora* não se referem nem ao tempo nem ao espaço em que o narrador se situa ao nível extralinguístico, mas sim ao momento presente da história em causa.

Deste modo, pode afirmar-se que a relação existente entre os demonstrativos e as variáveis *tempo* e *distância* não é simples. Isto é, em certos contextos, existe referência ao tempo real, porém, essa referência também pode ser relativa ao momento de enunciação, como defende Fajardo (2002): “Las diferencias específicas entre los elementos del paradigma demostrativo, *este, ese, aquel*, se han descrito, la mayor parte de las veces, bien en términos de grados relativos de distancia al lugar o momento de la enunciación.” (Fajardo 2002:180).

5.3. *Artigo definido versus demonstrativo*

Segundo Lopes (1972), o artigo definido deriva linguisticamente de demonstrativos e, além disso, é possível observá-lo como “exprimindo sempre uma vizinhança referida à linearidade oral ou escrita do discurso” (1972: 152).

Em cadeias anafóricas, o artigo definido estabelece semelhanças com os demonstrativos, visto que têm a função de construir referência nominal. Contudo, divergem no que toca ao conteúdo semântico, na medida em que “al no tener la indicación de buscar el referente de la frase contrastando a partir del punto cero de la enunciación, su referencia se dirige libremente a un conjunto del universo del discurso” (Fajardo 2006: 183). Na realidade, existem duas visões distintas associadas ao artigo definido. Em certos contextos, estabelece uma referência indireta com o elemento anterior, podendo referir-se a um elemento qualquer do universo do discurso, isto é, remeter para um conceito genérico. Todavia, para Russell (Russel *apud* Oliveira 1988: 127), o artigo definido pressupõe uma unidade única, teoria que, do ponto de vista linguístico textual, não é suficiente: “um SN referencial iniciado por artigo definido no singular exprime uma conjunção proposicional que assegura que uma, e só uma, entidade nomeada pelo nome comum correspondente satisfaz a uma dada propriedade” (Oliveira 1987: 126).

Com o uso do artigo definido, o interlocutor necessita de procurar quais os fatores que possibilitam uma descrição definida. Já com a utilização do demonstrativo, é dado ao locutor uma instrução com o objetivo de indicar que será sobre “aquele referente fixado no

contexto de enunciação que se vai continuar a falar” (Oliveira 1988: 28). Vejamos dois exemplos de Oliveira (1988: 28):

(35) Ontem comi um pêssego. **Esta fruta** é deliciosa.

(35') Ontem comi um pêssego. **A fruta** é deliciosa.

No exemplo (35), pode verificar-se que o demonstrativo estabelece de forma mais clara e direta uma cadeia anafórica, visto que *esta fruta* recupera diretamente o referente *um pêssego* através de hiperonímia. Já no exemplo (35'), não parece existir ligação entre *a fruta* e o referente *um pêssego*, pois surge a dúvida de saber de que fruta se trata. Deste modo, estas construções obrigam o locutor a um nível de abstração maior, dado que podem remeter para frases de cariz genérico, como afirma Fajardo (2006).

6 – Considerações Finais

Este trabalho teve como objetivo geral analisar cadeias anafóricas em construções com os demonstrativos *este/esse/aquele*. Partindo deste objetivo, delineamos outros objetivos para o desenvolvimento da nossa investigação, tais como: verificar a diferença de significado entre os demonstrativos *este* e *esse*; observar em que medida o tempo verbal influencia o uso dos demonstrativos *este* e *esse*; verificar quais os tipos de anáfora que ocorrem com *aquele* e expor os pontos convergentes e divergentes entre os demonstrativos e o artigo definido.

Este estudo permitiu-nos mostrar que o uso dos demonstrativos *este* e *esse*, em cadeias anafóricas, em construções frásicas gramaticais e aceitáveis para os falantes nativos do PE, possuem significados diferentes. Foi possível observar que estes demonstrativos se comportam de maneira diferente quando são interpretados deiticamente ou anaforicamente.

Outro tópico desenvolvido neste trabalho consistiu na influência dos tempos verbais no uso dos demonstrativos *este* e *esse*. Com base nos exemplos retirados do *corpus* referentes a *este* e *esse*, foi possível verificar que o tempo predominante é o presente. Embora aparentemente esta seja uma questão importante, os resultados não se revelaram significativos, dada a pequena extensão do *corpus*. Contudo, esta amostra pode dar algumas pistas do que possa estar a acontecer, atualmente, com os demonstrativos relativamente aos usos de tempos verbais.

Relativamente ao demonstrativo *aquele*, inicialmente, foram recolhidos vários exemplos, porém apenas 20 revelaram ser interessantes. A dificuldade em selecionar exemplos para *aquele* resulta do facto de possuir características semânticas diferentes de *este* e *esse*. *Aquele* é o demonstrativo que denota um *distanciamento* e um grau de abstração maior, visto que opera uma referência indireta e pouco saturada. Apesar disso, foram recolhidos exemplos interessantes de cadeias anafóricas, tais como anáforas totais e indiretas. É de realçar que foi possível comparar duas anáforas indiretas que estabelecem *distâncias* diferentes, questão que seria interessante aprofundar em trabalhos futuros.

A proposta de Lopes (1972) teve uma grande importância no desenvolvimento deste trabalho, porque esclarece, de forma clara, que a questão da *distância* e do *tempo* não é simples, pois os demonstrativos nem sempre expressam *distância física* e *tempo real*. Isto é, os demonstrativos, por um lado, retomam algo que já foi mencionado anteriormente e, por outro lado, referem algo que será mencionado. Assim, em certos contextos, existe, efetivamente, referência ao tempo real, mas também a referência pode ser quanto ao contexto de enunciação. Para além disso, os demonstrativos podem servir como organizadores textuais que têm como objetivo ordenar o próprio texto e não expressar *distância física*, como se pode observar no exemplo (32). É importante referir que o conceito de *vizinhança* estudado por este autor serviu como ponto de partida para a realização deste trabalho. De facto, as suas propostas permitem entender de forma mais clara o espaço topológico em que se inserem *este/esse/aquele* e como funcionam.

Muitas perguntas ficam por responder neste trabalho. Seria necessário realizar um estudo mais sistemático e aprofundado dos três demonstrativos em cadeias anafóricas e, também, deitadamente para uma melhor compreensão do sistema do PE. Para além disso, seria importante aprofundar a relação entre os tempos verbais que, como sabemos, fazem localização das situações e a utilização dos demonstrativos, quer em cadeias anafóricas, quer, ainda, em expressões temporais construídas com demonstrativos (*Esta manhã*, por exemplo). Uma outra pergunta que parece pertinente tem que ver com o uso dos demonstrativos em exclamativas (*Esse teste! Nem me fales*, por exemplo).

REFERÊNCIAS

Cunha, C.; Cintra, L. F. 2005. *Nova gramática do português contemporâneo*. 18.^a edição. Lisboa: Edições João Sá da Costa.

- Diessel, H. 2012. Deixis and demonstratives. In: Maienborn, C.; von Stechow, P.; Portner, P. (Eds.). *Semantics: An International Handbook of Natural Language Meaning*. Berlin: De Gruyter, 1-25.
- Fajardo, J. 2006. La instrucción de contrastar en el demostrativo español. *Verba*, vol. 33: 175-186.
- Kaplan, D. 1978. Dthat. In: Cole, P. (Ed.). *Syntax and Semantics*. Los Angeles: Academic Press, 220-243.
- Marcuschi, L. 2001. Anáfora indireta: O barco textual e suas âncoras. *Revista Letras*, Curitiba, n. 56: 217-220. Disponível na Internet em: <http://revistas.ufpr.br/letras/article/download/18415/11987>, acessado em 25.05.2017.
- Miguel, M.; Raposo, E.P. 2013. Determinantes. In: Raposo, E. P.; Nascimento, M. B.; Mota, M. C.; Seguro, L.; Mendes, A., *Gramática do Português*. Vol. I. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian: 819-879.
- Oliveira, F. 1987. Cadeias Anafóricas: Que referência. In: *Revista da Faculdade de Letras: Línguas e Literaturas – II série*: 125-136.
- Oliveira, F. 1988. *Relações Anafóricas: Algumas questões*. Estudo para discussão como prova complementar de doutoramento em Linguística Portuguesa. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Russell, B. 1905. On Denoting. In: *Mind* 14: 479-493. (citado em Oliveira, 1987)
- Silva, C. S. F.; Cambraia, C. N. 2013. Demonstrativos na România Nova: Proposta de sistema de Classificação. In: *Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*. Rio de Janeiro: Cadernos de CNLF, 42-61
- Silva, F. 2005 *Contributo para a descrição da anáfora associativa em português europeu*. Dissertação de doutoramento. Porto: Universidade do Porto.
- Silva, F. 2017. *Contributos dos mecanismos de coesão referencial e sequencial para a progressão textual*. Guião da Unidade Curricular Linguística de Texto. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 6-15.
- Silva, F. 2017. *O conceito de coesão*. Guião da Unidade Curricular Linguística de Texto. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1-3.

A Construção da Imagem do Colonizador na Revista *Portugal Colonial*

Joana Ferreira¹

joana.silferreira@gmail.com

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO, PORTUGAL

RESUMO. O objetivo principal do presente trabalho é analisar os mecanismos linguísticos utilizados por diferentes locutores no primeiro número da revista *Portugal Colonial*, com o intuito de credibilizar as suas opiniões e de condicionar os estados de crença, as atitudes e o comportamento dos leitores. Escrever o presente estudo permitiu-nos perceber que a construção da identidade do colonizador português é realizada por um processo de enaltecimento do mesmo, quer através de construções fráscas e de léxico valorizante, quer através de um processo de polarização face a um actante externo, numa perspectiva de conflito. Além disso, o material linguístico usado para definir a autoapresentação é notoriamente mais abundante do que o material linguístico usado para definir o Outro.

PALAVRAS-CHAVE. Revista *Portugal Colonial*, Discurso, Argumentação, Mecanismos Linguísticos inerentes à argumentação.

ABSTRACT. The main aim of this research paper is to analyze the linguistic mechanisms used by different addressers in the first number of the magazine *Portugal Colonial* in order to, not only give credibility to their own statements but also to regulate the beliefs, the attitudes and the behavior of the readers. Writing the present study allowed us to realize that the construction of the identity of the Portuguese colonizer is usually done by a process of enhancement of the latter, either through sentence structures and the use of lexicon aiming to praise him, or through a process of polarization against an external actant, in a conflict perspective. In addition, the linguistic material used to define the Self-presentation is notoriously more abundant than the linguistic material used to define the Other.

KEY-WORDS. *Portugal Colonial* magazine, Discourse, Argumentation, Linguistic Mechanisms inherent in argumentation.

¹ Estudante do 3.º ano do curso de Licenciatura em Ciências da Linguagem, variante Linguística, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

1 – Introdução

No presente trabalho, concernente à construção da imagem do colonizador português na *Portugal Colonial*, serão apresentados e analisados 16 textos e 16 publicidades, que constituem o *corpus* deste estudo, extraídos do n.º 1 da revista, datado de março de 1931. Deste modo, foram selecionados e submetidos ao Corpógrafo os enunciados que mais interessavam para a constituição desta análise. Assim, ter-se-á em particular atenção os mecanismos linguísticos que contribuem para uma imagem positiva do colonizador português, descrevendo e analisando, posteriormente, aqueles que foram considerados mais relevantes, essencialmente pelo seu carácter persuasivo. Este estudo, para além de visar documentar alguns fenómenos linguísticos que promovem a construção de uma imagem positiva do colonizador português, pretende ser o primeiro passo de uma análise exaustiva e detalhada, tendo, deste modo, como objetivo ser uma pequena introdução a uma investigação futura de maiores dimensões.

O interesse pelo estudo destes fenómenos discursivos é fundamental, como será demonstrado, pelo facto de os textos selecionados corresponderem a uma época em que toda a produção era controlada pela comissão de Censura do Estado, denunciando a nítida relação de filiação para com o regime político, e pela audácia e irreverência com que os vários locutores produziam os seus textos, essencialmente, num ato (assumidamente) propagandístico.

Servir-nos-emos, para uma definição mais detalhada dos fenómenos ocorrentes no *corpus*, do *Dicionário de Análise do Discurso* (2004), da *Nova Gramática do Português Contemporâneo* (1996) e da *Gramática do Português* (2013). Os suportes teóricos que constituem a base do trabalho são as obras de Kerbrat-Orecchioni (1980), Vilela (2002), Palrilha (2009) e Van Dijk (2006).

O trabalho está estruturado em 7 secções. Na segunda secção, urge contextualizar brevemente a conjuntura em que se enquadrou a criação da revista *Portugal Colonial* e, na secção seguinte, fazer uma sucinta apresentação da mesma. A quarta secção será dedicada a um breve enquadramento teórico do assunto abordado ao longo do trabalho, com especial ênfase na conceção de discurso na sua conceção argumentativa. A quinta secção corresponderá à metodologia adotada para a elaboração do presente trabalho. Na sexta secção, exibir-se-á a apresentação dos mecanismos linguísticos, no que respeita à construção da imagem do colonizador, fazendo sobressair os adjetivos de cariz valorativo, as metáforas

valorizantes e um processo de polarização face a um actante externo, numa perspetiva de conflito.

O resultado da análise realizada ao primeiro número da revista em apreço será visível na sétima secção, onde consideramos que há um forte uso da adjetivação valorativa referente ao passado glorioso e às figuras do poder militar, político e religioso que pretendem elevar o nome de Portugal enquanto potência colonizadora. Além disso, é nas primeiras 8 páginas da *Portugal Colonial* que se observa a metáfora de Portugal e das suas colónias como um «paraíso», e também o tom hiperbólico, criado pela já referida adjetivação valorativa. No entanto, devido à falta de pormenorização dos temas abordados e à limitação do *corpus* analisado, não fica claro se os fenómenos linguísticos analisados serão uma característica estável encontrada em todos os números da revista em apreço.

2 – Contextualização histórica

Antes de se partir para o estudo da construção da imagem do colonizador na revista em apreço, e porque Discurso é texto em contexto, convém lembrar alguns aspetos da situação que enquadrou a criação da *Portugal Colonial*.

O quadro sociopolítico e económico em que Portugal se encontrava na primeira metade do século XX deveu-se a uma combinação de fatores, entre os quais a conjuntura nacional de crise, na sequência do *crash* da Bolsa de Valores de Nova Iorque de 1929, e a queda do governo de Ivens Ferraz, resultante da demissão do ministro das finanças, António de Oliveira Salazar. Destituição de pouca durabilidade, Salazar, quando retomou o cargo de ministro das finanças, assumiu temporariamente responsabilidades como Ministro Interino das Colónias. Durante esse tempo, e como estratégia de ascensão política, promulgou o insatisfatório decreto *Acto Colonial*, que reunia as garantias essenciais da nação portuguesa como potência colonial, as da administração ultramarina, as dos indígenas e as das relações económicas entre a Metrópole e as Colónias.

Foi neste período que o ex-tenente Henrique Galvão manifestou o seu total desagrado em relação ao modo como o Estado estava a lidar com os problemas entre a Metrópole e as Colónias e, como consequência, proclamou a intenção de mostrar à comunidade portuguesa uma necessidade emergente de mudança. Neste sentido, no quadro de uma Europa em que se faziam ouvir cada vez mais os regimes totalitários, e num Portugal

que via a sua relação com as colónias cada vez mais debilitada, surge, assim, a criação de uma revista que tenta reavivar o espírito colonial e que procura:

“Contribuir na medida das suas possibilidades e com a pureza das suas intenções, até onde consiga realiza-las, para o restabelecimento dum sentido colonial que não póde ser prerrogativa dum grupo sem unidade, mas que tem que ser bussola e facho de quantos são alumados pelo sol do Império Português.”

(Henrique Galvão 1931: 2)

3 – *Apresentação da Revista Portugal Colonial*

“Trata-se de levar a efeito uma activa propaganda do nosso Imperio Colonial com o fim de formar em Portugal uma consciencia colonial que tanta falta faz á valorização moral e material dos nossos extensos dominios.”

(Henrique Galvão 1931: 26)

Portugal Colonial: Revista de Expansão e Propaganda Colonial foi uma revista visada pela comissão de Censura, publicada pela “Empresa Portugal Colonial”, entre março de 1931 e fevereiro de 1937. Destinada, tal como é referido no próprio título, à propaganda das colónias, a revista mensal contou com a edição de 72 números e com a colaboração de altos dignitários da Nação – ministros, membros do governo e da administração colonial, militares, professores, entre outros. Do corpo dirigente faziam parte: o ex-capitão do exército e escritor Henrique Galvão, com a função de diretor da revista, J. da Fonseca Ferreira, como o redator-principal, e António Pedro Muralha, com o cargo de editor.

No que concerne ao aspeto gráfico, são de referir as capas da autoria do pintor e caricaturista português Carlos Botelho e o cabeçalho interior do desenhador e cartoonista João Dinis Fragoso. A capa realizada por Carlos Botelho apresenta, ao centro, a figura de um homem negro com um arado na mão. Neste instrumento agrícola, em forma de escudo na extremidade, que está em contacto com o solo, figuram as Quinas, que demonstram não só o espírito nacionalista que está presente ao longo de todos os discursos que compõem a revista, como também, metaforicamente, a imagem de alguém que está preparado para “abrir a terra e meter a semente”, alguém que está preparado para recomeçar o processo de colonização. Além disso, a atmosfera representada pelo pintor, constituída pelas duas palmeiras e pela terra, bem como a postura ativa da figura central, exercem sobre o leitor influência, consistindo no meio preferencial para que a comissão diretorial difunda os seus ideais e consiga a adesão dos seus potenciais leitores, numa primeira fase (ver Anexos: Figura 1). Similarmente, encontrar-se-á, no cabeçalho interior, uma ilustração de João Dinis

Fragoso, que estimula no recetor o sentimento de nacionalismo, não através da via da harmonia e da serenidade que a capa transmite, mas sim através do avivamento da memória histórica da comunidade portuguesa, isto é, dos grandes feitos que foram concretizados durante a Época dos Descobrimentos. (ver Anexos: Figura 2).

Ainda respeitante ao aspeto gráfico, são apresentadas, apesar da sua escassez, fotografias do mundo em Angola (ver Anexos: Figuras 5-11). A comunhão entre fotografia e texto auxilia na construção de uma imagem de “paraíso colonial”, nomeadamente nas primeiras páginas da revista. Isto porque as primeiras páginas são de cariz mais propagandístico, em que se eleva o nome de Portugal e do seu Império e se sublinha a necessidade urgente de “animar as gerações novas” (Galvão 1931: 2), enquanto as últimas páginas são de índole económica e, portanto, mais objetivas e imparciais, como mostraremos mais adiante.

4 – Enquadramento Teórico

Como já referido anteriormente, o *Discurso* é concebido como a integração de um texto no seu contexto, com capacidade para modificar e definir o contexto de produção. Além disso, o discurso é interativo e polifónico, já que existe permanentemente um diálogo explícito ou implícito com outras *vozes* (virtuais ou reais), face às quais o locutor marca uma posição. Assume-se, ainda, conforme Pinto (2012: 195), que todo o discurso é “subjetivo e orientado, logo, argumentativo, [transportando] necessariamente uma visão do seu locutor e é construído para agir sobre o alocutário, sendo uma forma de ação sobre o contexto.”

Deste modo, considera-se que o discurso argumentativo está “no centro da conceção antiga da retórica. (...) [e] foi caracterizado de maneira intradiscursiva por suas diferentes **formas estruturais**, e de maneira extradiscursiva pelo efeito perlocutório ao qual estaria vinculado, a **persuasão**” (Plantin 2004: 52). Assim, realizam-se “jogos de linguagem” construídos para agir sobre o Tu e sobre o Real, comportando objetivos concretos: despertar a atenção e o interesse do alocutário, com o intuito de o iludir e o fazer aderir a determinadas crenças, atitudes e comportamentos. Será relevante, neste sentido, considerar que algumas características inerentes ao discurso argumentativo são a sua suscetibilidade de moldar reflexões gerais, verdades “supostamente” universais ou até mesmo assunções de senso comum, configuradoras de uma determinada visão do mundo. Em suma, o discurso argumentativo apresenta marcas que suportam a presença da persuasão quando “los

interlocutores son libres de creer o actuar como les plazca, según si aceptan o no los argumentos de quien persuade” (Dijk 2006: 52), ou, ainda, da manipulação que implica o abuso do poder por parte do orador e, tipicamente, a presença de um recetor passivo. Por outras palavras, este uso da retórica ocorre quando o recetor carece de conhecimento específico, não compreendendo as verdadeiras intenções ou consequências das crenças defendidas pelo locutor. Será forma de manipulação comunicativa, portanto, de *propaganda* (ibidem: 52).

Neste seguimento, a *modalização linguística*, isto é, a estratégia à qual o enunciador recorre para determinar a sua posição em relação à mensagem que exprime ou para estabelecer uma interlocução mais ativa com o leitor, no sentido de o tentar convencer da validade do juízo expresso, assume um papel importante por afetar o enunciado como um todo (Corbari 2008). Ainda, conforme Oliveira & Mendes (2013: 630), a modalidade manifesta-se “em cinco domínios semânticos fundamentais: o domínio epistémico; o domínio interno ao participante; o domínio deôntico; o domínio externo aos participantes; e ainda o domínio desiderativo, associado ao desejo e à volição”. Por ser o domínio mais marcado na revista em apreço, far-se-á uma breve apresentação da modalidade deôntica. Este domínio “veicula valores de permissão ou obrigação” (Oliveira & Mendes 2013: 630), possibilitando ao sujeito enunciador atuar sobre outros falantes presentes no enunciado. Deste modo, esta modalidade está diretamente ligada ao domínio do dever, retratando uma necessidade, uma obrigação, uma permissão e, por vezes, uma ordem. Além disso, o valor deôntico está direcionado para o(s) interlocutor(es), com o objetivo de agirem de uma determinada forma e, também, de reconhecerem autoridade assumida pelo enunciador relativamente ao seu interlocutor.

Retomando a definição de *modalização linguística* de Corbari (2008), cumpre sublinhar que esta estratégia integra todas as marcas do enunciador no enunciado, ou seja, todas as “unités signifiantes dont le signifié comporte le trait [subjectif]” (Kerbrat-Orecchioni 1980: 73) do *Eu* no enunciado. Entre os elementos léxicos que estão intimamente ligados às apreciações do enunciador (axiológicos), a autora apresenta as seguintes categorias linguísticas: substantivos, verbos, adjetivos e advérbios. Para este estudo, apenas serão focalizados os adjetivos subjetivos, portadores da marca avaliadora do enunciador, – nomeadamente, os axiológicos e os não axiológicos – devido à sua presença constante nos textos dos vários locutores ao longo da revista. Enquanto os avaliativos não axiológicos

compreendem adjetivos que “impliquent une évaluation qualitative ou quantitative de l’objet dénoté par le substantif qu’ils déterminent” (Kerbrat-Orecchioni 1980: 86), os avaliativos axiológicos “portant sur l’objet dénoté par le substantif qu’ils déterminent un jugement de valeur, positif ou négatif.” (*ibidem*: 91) São, portanto, segundo a linguista, duplamente subjetivos na medida em que o seu uso varia segundo a natureza particular do sujeito da enunciação, cuja competência ideológica refletem e na medida em que manifestam, da parte do locutor, uma tomada de posição a favor ou contra o objeto denotado.

Para a construção do discurso propagandístico, no domínio da pragmática, consideramos essenciais os atos ilocutórios expressivos de elogio. No que concerne aos atos ilocutórios expressivos, “they are attempts to express a particular attitude represented by the propositional content of the utterance” (Holtgraves *apud* Palrilha 2009: 27). É a expressão de sentimentos, avaliações, juízos de valor ou desejos que subjaz à elocução. Importa referir que Norrick (*apud* Palrilha 2009: 30) estabelece um quadro de três condições preparatórias para a eficiente concretização de um ato ilocutório expressivo: “a pressuposição factiva, o julgamento de valor e as condições de identificação de papéis.” Assim, é importante notar que, antes do julgamento de valor propriamente dito, os locutores apresentam usualmente enunciados que pressupõem um facto, uma verdade do estado de coisas, como forma de credibilizar determinada crença.

Uma outra estratégia discursiva empregada pelo locutor é através de um processo de polarização face a um actante externo (o *Outro*), numa perspetiva de conflito. Assim, “[u]n oponente o disidente puede ser desacreditado mediante la muestra usual de la polarización Nosotros/Ellos” (Dijk 2006: 65). No caso do texto propagandístico, esta estratégia parece ser muito útil como forma de persuadir os potenciais leitores, já que, como dito acima, o *Outro* está ligado a valores negativos e o *Nós* que é o “[elemento organizador] de um espaço em torno de um centro déitico - o EU – (...) [está] ligado a valores axiológicos do Bom (...) e a noções de Inclusão” (Pinto 2012: 1).

Em suma, nesta análise, procurou-se recolher os mecanismos linguísticos mais relevantes na construção da imagem do colonizador, conforme a metodologia que se irá apresentar em seguida.

5 – Metodologia

Como mencionado anteriormente, o *corpus* que serve de base para este estudo é constituído pelo primeiro número da *Portugal Colonial*. Com efeito, foram selecionados 91 enunciados pertencentes aos seguintes 16 textos: «Portugal Colonial uma apresentação», por Henrique Galvão; «Reorganização Administrativa de Angola», por Armindo Monteiro; «A Fé e o Império», por Agostinho de Campos; «O Espírito da Raça na sua expansão além-mar», por João de Almeida; «As grandes riquezas industriais de Angola»; «Os funcionários coloniais e a actual crise das colónias», por Lisboa de Lima; «Problemas da Índia Portuguesa», por José Martins; «Prosa Bárbara»; «História sentimental dum leão e dum porco», por Angelo Diniz; «A cultura do algodão nas colónias portuguesas», por Fonseca Ferreira; «A navegação Nacional para as colónias»; «Efeitos salutareos da crise económica»; «Carta de Angola», por J.B.; «A propósito da importação de gado bovino», por Venancio Guimarães; «Expediente»; «Colégio da Bafureira».

Para além disso, foram selecionados 16 enunciados pertencentes às seguintes publicidades: «Cartas da Metrópole»; «C. vinhas, Lda»; «Companhia de Mossamedes»; «V.va Augusto d'Aquino, Lda»; «Companhia do Sul de Angola»; «Propaganda colonial uma iniciativa das associações economicas do norte de Portugal»; «Manteigaria Londrina»; «O melhor vinho portugues...»; «Companhia de Cervejas Estrella»; «Papeleria Fernandes»; «Companhia de Moçambique»; «Companhia Central Vinicola de Portugal»; «Felix Ribeiro Lopes»; «Coelho e Castro & Alves, Limitada»; «Algodoeira Colonial, Limitada»; «Companhia Nacional de Navegação».

A ferramenta computacional utilizada para a análise do *corpus*, que pode ser consultado nos *Anexos*, foi o *Corpógrafo*. Com frequência, como forma de sustentar eficazmente a nossa argumentação, serão apresentados ou indicados exemplos retirados do *corpus*. Além disso, podem ainda ser observados em *Anexo* a capa, o cabeçalho interior, o *Expediente* e as imagens que foram consideradas mais importantes e necessárias para a análise.

Desta forma, após um breve enquadramento teórico acerca do tema do trabalho, sustentado nas obras de Kerbrat-Orecchioni (1980), Vilela (2002), Palrilha (2009) e Van Dijk (2006), serão expostos, na secção 6, os mecanismos linguísticos que contribuem para a construção da imagem do colonizador.

Por fim, passar-se-á em revista a principal bibliografia sobre o tema abordado, com o intuito de verificar os mecanismos linguísticos que conduzem aos processos de enaltecimento do Império Português e do “passado glorioso”. Para a realização de uma

análise mais eficiente, procurou-se fontes suplementares que poderiam ajudar na definição de conceitos essenciais ao tema.

6 – A construção da imagem do colonizador português

A revista *Portugal Colonial*, por ser assumidamente destinada à propaganda do Império Português, apresenta vários elementos linguísticos – lexicais, estruturais e pragmáticos – que concorrem para a construção da imagem do colonizador. Como se poderá verificar adiante, é constante a referência ao passado glorioso, em termos positivos, e a referência ao “liberalismo”, em termos negativos, com o intuito de se diferenciar deste, numa estratégia de polarização e de conflito. Com efeito, os vários locutores que constituem a revista servem-se da crítica negativa ao “barranco aberto em 1820” ou aos “primeiros alvares do seculo passado” para credibilizar as suas ideologias²:

- (1) “PORTUGAL (...) **desviou-se do sentido colonial, por volta de 1820, com as primeiras febres do liberalismo.**” (f. 5);
- (2) “**Mas por fim dêsse tão caluniado seculo XIX**, (...) surgia tambem uma geração de coloniais que, dando realidade e grandeza á nossa soberania em terra de Africa, **sacudia o torpor em que viviamos** e restabelecia, na ordem militar, **o nosso desviado sentido colonial.**” (f. 11);
- (3) “ (...) mesmo nas colónias de Africa já tinhamos exercido intensamente, ficou preparada a grande obra de colonisação, **que o barranco aberto em 1820 tão lamentavelmente interrompeu.**” (f. 12);
- (4) “Numa palavra: é necessário que Portugal retome nas ordens politica, moral e económica, tão brilhantemente como o retomou na ordem militar, **o sentido colonial perdido com os primeiros alvares do seculo passado.**” (f. 14)

² Veja-se ainda:

- (1) “Porque a sua vida, **num meio ainda hostil a empreendimentos desta natureza**, não póde deixar de ser difícil, porque a anima uma idéia otimista que o pessimismo elegante do tempo não auxiliará, **porque os criticos de café e os caluniadores de profissão, lhe hão de atribuir todas as ruins intenções com que a sua inventiva habitualmente mimoseia todos os esforços**, porque, emfim, o «mal haver» que resulta do «por bem fazer» **não é novidade nem consequencia imprevista para nós (...)**” (f. 27);
- (2) “Para tanto procurará, **longe de toda a politica inferior e de todos os interesses ilegítimos** fazer a propaganda das nossas colónias, pugnar pela formação de uma hierarquia de valôres, animar as gerações novas (...)” (f. 20);
- (3) “E ninguem dirá que não seja este **um ideal capaz de substituir com vantagem e interesse essas ideologias torpes da Politica que hoje constituem, quasi exclusivamente, o repasto espiritual dos portugueses que teem voz activa nos destinos do País.**” (f. 18)

A construção discursiva do apelo à mudança faz-se, portanto, à custa do contraste entre os ideais liberais e o regime ditatorial. Pode observar-se em (1) o desapareço pelo liberalismo através da metáfora que lhe é atribuída: a “febre”, que apresenta, tipicamente, um valor negativo. A expressão “febre” adquire, neste sentido, uma ambivalência que lhe advém de ser ao mesmo tempo uma debilidade física (associada a um valor referencial ou denotativo) e uma metáfora da vulnerabilidade do ser humano ao contágio do mal e à corrupção moral (associada a um valor emocional ou conotativo). Vejam-se ainda os verbos “desviou-se”, “interrompeu”, “caluniado”, “desviado” e “perdido”, ao longo dos quatro exemplos seleccionados, que transmitem um juízo negativo em relação, mais uma vez, aos ideais do liberalismo. No que respeita à ordem militar, observe-se a expressão adverbial “tão brilhantemente” que revela o tom elogioso às figuras do poder, em contraste com a expressão depreciativa “tão lamentavelmente”. Verifica-se, a partir dos exemplos expostos, que a metáfora do “paraíso colonial” se reforça pelo persistente contraste às “brumas da desordem”: para a construção de uma imagem positiva associada ao *Nós*, são apresentados, frequentemente, os valores e as crenças em relação ao *Outro*, como sendo negativos. Os locutores recorrem “à construção da figura do OUTRO no discurso, com a finalidade de se diferenciar, numa estratégia de polarização e até de conflito, deste OUTRO” (Pinto 2012: 33). Desta forma, os locutores utilizam estas estratégias de modo a intensificar as suas asserções e apresentar-se perante o leitor como um argumentador seguro e brilhante (Fuentes & Alcaide 2002).

Contudo, a construção de uma imagem de *paraíso* não se faz apenas através desta oposição entre ideologias. É, sobretudo, através de adjetivos avaliativos-axiológicos e de expressões valorativas que o processo de manipulação se desenvolve e ganha força. Observem-se os seguintes enunciados³:

- (5) “PORTUGAL, a quarta potencia colonial do mundo, e primeira na riqueza das suas tradições coloniais, mestre de colonisadores, precursor equilibrado e perfeitíssimo da colonização moderna e a nação que de direito, mais puro e indiscutível, é cabeça dum grande Imperio de fronteiras mundiais” (f. 5);
- (6) “Nenhum povo, em nenhuma época, foi, porém, como o português, animado por força de expansão tão viva e tão original (...) força que ainda hoje se deve invocar, para explicação do próprio temperamento da raça e boa orientação do espírito colonizador, que parece agora ressurgir agora dentre as brumas da desordem.” (f. 72);

³ Veja-se outros exemplos, relativamente às Colónias:

(4) “a Índia, desde os Himalaias até ao Camorim, se ufanava e satisfazia o mundo inteiro.” (f. 91);

(5) “O sal produzido é considerado o melhor do mundo. As análises oficiais dão-no como muito próximo do apreciado sal de Setúbal.” (sobre as salinas do Capulo, em Angola) (fs. 84/85)

- (7) “E a Nação, (...) **um glorioso passado de heroísmo libertador e civilizador a honrar, um notável património espiritual de língua, de cultura e de génio cristão** a defender e a manter (...)”(f. 7)

O processo persuasivo faz-se através da utilização de adjetivos avaliativos-axiológicos como “equilibrado”, “perfeitíssimo”, “puro”, “indiscutível”, “viva”, “glorioso”, entre outros, e de expressões valorativas como “a quarta potencia colonial do mundo”, “primeira na riqueza das suas tradições coloniais”, “mestre de colonizadores”, “Nenhum povo, em nenhuma época, foi, porém, como o português” ou “um notável património espiritual de língua, de cultura e de génio cristão”. Como nos lembra Cunha & Cintra (1996: 247), o adjetivo “é essencialmente um modificador do substantivo” que serve para indicar uma qualidade, um modo de ser, o aspeto ou o estado aos seres, aos objetos ou às noções nomeadas pelo substantivo. Além disso, segundo os mesmos autores, serve também para “estabelecer com o substantivo uma relação de tempo, de espaço, de matéria, de finalidade, de propriedade, de procedência, etc.” (*ibidem*: 247). Os locutores enunciam um juízo de valor e, assim, estabelecem uma relação de compromisso emocional acerca do objeto denotado – o Império Português. A enumeração, as formas superlativas e os advérbios (como o advérbio “tão”), acompanhados dos adjetivos, concedem aos enunciados força ilocutória de carácter expressivo, isto é, enunciados que “expressam emoções, sentimentos, avaliações, juízos de valor ou desejos” (Palrilha 2009: 28), que são perceptíveis ao longo dos textos.

Na revista *Portugal Colonial*, como tem sido demonstrado até aqui, existe uma forte e constante veneração aos colonizadores, através essencialmente da adjetivação e da oposição entre o *Nós* e os *Outros*. Para complementar esse facto, há também, antes dos textos dos locutores convidados, uma secção que é destinada a prestar-lhes homenagem e louvor:

- (8) “as palavras de S. Ex.^a, cheias de firmeza e de otimismo, de vigor e de serenidade, de consciencia e de confiança, teem um valôr e uma oportunidade que é escusado enaltecer.” [Dr. Armindo Monteiro, Ministro das Colónias] (f. 29);
- (9) “Sente-se que com ele prometem demolir-se velhas fórmulas, velhos preconceitos, empoeiradas idéias em que teem assentado raízes os velhos erros que tanto lamentamos.” [Dr. Armindo Monteiro, Ministro das Colónias] (f. 33);
- (10) “No momento em que à frente da pasta das Colonias se encontra um Ministro que é ao mesmo tempo um economista distintíssimo” [Dr. Armindo Monteiro, Ministro das Colónias] (f. 34);
- (11) “Mas o sr. dr. Agostinho de Campos – um dos raros europeus que temos a ventura de ter como compatriotas – tem escrito, sôbre alguns aspectos dos nossos problemas coloniais com o brilho, o sentido de realidades, o espirito critico e o bom senso que, sendo alias características muito nítidas do seu magnifico talento, mais uma vez o afirmaram como um orientador preciso (...)”(f. 52);

- (12) “As medidas postas (...) pelo engenheiro-agrónomo **Correia Mendes** (...) ha-de produzir bom fruto se forem regadas com paciência e insistência, que afoguem a excelsa resistência passiva, que recalitra contra inovações, contrárias á conservadora India dos tempos imemoriais.” (f. 95)

A construção discursiva da imagem do colonizador faz-se, também, com o recurso ao permanente enaltecimento dos indivíduos que beneficiam de um estatuto sociopolítico mais elevado, através, essencialmente, do mecanismo argumentativo/retórico da adjetivação positiva. Esta especial atenção que é dada aos autores dos textos cumpre uma função persuasiva, na medida em que há uma pretensão de inspirar e de reforçar uma imagem de seriedade, mas também de soberania, dos locutores: as palavras de Armindo Monteiro estão “cheias de firmeza”, “vigôr”, “de consciencia e de confiança”; Agostinho de Campos tem escrito “com o brilho, o sentido de realidades, o espirito critico e o bom senso”; Correia Mendes “ha-de produzir bom fruto”.

Interessante é também sublinhar a evocação dos heróis e do passado glorioso e a comparação que se faz com o poderoso Império Romano e com a intelectualidade que era característica dos fenícios e dos gregos. Vejamos os seguintes enunciados:

- (13) “A crença e o entusiasmo religioso, a ambição de glória, o espírito cavalheiresco, a ânsia de lucro, o orgulho da nação ou de raça (...) – a nós e a outros depois de de nós – *dilatar a Fé e o Império.*” (f. 58);
- (14) “Mas o espírito da colonização, - colonização por fixação e intercolaboração dos colonizadores e dos colonizados, herdamos-lo dos **romanos**, enriquecendo-o com os ensinamentos anteriores dos **fenícios e dos gregos** (...)”(f. 76);
- (15) “Ali mesmo se principiou [**Época dos Descobrimentos**] a caracterizar a acção colonizadora dos portugueses, activa, energica, progressiva, humanitária, sentimental, sempre com um fundo de justiça e de igualdade fôsse qual fôsse o povo ou a raça a colonizar.” (f. 78)

Como se pode observar nos enunciados (13)-(15), a construção discursiva do colonizador faz-se, igualmente, através do avivamento da memória histórica da comunidade portuguesa, mas também através da comparação entre Portugal e os grandes feitos dos romanos, dos fenícios e dos gregos, e através da intertextualidade implícita de captação: “dilatar a Fé e o Império”, recuperando o Canto I de *Os Lusíadas*.

A metáfora do Império Português como *paraíso* faz-se através do uso valorizante de outras metáforas como: “sol”, “bússola”, “regado”, “florir”, “coração”, “alma”, “esperança”, “luz”. Por contraste aos ideais do liberalismo que eram “escuridão” e “coração aritmico e

falhado”. Assim sendo, segundo Fuentes e Alcaide (2002: 298), no que respeita ao léxico, “es fácil reconocer que existen en la lengua una serie de elementos léxicos que portan lo que se denomina el rasgo subjetivo, de tal manera que al aparecer en el discurso, el enunciador es reconocido como evaluador de una determinada situación.” Este mecanismo retórico, além de cumprir uma função estética essencial, pondo em evidência a sua força, cumpre também uma função persuasiva, capaz de influenciar as crenças e as atitudes dos leitores, através da produção de sentidos figurados por meio de comparações implícitas. Segundo Vilela (2002: 132), “[a] metáfora opera entre domínios, entre a visão e o conhecimento, entre o espaço e o tempo, e de modo tão natural como a ligação entre *dedo* e *mão*, ou entre *homem* e *mulher*.” Ainda sobre a metáfora, Lakoff & Johnson (*apud* Vilela) referem que “on the basis of linguistic evidence, we have found that most of our ordinary conceptual system is metaphorical in nature.” (*idem* 2002: 73)

É possível observar, ainda, que a *Portugal Colonial* é direcionada a um público leitor da alta sociedade, não só devido ao perfil económico, que é uma das características deste número da revista, mas também pelas formas de tratamento, nomeadamente na *Publicidade* e no *Expediente*: “V. Ex.^{aa}” e “srs. assinantes”, respetivamente⁴. A partir dos enunciados selecionados para representar as formas de tratamento utilizadas na revista em apreço, observa-se que os locutores que compõem os textos tiveram em consideração não só o estatuto social do seu interlocutor, mas também o grau de proximidade existente entre ambos e o carácter formal da situação.

Além dos Atos de Fala Expressivos (de Elogio) que têm vindo a ser apresentados até aqui⁵, sobressaem os Atos de Fala Diretivos, de natureza deôntica, com os verbos modais “dever” e “poder” e com os verbos no imperativo em destaque:

- (16) “O Governo de Angola **não pôde nem deve** deixar-se continuar totalmente dependente das decisões de Loanda.” (f. 39);
- (17) “Contribuir na medida das suas possibilidades e com a pureza das suas intenções, até onde consiga realiza-las, para o restabelecimento dum sentido colonial que **não pôde** ser

⁴ Ver *Anexos: Figura 3 e Figura 4*

⁵ Veja-se ainda os Atos Expressivos de Lamento:

- (6) “**Triste é confessá-lo**. A êste movimento teem-se conservado indiferentes os industriais portugueses que só muito recentemente parecem dispostos a arripiar caminho.” (fs. 96/97);
- (7) “**Apenas é de lastimar** que num Paiz colonial de tão altas e distantes tradições colonisadôras, êsse espirito não esteja já creado e em plena florescencia.” (f. 92)

prorrogativa dum grupo sem unidade, mas que **tem que ser** bussola e facho de quantos são alumiados pelo sol do Império Português.” (f. 19);

- (18) “«**Mas de modo algum deve deixar de ser** levado a crédito ou a débito do seu valôr como funcionários públicos e (...) o interesse ou desinteresse que eles mostrem pelo aumento da riqueza pública».” (f. 86)

As últimas páginas da revista apresentam uma linguagem mais séria, mais formal, revelando no discurso um menor envolvimento pessoal e um menor grau de interpelação direta do leitor. Apresentam essencialmente informações e tabelas sobre assuntos socioeconómicos respeitantes às colónias portuguesas e publicidade. Tem como função base explicar uma verdade, num enfoque racionalizante para influenciar o interlocutor. Vejam-se os seguintes exemplos:

- (19) “Nota-se também que apesar da baixa que durante o ano findo se deu nas cotações do algodão o valor da importação do mesmo ano ainda orçou por cerca de 1.400 mil libras.” (f. 106);
- (20) “Calcula-se que a produção de Angola em 1930 tenha sido superior a 800 toneladas, devendo a de Moçambique exceder em pouco a de 1929.” (f. 107)

Antes de concluir este capítulo, analisaremos a forma como as máximas de cortesia de Leech são respeitadas ou não respeitadas pelos enunciadores da revista *Portugal Colonial*. Como tem sido demonstrado até aqui através dos fenómenos linguísticos apresentados, os vários locutores que compõem a revista em apreço demonstraram uma certa audácia e irreverência no seu discurso para apelarem à adesão do leitor às suas crenças e convicções. Não só está presente o forte elogio e veneração ao Império Português, como a constante relação conflituosa com o *Outro* (nomeadamente, a ideologia liberal), criticando-o diretamente, sem que haja um processo de atenuação, isto é, uma minimização da força ilocutória “para conseguir chegar-se com sucesso à meta prevista e que é usada em contextos situacionais, com menor carácter imediato ou que requerem ou se deseja menos imediatez comunicativa” (Briz 2013: 284). Nesse sentido, consideramos que ao longo da *Portugal Colonial* foram violadas as seguintes máximas de Leech: Aprovação, Modéstia, Acordo e Simpatia, como se pode verificar nos seguintes exemplos:

- (21) “**Mas por fim dêsse tão caluniado seculo XIX**, (...) surgia tambem uma geração de coloniais que, dando realidade e grandeza á nossa soberania em terra de Africa, **sacudia o torpor em que viviamos** e restabelecia, na ordem militar, **o nosso desviado sentido colonial.**” (f. 11);
- (22) “(...) mesmo nas colónias de Africa já tinhamos exercido intensamente, ficou preparada a grande obra de colonisação, **que o barranco aberto em 1820 tão lamentavelmente interrompeu.**” (f. 12);
- (23) “**Nenhum povo, em nenhuma época, foi, porém, como o português, animado por força de expansão tão viva e tão original** (...) força que ainda hoje se deve invocar, para explicação do próprio temperamento da raça e **boa orientação do espírito colonizador**, que parece agora ressurgir agora dentre as **brumas da desordem.**” (f. 72);

7 – Considerações Finais

A realização do presente estudo permitiu-nos perceber que a construção da identidade do colonizador português na revista *Portugal Colonial* faz-se normalmente por um processo de enaltecimento do mesmo, quer através de construções frásicas e de léxico valorizantes, quer através de um processo de polarização face a um actante externo (o *Outro*), numa perspetiva de conflito. Ao mesmo tempo, sobressaem as Isotopias e as escolhas lexicais axiologicamente marcadas pela negatividade no que diz respeito ao *agora* e, pela positividade, no que diz respeito ao *antes* (nomeadamente, ao “passado glorioso”).

O conjunto de mecanismos linguísticos encontrados nesta análise é suficiente para compreender o método propagandístico do Estado Novo, em favor da expansão do Império, assente no recurso à *Adjetivação* e à *Metáfora*, concorrentes para uma visão heroica da Nação Portuguesa. Deste modo, e de forma assumida, o objetivo da revista era “incutir na mentalidade portuguesa uma esperança, confiante num futuro próximo das Colónias e nas Colónias um amôr cada vez mais vivo pela mãe Patria” (f. 22). Neste sentido, apesar da dimensão reduzida da amostra, ao longo deste trabalho, foram expostas algumas características inerentes ao discurso argumentativo, que não devem, em nossa opinião, ser debatidas com leveza e que merecem ser problematizadas sob vários ângulos.

Não obstante, é importante referir que a análise de um único número da revista impede, desde logo, a generalização dos resultados obtidos. Deste modo, seria interessante, num estudo ulterior, expandir a amostra que constitui este estudo e trazer novos contributos para o aprofundamento e a problematização das temáticas aqui abordadas, bem como

explorar, por exemplo, os atos de fala que são mais proeminentes nos vários números da revista.

Muitas respostas ficam por encontrar neste pequeno estudo que trata de alguns fenómenos linguísticos que promovem a construção de uma imagem positiva do colonizador português, sendo apenas mais um passo na área extensa e complexa que é a Análise de Discurso.

Justamente a encerrar este texto, cumpre-nos ressaltar que a escrita, nomeadamente uma escrita em que há uma forte imposição da ideologia salazarista, “tende a forçar o sentido, a postular uma interpretação, a influir na visão do mundo, a, afinal, executar aquilo mesmo que, na vida, as artes retóricas nos equipam para fazer: convencer os outros, levá-los, subrepticamente e sem que se apercebiam, a aderir a sentidos que não entenderiam, interpretações que repeliriam, visões do mundo que os poriam em pânico.” (Jorge de Sena *apud* Alves, 2003: 109). Referências

REFERÊNCIAS

- Alves D. M. 2003. Denotados & Conotados. In: *Foi você que pediu um bom título?*. Coimbra: Quarteto, 109-134.
- Briz, A. 2013. A atenuação e os atenuadores: estratégias e táticas. *Linha d'Água* 26 (2): 281-314.
- Charaudeau, P.; Maingueneau, D. 2004. *Dicionário de Análise do Discurso*. São Paulo: Editora Contexto.
- Corbari, A. T. 2008. *Um estudo sobre os processos de modalização estabelecidos pelo par “é + adjetivo” em artigos de opinião publicados no jornal observatório da imprensa*. Paraná: Unioeste.
- Dijk, T. V. 2006. Discurso y manipulación: Discusión teórica y algunas aplicaciones. *Revista Signos* 39(60): 49-74.
- Escandell, M. V. 1993. Grice y el Principio de Cooperación. In: *Introducción a la Pragmática*. Barcelona: Editorial Anthropos, 91-107.
- Fuentes, C. R.; Alcaide, L. 2002. *Mecanismos lingüísticos de la persuasión*. Madrid: Arco Libros.
- Galvão, H. 1931. *Portugal Colonial: Revista de Expansão e Propaganda Colonial*. Disponível na Internet em: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/PortugalColonial/PortugalColonial.htm>, acedido em 15.04.2017.
- Kerbrat-Orecchioni, C. 1980. De la Subjectivité dans le Langage: quelques-uns de ses lieux d'inscription. In: *L'énonciation de la Subjectivité dans le Langage*. Paris: Armand Colin, 35-146.
- Oliveira, F.; Mendes, A. 2013. Modalidade. In: E. P. Raposo *et al.* (Orgs.) *Gramática do Português*, Vol. I. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 623-693.
- Palrilha, S. M. R. 2009. *Contributos para a Análise dos Actos Ilocutórios Expressivos em Português*. Dissertação de mestrado, Universidade de Coimbra.

- Pinto, A. G. 2012. Marcas de Dialogismo e Polifonia nos Manifestos Políticos das Presidenciais de 2011. In: *Estudos Linguísticos/Linguistic Studies*, 8. Lisboa: Edições Colibri/CLUNL, 195-212.
- Vilela, M. 2002. *Metáforas do Nosso Tempo*. Coimbra: Almedina.

Anexos



Figura 1: Capa do primeiro número da Revista *Portugal Colonial*.



Figura 2: Cabeçalho Interior, de Diniz Fragoso.



Figura 3: Primeira página de propaganda

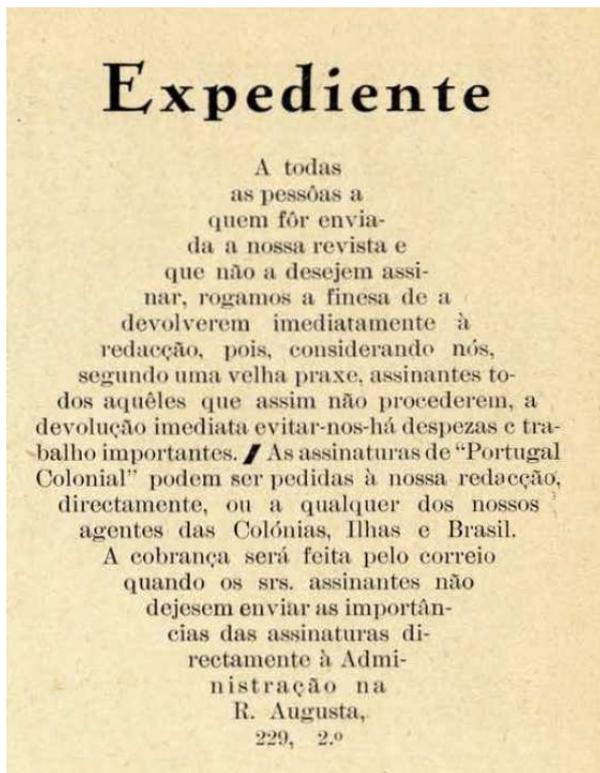


Figura 4: Expediente

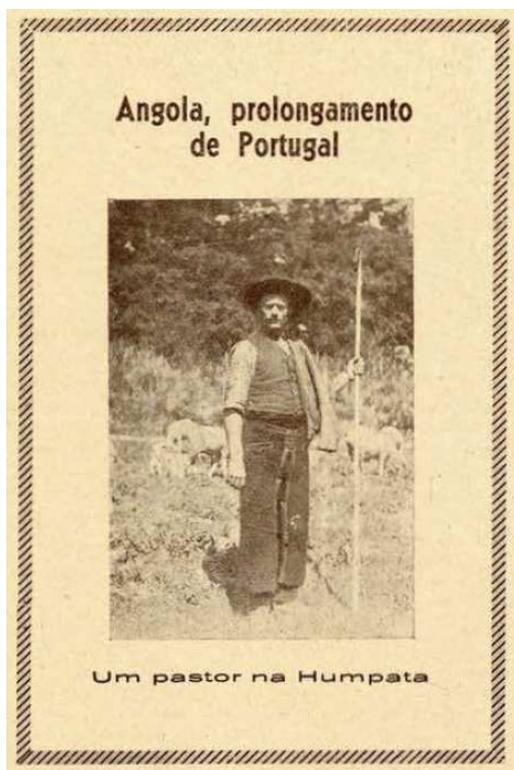


Figura 5



Figura 6

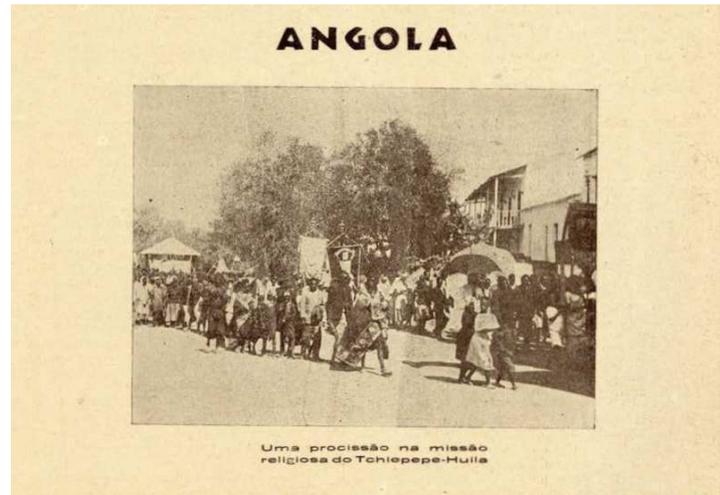


Figura 7

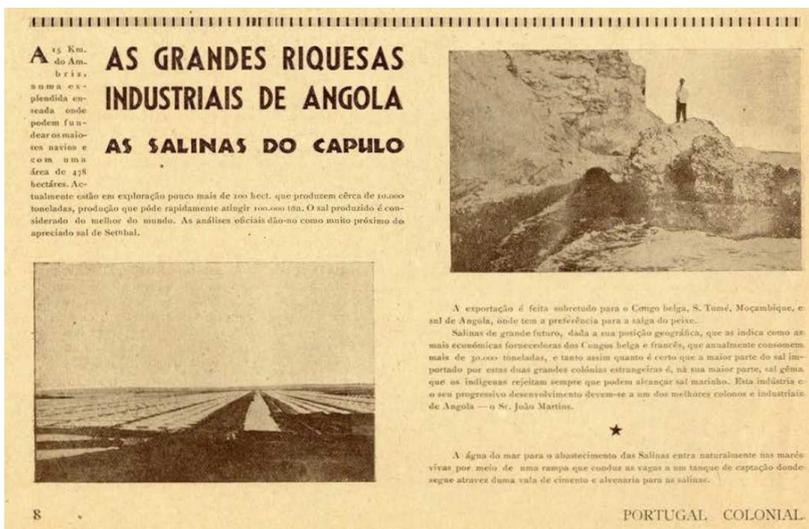


Figura 8



Figura 9

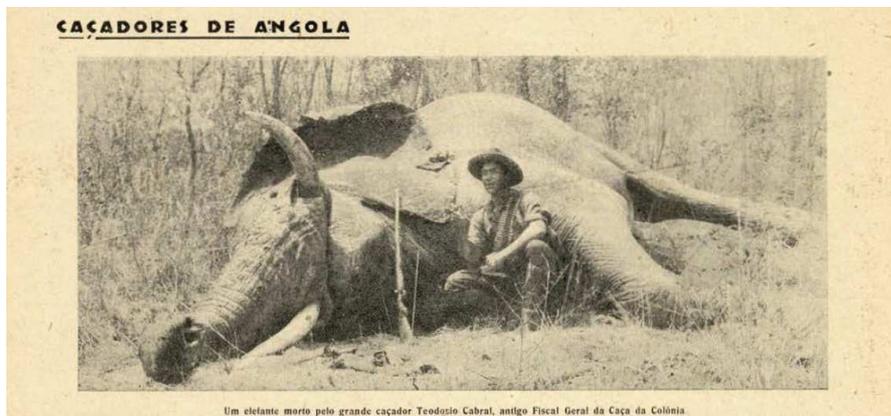


Figura 10

**Colégio
da
Bafureira**
Linha de Cascais
Parêde



Um dos edifícios onde está instalado o Colégio

OS problemas da Educação encontram já em Portugal ótimas soluções sob todos os complicados pontos de vista que encerram.

Entre os estabelecimentos a quem a Instrução em Portugal mais deve, figura o *Colégio da Bafureira*, fundado em 1910 e de que são directores os ilustres pedagogistas D. Julia Margarida dos Reis e o Dr. Paulo dos Reis Guedes.

O *Colégio da Bafureira* além de ter superiormente organizados, com o melhor corpo docente de Lisboa, auxiliado pelo material pedagógico mais moderno, os cursos primário, dos liceus, elemental do Comércio, do Conservatório de Lisboa e ainda cursos especiais de Desenho artístico, pintura, bordados, arte aplicada, corte e dadas, que o secundam como o estabelecimento mais moderno do país, dispõe

ainda duma situação que não pode ser indiferente a todos os pais que tem filhos para educar.

Instalado num edifício com todas as condições de higiene, desfofgo e recreio para os alunos, está situado na melhor praia infantil de Portugal — a Parêde.

Além da cuidada educação intelectual e moral que recebem e da qual são demonstrações evidentes os resultados alcançados, o *Colégio da Bafureira*, pela situação e instalações de que dispõe e ainda pela atenção que lhe merece a educação física dos alunos, realiza por consequência inteiramente a velha formula romana que tão necessária é ás crianças do nosso tempo: *Mens sana in corpore sano*.

E se sob todos estes aspectos o colégio é recomendável para todas as crianças, duma maneira geral, a sua situação recommenda-o, em especial para a educação de todas as crianças doentes, entre as quais figuram as que tantas vezes vêm das nossas Colónias ou que nelas têm passado períodos largos e debilitantes.



Aspecto do refeitório do Colégio, debruçado sobre o mar

PORTUGAL COLONIAL

Figura 11

#	Frase
1	Milhares de cartas são lidas e reidas todas as noites - por toda a África Ocidental - à luz clara do Petroleo Sunflower - o iluminante preparado para usos domésticos .
2	Sunflower não deixa cheiro nem suja as torcidas .
3	Por consequência quando V. Ex.ª precisar - não peça só Petroleo - mas sim Petroleo Sunflower .
4	PORTUGAL COLONIAL UMA APRESENTAÇÃO Por Henrique Galvão
5	PORTUGAL - a quarta potencia colonial do mundo - e primeira na riqueza das suas tradições coloniais - precursor equilibrado e perfeitíssimo da colonização moderna e a nação que de direito , mais puro e indiscutível - cabeça dum grande império de fronteiras mundiais - desviou-se do sentido colonial - por volta de 1820 , com as primeiras fetras do liberalismo .
6	Todas as fortes ligações que prendiam e animavam - como artérias e nervos dum corpo único - o pequeno território metropolitano às vastas possessões de Alem-mar entraram a debellar-se .
7	E a Nação - quasi desarticulada - esqueceu que havia um território continental abandonado - um império extra-continental mais abandonado ainda e imerso em torpó africano - um glorioso passado de heroísmo libertador e civilizador a honrar - um notável património espiritual de língua , de cultura e de génio cristão a defender e a manter - esqueceu sobretudo - que havia seis milhões de homens - seis milhões de almas - que precisavam viver - não degradados à condição servil duma colónia de mestiços - mas sim reerguidos ao nível normal dos homens europeus .
8	E a Nação - tanto se reduziu e amesquinhou que pouco mais vida tinha que a que lhe permitia um coração aritmico e falhado que pulsava nas lajes frias do Terreiro do Paço .
9	Todo o Império se concentrou - sem brio - nem grandeza - numa praça publica!
10	Daque resultou escurecer-se - quasi completamente - o sentido colonial dum povo da sua finalidade historica mundial.
11	Mas por fim desse tão calunioso século XIX - na mesma altura em que as artes - as letras e as sciencias ganhavam pela mão duma geração brilhantíssima - um fulgôr que não conheciam desde a Renascença - surgia tambem uma geração de coloniais que - dando realidade e grandeza à nossa soberania em terra de África - sacudia o torpor em que viviamos e restabelecia - na ordem militar - o nosso desviado sentido colonial.
12	E com uma soberania que começou a exercer-se de facto e - só por si - reatava parte da influencia penetrante que - mesmo nas colónias de África já tinhamos exercido intensamente - ficou preparada a grande obra de colonização - que o barranco aberto em 1820 tão lamentavelmente interrompeu .
13	O País - aplaudiu alguns dos heróis - invocou o passado das glórias e queimou em sessões soles de embandeirada retórica o seu cómodo entusiasmo - mas não seguiu o grande movimento .
14	Numa palavra - é necessário que Portugal retome nas ordens politica - moral e económica - tão brilhantemente como o retomou na ordem militar - o sentido colonial perdido com os primeiros alvoro do século passado .
15	Não pôde haver um grupo de «coloniais»
16	E' necessario - emfim - que todos os portugueses - no convencimento da missão que o seu País tem a cumprir - o sejam .
17	Tanto os que vão às colónias como os que na Metrópole consomem a sua vida!
18	E ninguém dirá que não seja este um ideal capaz de substituir com vantagem e interesse essas ideologias torpes da Política que hoje constituem - quasi exclusivamente - o repasto espiritual dos portugueses que tem voz activa nos destinos do País .
19	A «Portugal Colonial» nasce pois dentro d'este pensamento : Contribuir na medida das suas possibilidades e - com a pureza das suas intenções - até onde consiga realiza-las - para o restabelecimento dum sentido colonial que não pôde ser prerrogativa dum grupo sem unidade - mas que tem que ser bussola e facho de quantos são alumados pelo sol do Império Português .
20	Para tanto procurará - longe de toda a politica inferior e de todos os interesses ilegítimos fazer a propaganda das nossas colónias - pugnar pela formação de uma hierarquia de valores - animar as gerações novas em é preciso recrutar urgentemente élites coloniais - agitar e estudar os problemas que interessam às colónias - acolher e orientar todos os entusiasmos sinceros e todas as boas vontades decididas .
21	Finalmente - procurará prestar ao País - cujas forças morais é preciso levantar - o serviço de o convencer que a coordenação da politica económica da Metrópole - assenta virtualmente a resurreição do nosso bem estar e - mais ainda - da nossa missão imperial .
22	Não sabemos até que ponto conseguiremos realizar o nosso programa - mas cremos que não é esforço perdido tudo quanto se faça para inculir na mentalidade portuguesa uma esperança - confiante num futuro próximo das Colónias e nas Colónias um amor cada vez mais vivo pela mãe Patria .
23	Outros - melhor e mais largamente apetrechados - poderiam fazer o que nós hoje - modesta e dificilmente - encetamos .
24	Mas não o tem feito .
25	Portugal - a 4.ª potencia colonial do mundo - não tem - praticamente - uma grande Imprensa Colonial .
26	A «Portugal Colonial» vem preencher uma pequena parte dessa lacuna - apenas uma pequena parte .
27	Porque a sua vida - num meio ainda hostil a empreendimentos desta natureza - não pôde deixar de ser difícil - porque a anima uma ideia otimista que o pessimismo elegante do tempo não auxilia - porque os criticos de café e os calculadores de profissão - lhe não de atribuir todas as ruins intenções com que a sua inventiva habitualmente mimoseia todos os esforços - porque - emfim - o «mal haver» que resulta do «por bem fazer» não é novidade nem consequencia imprevista para nós - ignoramos a duração e os efeitos da sua carreira .
28	Mas sabemos que não ha lutas sem sacrificados - nem vitórias sem imolações .
29	Porque a questão colonial domina hoje de muito alto as grandes questões nacionais - porque é nas colónias que se ha de cumprir o destino dum país cuja existencia como nação e como império é condicionada pela forma como honrar no futuro uma grandeza que o passado lhe legou - porque - emfim - os problemas coloniais tem - nos ultimos tempos - agitado todas as opiniões e suscitado um interesse raro - as palavras de S. Ex.ª - cheias de firmeza e de otimismo - de vigôr e de serenidade - de consciencia e de confiança - tem um valor e uma oportunidade que é escusado enaltecer .
30	O sr. doutor Armindo Monteiro - o mais novo dos ministros que tem sobraçado a pasta das colónias - entrou para o seu ministério com uma garhardia - um desassombro e uma segurança que são raras entre estadistas portugueses .
31	Ele o disse - Sei o que vou fazer!
32	E com êle entrou tambem no velho ministerio um sangue novo e generoso - um talento desempeorado e - sobretudo - um cérebro disciplinado - com ideias arrumadas e uma cultura sólida .
33	Sente-se que com êle prometem demoir-se velhas formulas - velhos preconceitos - empoeiradas ideias em que tem assentado raizes os velhos erros que tanto lamentamos .
34	No momento em que à frente da pasta das Colónias se encontra um Ministro que é ao mesmo tempo um economista distintissimo .
35	As suas palavras são firmes e precisas como sempre - claras como quem não desconhece o caminho que trilha - E' indispensavel fazer-se a reorganização administrativa de Angola - reorganização quasi total .
36	- Essa reorganização tem de ser feita com um duplo objetivo - trazer o orçamento até ao seu equilibrio e dar um espirito novo aos organismos do Estado de modo a tornar a sua acção sobre a produção mais intensa .
37	Temos que modificar - portanto - os próprios principios em que até aqui tem assentado a estrutura - administrativa da Colónia .
38	Onde se marcava a ideia duma centralização quasi absoluta - temos de estabelecer uma grande descentralização .
39	O Governo de Angola não pôde nem deve deixar-se continuar totalmente dependente das decisões de Loanda .
40	Tem de dar-se às autoridades que - na hierarquia funcional - se achem colocadas entre o Governador Geral e os administradores de circunscrição - poderes e meios de acção novos - que as habilitem a influir decisivamente no desenvolvimento das regiões - por vezes imensas e ricas - confiadas ao seu cuidado .
41	Quanto aos serviços centrais ha que atterar tambem a sua contextura presente .
42	De facto - as necessidades duma administração seria reclamam que se concentrem sob uma só direcção serviços que tem a mesma natureza e que deviam subordinar-se à mesma orientação geral .
43	Nunca se viu um general entregar o seu plano ao inimigo antes da batalha .
44	E' claro que tenho a acrescentar que isto não pôde ser considerado senão como uma fase transitória das relações financeiras entre a Metrópole e Angola .
45	O governo da Colónia tem de habilitar-se a considerar a sua divida como uma cousa sagrada - pagando pontualmente os seus juros .
46	Eui sei que a probreza de alma de certos individuos os linha já feito sonhar com grandes inundações de notas .
47	Já havia quem imaginasse uma desvalorização da moeda - para que a queda do Angular diminuise os seus débitos .
48	Esses erraram os cálculos .
49	O Angular ha de ser defendido tenás e energeticamente .
50	E se houver energia e continuidade o problema ha de ser resolvido .
51	O sr. doutor Armindo Monteiro conclui com o seu otimismo de moço - esse otimismo sadio e moral que tem de ser a alavanca da gente nova - Angola não tem mesmo problemas insolúveis .
52	Mas o sr. dr. Agostinho de Campos - um dos raros europeus que temos a ventura de ter como compatriotas - tem escrito - sobre alguns aspectos dos nossos problemas coloniais com o brilho - o sentido de realidades - o espirito critico e o bom senso que - sendo alias caracteristicas muito nitidas do seu magnifico talento - mais uma vez o afirmaram como um orientador preciso - desses de que as gerações novas carecem e que tanto escasseiam na época em que vivemos .
53	O sr. dr. Agostinho de Campos - é assim o melhor representante e a realidade viva duma ideia que defendemos - Pode-se ter um sentido colonial nitido e afinado sem à que para isso seja necessario ir às Colónias .
54	E Portugal só será um grande país colonial quando todos os portugueses o tiverem - quando todos os portugueses forem coloniais .
55	PORQUE é que se coloniza?
56	Para que se tem colónias .
57	Que sentido se contém hoje em dia na expressão «Império Colonial»?
58	A crença e o entusiasmo religioso - a ambição de glória - o espirito cavalheiresco - a ânsia de lucro - o orgulho da nação ou de raça - a energia fisica e moral exuberante - o génio aventureiro - o instinto das necessidades politicas - as fatalidades geograficas - a lei do menor esforço (verdadeiro ou ilusório) - a velocidade adquirida em séculos de guerras contra vizinhos - probreza e imaginação que via luzir ao longe o ouro apetecido - de todos estes impulsos sociais e naturais - alguns contraditórios - se formou uma corrente de forças - superior à vontade e ao raciocinio humano - que nos fez - a nós e a outros depois de de nós - dilatar a Fé e o Império .
59	Na sua essência a iniciativa e persistência colonizadora resume-se em três palavras : exuberar - possuir - dominar .
60	Dar emprego a energias transbordantes .
61	Aguas passadas não movem moinhos - nem que sejam os de D. Quixote .
62	O direito dos povos a disporem de si próprios é artigo novo no código moral e politico das relações internacionais .
63	Reza assim o parágrafo unico .
64	«Há povos atrasados que não sabem ainda governar-se por si próprios - e há nações adelantadas - com sabedoria governativa que lhes chega para elas e ainda sobra para outros .
65	Estas - portanto - governarão ou colonizarão aqueles - até os elevarem ao seu alto nível de capacidade administrativa ou politica - e nem um minuto mais» .
66	Coloniza-se porque é sábio .
67	Tem-se colónias para dar aula .
68	E um império colonial não pode ser - hoje em dia - senão uma espécie de colégio ou Kindergarten - jardim-da-infancia para os povos - onde uma nação mestra - que adora as crianças - ensina os meninos brincando - e sem lhes dar com a palmatória .
69	Só mudaram as palavras e as fórmulas - fecundo e destrutivo brinquedo dos homens .
70	A colonização é fenómeno humano - eterno e complicado - contra o qual nada podem as efémeras e excessivamente simples ideias dos homens .
71	Nem a lógica tem vida - nem a vida tem lógica - a não ser a sua própria - que soberanamente se ri da nossa .
72	Nenhum povo - em nenhuma época - foi - porém - como o português - animado por força de expansão tão viva e tão original (...) força que ainda hoje se deve invocar - para explicação do próprio temperamento da raça e boa orientação do espirito colonizador - que parece agora ressurgir agora dentro as brumas da desordem .
73	O génio português na obra de expansão ultramarina manifesta-se nos alvôres da historia e talvez enraize (se é possível comprovar-se a existencia da Atlantida) no proprio fundo autóctone da raça - tirará as suas origens das populações atlânticas - transformado embora pela influencia cruzada das varias imigrações que procuraram a nesga do território onde se veio a formar Portugal - ou ao contacto dos povos que foram encontrando no seu caminho .
74	As origens - relembrando tempos idos de maior fulgôr ou a memoria d'esse continente maracchioso - a Atlântida - - enlaçada à alma do povo - incosciente e imprecisa - como sonho transmitido através dos séculos - de geração em geração - ou a vigilância do mar - que foi sempre o campo livre da sua acção - - desse mar que banha ainda - como outrôta - a costa da terra que lhes serviu de berço - - deram aos portugueses a atracção das terras escondidas nas brumas da lenda - e do ignoto das novas terras a explorar - a atracção do proprio misterio em sim - - impellido a população uma anciedade expansiva cheia de heroica melancolia - que ao mesmo tempo os arrastava em busca de novas impressões e os levava de alma presa à terra pela saudade .
75	O seu espirito de aventura desenvolveu-se - e navegavam já para o Sul e para o Norte - em viagens muito mais arriscadas do as dos fenicios que - se alguma coisa lhes ensinaram - com êles ao menos aprenderam o conhecimento do estanho .
76	Mas o espirito da colonização - - colonização por fixação e intercolaboração dos colonizadores e dos colonizados - herdando-lo dos romanos - enriquecendo-o com os ensinamentos anteriores dos fenicios e dos gregos - e adaptando-o depois às circunstancias de meio e de lugar e criando assim um método proprio que fomos applicando em todas as terras e ao contacto dos povos que encontramos .
77	O conhecimento das terras africanas - das Canarias e talvez de Cabo Verde - perdéra-se na desordem imensa - provocada pelas invasões dos bárbaros - e foi aos portugueses que se ficou devendo o seu moderno recrudescimento .
78	Alli mesmo se principiou a acção colonizadora dos portugueses - activa - energica - progressiva - humanitária - sentimental - sempre com um fundo de justiça e de igualdade fosse qual fosse o povo ou a raça a colonizar .
79	Mas uma vez mais a desordem interrompeu a tradição .
80	Os velhos coloniais durescidos no trabalho - na observação e no estudo foram desaparecendo sem que as suas aptidões - a sua experiência e a sua boa vontade fossem aproveitadas e galardoadas .
81	Ante a concorrência dos atrevidos e mediores foram muitas vezes postos de parte .
82	Que os novos procurem acrisolar a sua vontade nas dificuldades a vencer com anatureza - muitas vezes inhospita - e com as circunstancias - em África - onde - mais do que na Europa - se põem à prova as qualidades de inteligencia - de bravura e de organização que fazem os chefes - os guias - os condutores dos povos consciencia da sua missão na terra .
83	Que vozes novas sigam a juntar-se às dos velhos queimados pelo sol da África e que nunca se sentiram - onde quer que lidaram na obra civilizadora comum - longe de Portugal!
84	O sal produzido é considerado o melhor do mundo .
85	As análises officias dão-no como muito próximo do apreciado sal de Setúbal .
86	«Mas de modo algum deve deixar de ser levado a crédito ou a débito do seu valor como funcionários públicos - e - como tal registado na folha de serviços de cada funcionario colonial - o interesse ou o desinteresse que eles mostram pelo aumento da riqueza publica na área da sua jurisdicção - pelo desinteresse a tal respeito manifestado - ou pelas dificuldades por êles creadas ao aumento da mesma riqueza publica» .

87	Mas dêsse estudo , que interessa profundamente , não só aos capitais e actividades empregadas na utilização das possibilidades da terra nas colónias portuguesas , e portanto ao aumento da riqueza pública colonial , mas igualmente interessa à defesa da Unidade Económica Nacional , e , como consequência , ao desenvolvimento da Marinha Mercante Portuguesa , à maior radicação da nossa nacionalidade em todas as colónias , até directamente interessando às finanças do Estado em todas elas , pois é a riqueza pública que os Governos das Colónias vão buscar , por tributação adequada , as receitas indispensáveis às despesas gerais da sua administração , dêsse estudo , repetimos , resulta a imperiosa necessidade do funcionalismo público colonial se interessar , com boa vontade e com inteligência , no aumento da riqueza pública , que é afinal , a origem das receitas com que o Estado lhe paga .
88	E , a tal propósito , e porque o Governo já autorizou a publicação dos relatórios da Comissão a que acima se fez referência , não pôde haver inconveniente em aqui transcrever os seguintes períodos de um dêesses relatórios que aos assuntos neste artigo tratado profundamente interessam .
89	As colónias são países em construção : só podem fazer-se vagarosa e pertinazmente com economia , sacrificio das comodidades pessoais , saber técnico , trabalho e disciplina; o amor dos papeis e das fórmulas complicadas embaraça o seu crescimento .
90	Na hora presente , em que as colónias portuguesas estão atravessando uma grave crise económica , e , como consequência , o Estado em cada colónia uma grave crise financeira , uma missão da mais alta importância é distribuída ao funcionalismo colonial .
91	A Índia , desde os Himalaias até ao Camorim , se ufanava e satisfazia o mundo inteiro .
92	Apenas é de lastimar que num Patz colonial de tão altas e distantes tradições colonisatórias , êsse espirito não esteja já creado e em plena florescencia .
93	Crise que só será possível vencer pelo acção intelligente , ponderada e cautelosa do Estado , exercida por um funcionalismo de elites , recrutado entre os que tenham sufficiente cultura que às colónias interesse como a que a Escola Superior Colonial ministra aos que por ella passam .
94	Muito mais pratico , mais vantajoso e mais proveitoso para Portugal seria o contentar-se a ser tão somente ceireiro e árbitro das riquezas do Oriente , como de facto o foi por espaço de cem annos , sem que nenhuma outra nação contestasse os seus direitos , ou com o receio de se defrontar com as suas aquerridas náus , ou occupadas como todas ellas andavam em guerras intestinas .
95	Correia Mendes , que conhecemos por ser um fero agitador de ideias novas em todos os campos da sua actividade , ha-de produzir bom fruto se forem regadas com paciência e insistência , que afoguem a excelsa resistência passiva , que recalcitra contra as innovações , contrárias à conservadora Índia dos tempos immoriaes .
96	As conferencias da Sociedade de Geografia - salvo excções honrosissimas - teem sido caracterisadas , no que diz respeito às coisas coloniais , por um probreza de conceitos que arripia , e a continuar assim , teremos que lhe preferir - os que cá estamos tao longe , avidos de noticias sólidas e concretas - o relato dos serões da pensão da Dona Mafalda .
97	Triste é confessá-lo .
98	A êste movimento teem-se conservado indifferentes os industriaes portugueses que só muito recentemente parecem dispostos a arripiar caminho .
99	E' preciso pôr de parte a monomania , verdadeiro circulo vicioso de a proposito de tudo se implorar o favor pautal .
100	Como - e muito bem - já o afirmou algures o grande Reconstructor das Finanças Nacional dr. Oliveira Salazar o favor pautal , por si só , não resolve o problema .
101	O Estado por si só não pode fazer milagres .
102	Não nos interessa a questão no seu aspecto de mexerico da Rua dos Capelistas , nem apurar os motivos que deram origem ao boato .
103	Essa comissão , decerto , não deixará de tomar como base dos seus trabalhos o conhecimento profundo e imparcial da situação de ambas as companhias .
104	De resto tem um exemplo recente a servir-lhes de ponto de referência .
105	Em Angola , até agora , os esforços realisados para combater a crise , teem-se conservado desordenados e sem programa , sendo todavia de considerar a notável entrevista concedida pela professor Armindo Monteiro , actual Ministro das Colónias , ao «Diario de Notícias» em 12 de janeiro no seu regresso de Angola e na qual , pela primeira vez , desde a eclosão da crise se afirma um nitido espirito de compreensão dos males que affectam Angola .
106	Nota-se também que apesar da baixa que durante o anno findo se deu nas cotações do algodão o valor da importação do mesmo anno ainda orçou por cerca de 1.400 mil libras .
107	Calcula-se que a produção de Angola em 1930 tenha sido superior a 800 toneladas , devendo a de Moçambique exceder em pouco a de 1929 .

Quadro 1

SER, ESTAR E FICAR EM CONSTRUÇÕES COM ADJETIVOS E PARTICÍPIOS¹

Rute Alexandra Félix Rebouças²

rute.reboucas.10@gmail.com

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO, PORTUGAL

RESUMO. A língua portuguesa, ao contrário de muitas outras, possui a distinção entre *ser* e *estar* e dispõe de um verbo utilizado frequentemente em construções resultativas (*ficar*). As construções com esses verbos, *ser*, *estar* e *ficar* + adjetivo e/ou particípio, são estudadas há muito tempo, visto que apresentam semelhanças e dissemelhanças entre elas. Com o objetivo de encontrar regularidades na seleção destes verbos em função da combinação com adjetivos e também com participios passados, foi feita uma recolha de um *corpus* (retirado do CETEMPúblico) e, posteriormente, uma análise das amostras com base no enquadramento teórico proposto.

PALAVRAS-CHAVE. verbos copulativos, verbos auxiliares, construções predicativas, tipologia adjetival, verbo *ficar*.

ABSTRACT. Portuguese language, Unlike many others, has the distinction between *ser* and *estar* and has a verb often used in resultative constructions (*ficar*). The constructions with these verbs, *ser*, *estar* and *ficar* + adjective and/or past participle, have been studied for a long time, since, as they present similarities and dissimilarities between them. With the objective of finding regularities in the selection of these verbs combined with adjectives and also with past participles, we collected a corpus (from CETEMPúblico) and, subsequently, analyzed samples based on the theoretical framework.

KEY-WORDS. copulative verbs, auxiliary verbs, predicative constructions, adjectival typology, verb *ficar*.

¹ Este trabalho foi realizado no âmbito da unidade curricular *Projeto*, incluída no plano de estudos da licenciatura em Ciências da Linguagem, sob a orientação da Professora Doutora Fátima Oliveira.

² Estudante do terceiro ano, do curso de Ciências da Linguagem, variante linguística, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

1 – Introdução

Neste trabalho, com o objetivo de responder às seguintes questões: (1) Há diferença entre verbos auxiliares e verbos copulativos em construções com adjetivo e/ou particípio?; (2) Os verbos *ser*, *estar* e *ficar* podem selecionar os mesmos adjetivos?; (3) Há diferenças nas construções de *ser*, *estar* e *ficar* com adjetivos ou com particípios?, apresenta-se e analisa-se construções com *ser*, *estar* e *ficar* com adjetivos e particípios, tendo em conta que estes verbos podem funcionar como verbos copulativos quando existe predicção e, também, como verbos auxiliares.

Numa primeira secção, daremos a conhecer a metodologia usada e, logo depois, com base em autores como Gumiel-Molina & Pérez-Jiménez (2012), Cunha & Ferreira (2003), Duarte & Oliveira (2010) e, por fim, Herculano de Carvalho (1984), apresenta-se um enquadramento teórico, completando-o com exemplos retirados do CETEMPúblico, com a finalidade de ilustrar o que é dito. Nesta secção do enquadramento teórico, num primeiro momento apresenta-se e discute-se a tipologia de adjetivos, baseada em Gumiel-Molina & Pérez-Jiménez (2012) e, num segundo momento, este mais aprofundado, em Cunha & Ferreira (2003). De seguida, passamos às construções com particípio, com base em Duarte & Oliveira (2010). Além disso, numa primeira fase do enquadramento teórico é explicitado o conceito de verbo copulativo e verbo auxiliar, conforme Oliveira (2003), Duarte (2003), Cunha & Cintra (2014) e Cunha (2013).

Na secção seguinte, com base em Duarte & Oliveira (2010) e em Herculano de Carvalho (1984), fala-se do verbo *ficar*, que apresenta uma dupla funcionalidade, podendo funcionar como copulativo ou como auxiliar.

Numa penúltima secção são apresentados os exemplos das amostras retiradas do *corpus* recolhido, com vista a comprovar ou refutar aquilo que foi argumentado anteriormente na secção 3.

Por fim, apresentam-se algumas conclusões retiradas de toda a pesquisa e análise, tendo em conta a base teórica e as amostras do *corpus* recolhido.

2 – Metodologia

Com base em questões teóricas propostas por Cunha (2013), Cunha & Cintra (2014), Oliveira (2003), Duarte (2003), Gumiel-Molina & Pérez-Jiménez (2012), Cunha & Ferreira (2003), Duarte & Oliveira (2010) e Herculano de Carvalho (1984), foram recolhidas mil

amostras aleatórias do CETEMPúblico de cada construção: *ser + adjetivo*, *ser + particípio*, *estar + adjetivo*, *estar + particípio*, *ficar + adjetivo*, *ficar + particípio*.

É de salientar que a construção que apresenta um maior número de ocorrências é *ser + adjetivo*, num total de 457764 ocorrências presentes no CETEMPúblico, seguindo-se as construções *estar + adjetivo*, que, no total, apresentam 68147, e *ser + particípio*, com 23169; já a construção *ficar + adjetivo* possui apenas 15520 ocorrências. De seguida, no CETEMPúblico existem 6775 ocorrências de *estar + particípio* e, por último, somente com mil ocorrências (1000), *ficar + particípio*. Com isto, verifica-se que as construções com o particípio passado são menos recorrentes, ao contrário das com adjetivos, sendo que, no caso de *ficar*, apenas existem mil amostras de construções participiais na base de dados.

Posteriormente, foi feita uma seleção de exemplos do *corpus*, tendo em conta apenas os tempos verbais de presente, pretérito perfeito e pretérito imperfeito do indicativo, pois são os tempos e modo verbal que nos interessam para analisar, deixando de parte exemplos no conjuntivo, futuro do indicativo e construções com infinitivo.

Ao longo das três secções que propomos a seguir são apresentados vários exemplos do *corpus* recolhido, com o objetivo de uma exemplificação de fácil perceção, à medida que se avança teoricamente.

3 – Enquadramento Teórico

3.1. Verbo Copulativo

De acordo com Cunha & Cintra (2014:485), dá-se o nome *copulativo* aos verbos que são antecedidos de um constituinte com função sintática de sujeito e seguidos de um outro constituinte com a função sintática de predicativo do sujeito, havendo, desta forma, ligação entre os dois constituintes. A lista de verbos copulativos não engloba apenas os verbos a estudar (*ser*, *estar* e *ficar*) mas também outros como, por exemplo, *permanecer*, *continuar* e *parecer*.

Duarte (2003) descrevem os verbos copulativos como verbos que “apenas seleccionam semanticamente um argumento interno – uma oração pequena, cujo núcleo pode ser adjetival³, nominal⁴, preposicional⁵ ou adverbial⁶” (2003: 302). Estas autoras

³ O sistema *é soberbo* (...) *par=ext270113-clt-soc-91b-3*

⁴ A Sofia *é médica*.

⁵ A família da Rita *está com problemas*.

⁶ O teatro *fica longe do parque de estacionamento*.

acrescentam, ainda, que num ponto de vista superficial, o sujeito da oração ocorre como sujeito da frase copulativa e o núcleo da oração funciona como predicativo do sujeito. De facto, para uma melhor compreensão, Duarte (2003: 303) apresentam um esquema relacional que os verbos copulativos determinam: SU Vcop PREDsu.

Segundo Cunha (2013), as orações copulativas têm normalmente um valor estativo, descrevendo propriedades que permitem caracterizar o sujeito⁷ ou caracterizar estados em que o sujeito se encontra⁸, algumas vezes perspectivados como resultado de mudança a partir de um estado anterior⁹.

Contudo, *ser*, *estar* e *ficar*, além de se comportarem como verbos copulativos, podem, de facto, comportar-se também como verbos auxiliares. Voltaremos a esta questão mais à frente.

3.1.1. Construções com Adjetivos

Segundo Cunha (2013: 598), sempre que o núcleo verbal do predicado é de natureza adjetival, os verbos *ser* e *estar* relacionam-se com a oposição entre predicados de indivíduo e predicados de estádio. Desta forma, os predicados de indivíduo selecionam *ser*, por oposição aos predicados de estádio, que selecionam *estar*, dado que, conforme Gumiel-Molina & Pérez-Jiménez (2012), os primeiros fazem referência a propriedades estáveis (de acordo com Gumiel-Molina, não implicam mudança), e os segundos caracterizam-se por serem estados transitórios (segundo Gumiel-Molina, implicam mudança) do sujeito que predicam. Estas mesmas autoras agrupam adjetivos como *autêntico*, *falso*¹⁰ e *mortal* em construções só possíveis com *ser*. Por seu lado, *ausente*, *cansado*, *contente* e *descalço* (cf. 2) combinam-se só com *estar*, e num terceiro grupo, as autoras incluem adjetivos que se combinam com os dois verbos, como por exemplo, *alto*, *branco*, *caro* e *inteligente*. Outro adjetivo que se aplica a *estar* é *grávida*, uma vez que descreve uma propriedade temporária.

⁷ O pai do Pedro *é* alto/bonito/inteligente.

⁸ O pai do Pedro *está* cansado/doente.

⁹ O pai do Pedro *ficou* cansado/doente.

¹⁰ O adjetivo *falso* pode funcionar como adjetivo qualificativo, atribuindo qualidades às entidades denotadas pelas expressões nominais, levando a construções com o verbo *ser* (“Disse apenas que o comunicado da Faculdade «**falso**, é enganoso e tem mentiras.»” *par=ext5169-eco-98a-1*) ou aparecendo em posição pós-nominal (Médico falso). Todavia, este adjetivo pode estabelecer relação com o conceito, podendo surgir em posição pré-nominal, realizando-se como um adjetivo adverbial modificador do significado (“Um **falso** médico passou-se durante pelo menos dez anos pelo Hospital de Santa Maria.” *par=ext810-soc-98a-3*), não havendo, deste modo, predicação.

Cunha & Ferreira (2003) apresentam uma tipologia de adjetivos com base em propostas como a de Demonte (1999), com vista a distinguir adjetivos e os relacionar com os verbos *ser* e *estar*, visto que alguns adjetivos apenas selecionam *ser*, outros *estar* e certos adjetivos selecionam tanto *ser* como *estar*. Ora, estes autores dividem os adjetivos em três grandes classes: qualificativos, relacionais – que atribuem propriedades aos nomes – e adverbiais. Estes últimos, segundo Cunha & Ferreira (2003: 422), subdividem-se em adjetivos modificadores do significado, adjetivos negativos e conjeturais, adjetivos modais e adjetivos temporais. Nestes subtipos de adjetivos verificam-se dissemelhanças, nomeadamente na sua ocorrência com os verbos *ser* e *estar*, apesar de pertencerem todos a um mesmo grande grupo. Os qualificativos, por constituírem uma classe heterogénea, incluem adjetivos que apenas podem ocorrer com *ser*, outros com o verbo *estar* e ainda outros que admitem ambos os verbos. No caso de adjetivos qualificativos que revelam disposições humanas ou atitudes, estes, como *norma*, deviam apenas aceitar o verbo *ser*, dado que comportam predicados de indivíduo. Todavia, podem ainda admitir o verbo *estar* de acordo com determinadas situações temporais, como é o caso dos adjetivos que retratam idade, por exemplo *novo* ou *velho* (cf. 4 a 7).

Contudo, o adjetivo *recente*, por oposição a outros que designam idade, como *novo*, apenas admite predicções que envolvem *ser*. Conforme Cunha & Ferreira (2003), o adjetivo *recente* aproxima-se dos adjetivos adverbiais temporais (cf. 8 e 9). Já os adjetivos *pequeno*, *grande* e *curto*, por serem adjetivos qualificativos de dimensão, podem, em certos contextos, aproximar-se dos adjetivos adverbiais temporais admitindo, assim, *ser* e *estar*, alterando as ocorrências de predicação¹¹. Ferreira (2012) afirma que “a ocorrência de adjetivos temporais em construções predicativas é muito variável e deveria até ser escassa” (2012: 80), uma vez que, segundo a mesma autora, estes adjetivos não deveriam ocorrer nessas estruturas. Porém, esse fenómeno dá-se e deve-se ao facto de o adjetivo em questão ser qualificativo, dado que esta classe de palavras passa, muitas vezes, por processos de recategorização.

Por outro lado, no que diz respeito aos adjetivos modais e aspetuais (*provável*, *possível*, *frequente*), estes, como estão ligados a propriedades e qualidades do indivíduo, comparecem somente em construções predicativas com o verbo *ser* (veja-se os exemplos 17 e 18).

De acordo com Cunha & Ferreira (2003), os adjetivos relacionais e os dois subtipos de adjetivos adverbiais – modificadores do significado e negativos e conjeturais – não podem

¹¹ Conferir as amostras de 6 a 15 apresentadas na quarta divisão (análise de dados) deste artigo.

ocorrer em posição predicativa. Porém, frequentemente parece que estes participam em construções com predicados de indivíduo, mas, de facto, o que existe é uma mudança de categoria. No caso dos primeiros, os nomes são modificados, todavia, esta construção predicativa só ocorre com *ser*, acabando, desta forma, por atribuir a esses adjetivos uma propriedade que remete para indivíduos.

Concluindo, segundo Cunha & Ferreira (2003: 428), “as possibilidades combinatórias dos Adjetivos são bastante díspares”, pois, na presença de adjetivos qualificativos e de certos adverbiais, a comparência em construções predicativas com *ser* e/ou *estar* revela que estes adjetivos podem ocorrer com predicados de indivíduo, com predicados de estádio e ainda podem ocorrer tanto com predicados de indivíduo como com predicados de estádio. Por oposição a estes dois tipos de adjetivos, os relacionais afastam-se dos demais, já que estes ao serem usados predicativamente revelam características estáveis de natureza individual e, por esse motivo, apenas admitem *ser*.

3.2. *Ser, estar e ficar em construções com o Particípio Passado*

Os verbos *ser*, *estar* e *ficar* em construções com o particípio passado funcionam como verbos auxiliares, que se caracterizam por antecederem o verbo principal, constituindo com este um complexo verbal (sequência de um ou mais verbos auxiliares e um verbo principal), consoante Cunha & Cintra (2014). Este tipo de verbos não determina os complementos que o sucedem nem o tipo de sujeito que ocorre na frase, podendo, numa mesma frase, “coocorrer dois ou mais verbos” (Cunha & Cintra, 2014: 485).

De acordo com Cunha & Cintra (2014: 496), *ser* “emprega-se com o particípio do verbo principal, para formar os tempos da voz passiva”. Já o verbo *estar* pode ser empregue de quatro formas diferentes: com o particípio do verbo principal, resultando numa frase passiva, como auxiliar com o gerúndio ou com o infinitivo do verbo principal, com o infinitivo do verbo principal antecedido da preposição *para* e com o infinitivo do verbo principal precedido da preposição *por* (conferir amostras de 20 a 25 da análise de dados).

Duarte & Oliveira (2010), com base em Embick (2004), para distinguir particípios apresentam a seguinte divisão: particípios eventivos (aqueles que ocorrem nas passivas verbais), particípios estativos e particípios resultativos. Os particípios resultativos diferenciam-se dos eventivos pela presença, nos últimos, e a ausência, nos primeiros, de

agentividade; por outro lado, os participípios eventivos e resultativos distinguem-se dos estativos por estes não possuírem componente eventiva.

Duarte & Oliveira (2010) propõem que os participípios eventivos admitem agente da passiva e advérbios orientados para o agente, podendo controlar o sujeito nulo de orações finitas. Já as construções estativas podem funcionar como complementos de verbos que indicam mudança de estado, como predicados secundários em construções resultativas, respeitando, também, a possibilidade da combinação com o prefixo de negação “in”. Segundo as mesmas autoras, os participípios resultativos caracterizam-se por não serem compatíveis com a ocorrência do prefixo de negação “in”, contrariamente aos participípios estativos (ver 26-29).

Na verdade, segundo Cunha & Ferreira (2003: 428), tal como os adjetivos, os participípios em posição predicativa tendem a restringir a ocorrência de *ser*, de *estar* e de *ficar* nas construções onde estão presentes, visto que, de acordo com o que foi dito acima, essas construções dependem do tipo de participípio e, conseqüentemente, das suas características base. Assim, Duarte & Oliveira (2010) argumentam que, enquanto os participípios estativos de predicados de estágio (cf. 30) são somente compatíveis com construções com o auxiliar *estar*, os participípios estativos de predicados de indivíduo (ver 31) ocorrem em construções com o verbo *ser*. Quanto aos participípios resultativos, estes ocorrem tipicamente com *ficar*, verbo que marca o fim de um evento e o início de um estado resultativo, embora possam também ser construídos com o verbo *estar*. A nível aspetual, os participípios resultativos constroem-se normalmente através de predicacões básicas de tipo télico (culminações e processos culminados, as primeiras selecionam “a X tempo” e os segundos “em X tempo”, por oposição aos processos, que apenas permitem a construção “durante X tempo”, conforme Cunha & Ferreira (2003)) (cf. 32 e 33). Por outro lado, os participípios resultativos são incompatíveis com a construção com estados e a construção com processos é escassa, necessitando neste último caso de contextualização. Porém, em construções passivas eventivas, ao contrário dos participípios estativos e resultativos, este tipo de participípios não depende da sua natureza aspetual, podendo, assim, ocorrer com classes aspetuais básicas diferentes, desde que os verbos sejam transitivos ou ditransitivos.

De acordo com Duarte & Oliveira (2010), além das características acima referidas, a caracterização aspetual dos participípios estativos e dos resultativos está dependente da seleção do tempo verbal. Por isso, segundo as mesmas autoras, os participípios resultativos

normalmente selecionam o pretérito perfeito do indicativo, visto que o operador típico *ficar* marca a transição do evento para um estado resultante. Em contraste, o participo estativo ocorre no presente porque não há nenhuma transição, mas quando ocorre no pretérito perfeito, o estado é assumido como terminado e dessa forma comporta-se como adjetivo em frases copulativas. Outra diferença entre os participios resultativos e os estativos em frases com o pretérito perfeito é o facto de nos primeiros ser possível a inserção de um localizador temporal pontual, ao contrário das construções com os estativos.

3.3. Sobre o verbo *Ficar*

Segundo Herculano de Carvalho (1984), o verbo *ficar* apresenta dupla função: por um lado é um verbo principal, que significa “permanecer, manter-se num dado lugar”, havendo, assim, mobilidade do sujeito e, por outro lado, “é uma cópula ou verbo de ligação intimamente relacionado com *estar*, do qual se distingue pelos seus valores aspetuais” (1984: 1). Este autor acrescenta que o verbo *ficar* representa “ora uma mudança de estado ora uma ação da qual permanece um resultado ou produto quer físico quer moral” (1984: 131).

De acordo com Duarte & Oliveira (2010), *ficar*, além disso, indica o fim de um evento e o início de um estado resultativo (2010: 402). De facto, como já mencionado anteriormente, as construções resultativas controem-se normalmente com *ficar*, uma vez que este verbo indica fim de um evento e o início de um estado resultativo. Por isso, a construção com este verbo e participios só é aceitável quando esta é feita através de predicções básicas de tipo télico, ou seja, através de processos culminados e de culminações, não funcionando com processos ou com estados, dado que necessita de um estado resultante.

Na verdade, quando tratamos *ficar* como verbo auxiliar, este participa em construções resultativas sem agentividade, isto é, ocorre normalmente sem agente, ao contrário do verbo *ser*, que admite construções eventivas. Todavia, quando falamos de *ficar* como verbo copulativo, este seleciona um sujeito e um predicativo de sujeito. Este predicativo de sujeito pode indicar uma mudança de estado, selecionando um adjetivo qualificativo, havendo, deste modo, um estado resultativo. Porém, pode, ainda, comportar-se como localizador temporal ou como adjetivo que adquire uma propriedade estável, remetendo para a outra funcionalidade de *ficar*, que é “a significação genérica de *permanecer*” (Herculano de Carvalho 1984: 1).

Herculano de Carvalho (1984) argumenta que, quando se utiliza *ficar* no pretérito perfeito do indicativo, o resultado do processo que esse tempo desencadeia pode manter-se, prolongando-se até ao presente. Assim, Herculano de Carvalho afirma que é “possível a correspondência – não a equivalência – de “está triste” com “ficou triste”” (1984: 146).

4 – *Análise de dados*

Tendo em conta a base teórica apresentada acima, segue-se a exposição e análise das amostras pertencentes ao *corpus* recolhido do CETEMPúblico, com o objetivo de comprovar ou refutar aquilo que já foi mencionado.

Numa primeira etapa, analisam-se construções com os verbos *ser*, *estar* e *ficar* com adjetivos, posteriormente com construções com particípio passado e, já numa última etapa, analisam-se e discutem-se os dados em construções com o verbo *ficar*.

4.1. *Em construções com Adjetivos*

Molina-Gumiel & Pérez-Jiménez (2012), tal como já referido acima, fazem uma distribuição dos adjetivos pelos verbos a estudar, isto é, argumentam que adjetivos como *auténtico*, *falso* e *mortal* são adjetivos que participam em construções de predicado de indivíduo e, por isso, apenas selecionam *ser*:

(1) *Ser*, predicado de indivíduo¹²

- i. -- É falso, **é falso!** *par=ext922552-soc-92b-1*
 - a) * Está falso, **está falso!**
 - b) ? Fica falso/? Ficou falso. (Ficar + *falso* - dependente do contexto de uso)

Em contrapartida, as mesmas autoras combinam *ausente*, *cansado*, *contente* e *descaço* com o verbo *estar* por estes serem considerados predicados de estádio. A estes quatro adjetivos, acrescentamos o adjetivo *grávida*, uma vez que este denota também uma propriedade temporária. Vejamos o exemplo (2):

¹² Na base de *corpus* recolhido apenas é possível ver ocorrências do adjetivo *falso* (não foi possível analisar os adjetivos *auténtico* e *mortal*), pelo que só foi analisado esse caso de modo a comprovar Molina-Gumiel & Pérez-Jiménez (2012).

(2) *Estar*, predicado de estádio

- i. «O mercado **está cansado**.» *par=ext104707-eco-96a-2*
 - a) * O mercado **é cansado**.
 - b) */? O mercado **fica cansado**.
 - c) O mercado **ficou cansado**.¹³
- ii. «O ministro **está ausente** nos Estados Unidos.» *par=ext474641-soc-91a-2*
 - a) *O ministro **é ausente** nos Estados Unidos.
 - b) */? O ministro **fica/ficou ausente** nos Estados Unidos.
- iii. «**Estou contente** por não perder, mas podíamos ter vencido», disse. *par=ext511819-des-92b-1*
 - a) * «**Sou contente** por não perder, mas podíamos ter vencido», disse.
 - b) «**Fiquei contente** por não perder, mas podíamos ter vencido», disse.
 - c) «**Fico contente** por não perder, mas podíamos ter vencido», disse.
- iv. P. -- Apesar dos seus avisos, a sua filha solteira e de 17 anos **está grávida**. *par=ext518787-nd-91b-1*
 - a) * Apesar dos seus avisos, a sua filha solteira e de 17 anos **é grávida**.
 - b) Apesar dos seus avisos, a sua filha solteira e de 17 anos **ficou grávida**.
 - c) * Apesar dos seus avisos, a sua filha solteira e de 17 anos **fica grávida**.

Contudo, não fica ainda concluída a divisão feita por Molina-Gumiel & Pérez-Jiménez (2012), visto que existem adjetivos (tais como: *alto*, *branco*, *caro* e *inteligente*) que funcionam tanto em construções com o verbo *ser* como com o verbo *estar*, denotando, ao mesmo tempo, propriedades típicas de predicados de indivíduo e de predicados de estádio. Certos adjetivos propostos por Molina-Gumiel & Pérez-Jiménez (2012) são pouco abundantes nas amostras do *corpus* recolhido.

(3) Adjetivos que funcionam com *Estar* e *Ser*

- i. Os ingredientes usados na comida portuguesa **são caros** nos Estados Unidos. *par=ext483065-soc-93b-2*
 - a) Os ingredientes usados na comida portuguesa **estão caros** nos Estados Unidos.

¹³ Este tipo de construção não apresenta nenhuma ocorrência no *corpus* delimitado. Contudo, na base de dados do CETEMPúblico foi possível encontrar duas ocorrências: “*par=ext1133481-clt-95b-1*: Mas a verdade é que este «corpo eléctrico» **ficou cansado** daqui em diante.”; “*par=ext1432407-com-98a-1*: Apesar do preço, a versatilidade do sistema torna-o numa boa aposta se **ficou cansado** de colunas que despejam muitos watts, mas fazem mais barulhos desconexos do que o som que o jogo ou CD-áudio prometem.”

Por outro lado, o trabalho de Cunha & Ferreira (2003) apresenta exemplos dos adjetivos *novo/velho* e *recente*, que denotam “idade”, de modo a compará-los, dado que *novo* e *velho* funcionam em construções com *ser* e com *estar*, ao contrário de *recente*, que apenas funciona com *ser*:

- (4) «Você ainda **está novo**, está bom para trabalhar.» *par=ext1260281-soc-92a-1*
 i. Você ainda **é novo**, está bom para trabalhar.
- (5) Alguns dos textos foram já publicados em 1993 em Málaga, numa «plaquette» intitulada «Seis Formas do Invisível», e na revista «Limiar», no ano seguinte, mas o livro **é novo**. *par=ext96899-clt-95a-5*
 i. Alguns dos textos foram já publicados em 1993 em Málaga, numa «plaquette» intitulada «Seis Formas do Invisível», e na revista «Limiar», no ano seguinte, mas o livro **está novo**. *par=ext96899-clt-95a-5*
- (6) O casaco **é novo**.
 i. O casaco **está novo**.
- (7) O telemóvel **é velho**.
 i. O telemóvel **está velho**.
- (8) O excesso de fosfatos nas águas do Guadiana, afinal, não **é recente**. *par=ext7469-soc-93a-4*
 i. * O excesso de fosfatos nas águas do Guadiana, afinal, não **está recente**.
- (9) Esta conquista **é recente**. *par=ext94282-soc-94a-1*
 i. * Esta conquista **está recente**.

Com os exemplos acima, verifica-se que, tal como Cunha & Ferreira (2003) argumentam, *recente*, ao contrário dos outros adjetivos que denotam idade, aproxima-se dos adjetivos adverbiais temporais. Já os adjetivos *pequeno*, *grande* e *curto* se aproximam do adjetivo *recente* porque podem, porventura, também se transformar em adjetivos adverbiais, porém afastam-se desse adjetivo, pois admitem construções com *ser* e *estar*. Vejamos os exemplos de (10) a (15):

- (10) Mas as expectativas **são grandes**. *par=ext336517-eco-94b-1*
 i. ? Mas as expectativas **estão grandes**. (estão altas)
- (11) Mas a sua fama **é grande**. *par=ext1271233-des-97b-2*
 i. Mas a sua fama **está grande** (nos últimos tempos).
- (12) Em cinema, a única passagem pela realização do actor Gérard Phillippe, o sucesso não **foi grande**.
par=ext901575-soc-91a-2
 i. ? Em cinema, a única passagem pela realização do actor Gérard Phillippe, o sucesso não **esteve grande**.
- (13) O seu palmarés **é curto**, mas fulgurante. *par=ext349450-clt-92b-1*

- i. O seu palmarés **está curto**, mas fulgurante.
- (14) O vestido **é curto**. / A saia **é pequena**.
- i. O vestido **está curto**. / A saia **está pequena**. (Contexto situacional, momento presente)
- (15) O 1.º período de aulas **foi curto**. / * O primeiro período de aulas **esteve curto**.¹⁴

Verifica-se então que, embora com exceções (10i, 12i), os adjetivos que admitem *ser* e *estar* são qualificativos; o único que se comporta como *recente* é *curto* (15), porque, aplicado a um nome que indica tempo, deixa de ser qualificativo.

Além destes adjetivos (qualificativos), Cunha & Ferreira (2003) acrescentam *provável*, *possível* e *frequente*, considerados modais (os dois primeiros) e aspetual (o último):

(16) *Ser + Provável*

- i. Tem uma forma mais regular que a maior parte das pedras que estamos habituados a ver mas, se a encontrássemos no chão, **é provável** que não a olhássemos segunda vez. *par=ext758783-clt-soc-93b-3*
- a) * Tem uma forma mais regular que a maior parte das pedras que estamos habituados a ver mas, se a encontrássemos no chão, **está provável** que não a olhássemos segunda vez.
- b) */? Tem uma forma mais regular que a maior parte das pedras que estamos habituados a ver mas, se a encontrássemos no chão, **fica/ficou provável** que não a olhássemos segunda vez.
- ii. A propósito dos porcos da DNX, Stetler salienta que aqueles investigadores «só têm três porcos e **é provável** que os genes de hemoglobina humana não sejam transmissíveis à sua progenitura». *par=ext1109803-nd-91b-1*
- a) *A propósito dos porcos da DNX, Stetler salienta que aqueles investigadores «só têm três porcos e **está provável** que os genes de hemoglobina humana não sejam transmissíveis à sua progenitura».
- b) */? A propósito dos porcos da DNX, Stetler salienta que aqueles investigadores «só têm três porcos e **fica/ficou provável** que os genes de hemoglobina humana não sejam transmissíveis à sua progenitura».

(17) *Ser + Possível*

- i. Como amante do comboio tento, na medida em que me **é possível**, estar atento à realidade ferroviária. *par=ext44008-soc-93a-2*
- a) * Como amante do comboio tento, na medida em que me **está possível**, estar atento à realidade ferroviária.
- b) */? Como amante do comboio tento, na medida em que me **fica/ficou possível**, estar atento à realidade ferroviária.

¹⁴ Exemplo retirado do artigo de Cunha & Ferreira (2003).

- ii. Fechar o contrato **é possível**...*par=ext1460333-soc-97b-2*
 - a) * Fechar o contrato **está possível**...
 - b) ? Fechar o contrato **ficou/fica possível**...
- iii. Muito menos **foi possível** fazer das nacionalizações o embrião e o suporte de uma economia planificada. *par=ext760690-eco-94a-1*
 - a) *Muito menos **esteve possível** fazer das nacionalizações o embrião e o suporte de uma economia planificada.
 - b) Muito menos **ficou possível** fazer das nacionalizações o embrião e o suporte de uma economia planificada. (sentido de *tornar-se*)
 - c) Muito menos **fica possível** fazer das nacionalizações o embrião e o suporte de uma economia planificada. (sentido de *tornar-se*)

(18) *Ser + Frequente*

- i. E, paralelamente às descrições, **é frequente** surgirem as manifestações de confiança nos conhecimentos atuais (que retiram o lado aterrorizador a estes fenómenos) ou na própria Natureza, que muitos acreditam que se terá tornado mais dócil que no passado, deixando de nos pregar sustos como antigamente. *par=ext711226-clt-soc-93b-4*
 - a) *E, paralelamente às descrições, **está frequente** surgirem as manifestações de confiança nos conhecimentos atuais (que retiram o lado aterrorizador a estes fenómenos) ou na própria Natureza, que muitos acreditam que se terá tornado mais dócil que no passado, deixando de nos pregar sustos como antigamente.
- ii. **São frequentes**, ao que parece, entre os machos portugueses.
 - a) ? **Estão frequentes**, ao que parece, entre os machos portugueses. *par=ext1477446-soc-97a-1*
 - b) **Os atentados estão cada vez mais frequentes.** (in: **Jornal Hoje**, 2017)

Com base nos exemplos acima, verifica-se que, tal como já referido por Cunha & Ferreira (2003), os adjetivos *provável*, *possível* e *frequente* apenas aparecem em construções com o verbo *ser*. No exemplo 18) ii. b, devido à presença da locução “cada vez” e do advérbio de intensidade “mais”, o adjetivo *frequente* admite a construção com verbo *estar*. Também podemos relacionar essa aceitabilidade com o facto de a frase estar inserida num contexto diferente.

Quanto aos adjetivos relacionais, estes quase nunca ocorrem em posição predicativa, todavia, quando isso acontece, selecionam apenas *ser*. No *corpus* recolhido não é possível encontrar um exemplo semelhante ao que foi proposto por Cunha e Ferreira (2003: 428): “A

reforma é administrativa, não é fiscal.”, porém, com o adjetivo relacional *fiscal*, recuperamos uma ocorrência, transformando-a. Vejamos:

(19) No início do ano passado a rede de balcões do banco **era constituída** por 20 balcões e uma sucursal situada em Nassau (um paraíso **fiscal**). *par=ext1044643-eco-91a-1*

- i. Um paraíso fiscal.
 - a) Este paraíso é fiscal, não é terreal.
 - b) * Este paraíso está fiscal, não está terreal.

De forma a salientar os adjetivos com mais evidência no *corpus* recolhido, serão apresentadas, de seguida, duas tabelas onde poderemos ver em primeiro lugar quais os adjetivos mais usados nas construções com *ser* (quadro 1) e, em segundo lugar, quais os adjetivos mais utilizados em construções com *estar* (quadro 2).

Adjetivo	N.º de ocorrências			
	Corpus total	Tempos Verbais		
		Presente Indicativo	Pretérito Perfeito do Indicativo	Pretérito Imperfeito do Indicativo
Possível	77	39	10	4
Preciso	67	36	4	6
Necessário	45	24	3	3
Certo	24	8	0	0
Difícil	22	10	0	3
Fundamental	8	6	1	1
Provável	6	4	0	0

Quadro 1 – *Ser + adjetivo*

Os adjetivos *possível* e *provável*, como antes mencionado e de acordo com Cunha & Ferreira (2003), são adjetivos adverbiais modais, tal como o adjetivo *necessário*. *Fundamental*, *difícil* e *preciso* fazem parte do grupo dos adjetivos qualificativos.

Certo é um adjetivo qualificativo¹⁵, porém pode ser adverbial¹⁶, dependendo da posição relativamente ao nome. *Contente*, *ausente*, *patente* e *pronto* são adjetivos qualificativos. *Presente* é um adjetivo qualificativo, todavia quando aplicado a um nome que indique tempo, deixa de o ser.

Adjetivo	N.º de ocorrências			
	Corpus total	Tempos Verbais		
		Presente Indicativo	Pretérito Perfeito do Indicativo	Pretérito Imperfeito do Indicativo
Presente	95	10	26	4
Patente	36	28	1	0
Pronto	32	11	0	1
Ausente	17	4	3	1
Contente	11	2	1	0

Quadro 2 – *Estar* + adjetivo

4.2. Em construções com *Particípio Passado*

De acordo com Cunha & Cintra (2014: 496), *ser* “emprega-se com o particípio do verbo principal, para formar os tempos da voz passiva”.

(20) Quanto aos ficheiros, Massapina refere que os mesmos **foram elaborados** por ele próprio e que não levou para casa os da sede do partido. *par=ext548125-soc-92b-2*

(21) «**Fomos informados** que um comboio humanitário com dois autocarros pode partir para Split.» (por alguém). *par=ext27856-soc-92b-3*

(22) O acordo **é assinado** por Jorge Sampaio (...). *par=ext79832-soc-93b-1*

Já o verbo *estar*, por oposição a *ser*, pode ser empregue de quatro formas diferentes. Contudo, só a primeira foi estudada na análise deste *corpus*. Observem-se os seguintes exemplos:

¹⁵ É o momento **certo** para comemorar um ano de êxitos. *par=ext690882-pol-97b-1*

¹⁶ Manglano avisou-o **certo** dia de que tinha sido gravado. *par=ext271081-nd-95a-2*

- Com o Particípio do verbo principal, resultando uma frase passiva:
- (23) A 19, **está previsto** que suba até Almada, para participar noutra acção de campanha na Costa da Caparica.
par=ext96633-pol-95b-1
- (24) Disseram que ela **estava acabada**, que tinha sido demasiado explorada em miúda. *par=ext188122-des-95b-2*
- (25) «Todos **estamos convencidos** de que o próprio sr. Clinton também é um de nós, ciganos, e assim esperamos que ele compreenda os nossos problemas.» *par=ext32165-nd-97a-4*

Duarte e Oliveira (2010) argumentam que, enquanto os participios eventivos admitem agente da passiva e advérbios orientados para o agente, podendo controlar o sujeito nulo de orações finitas (cf. (26)), os participios resultativos caracterizam-se pela ausência de agente da passiva, pela presença de eventividade e por não serem compatíveis com a ocorrência do prefixo de negação “in-”, contrariamente aos participios estativos (cf. (27- 29)).

- (26)
- i. Na altura **foi dito** que (as luvas) eram de Coleman, mas o FBI revelou mais tarde que podiam ser de «qualquer pessoa» por alguém. *par=ext58157-soc-92a-*
 - ii. Na altura **foi dito** que (as luvas) eram de Coleman intencionalmente.
 - iii. Na altura **foi dito** que (as luvas) eram de Coleman com a voz elevada.
 - iv. Na altura **foi dito** que (as luvas) eram de Coleman pelo FBI para retirar quaisquer dúvidas.
- (27)
- i. O mundo **é corrupto** (...) *par=ext317317-clt-92b-1*
 - a) O mundo **é incorrupto**.
 - b) * O mundo **é corrompido**.
 - c) O mundo **é corrompido** pelas ameaças dos terroristas.
 - d) * O mundo **é incorrompido**.
 - ii. O mundo **está corrompido**.¹⁷
 - a) * O mundo **está corrupto**.
 - iii. O mundo **fica corrompido** amanhã.
 - a) O mundo **ficou corrompido** por causa das ameaças dos terroristas.
 - b) * O mundo **ficou corrupto** por causa das ameaças dos terroristas.

¹⁷ De acordo com Duarte & Oliveira (2010), nas frases com predicação (copulativa) que têm verbos não estativos existem participios duplos, e, por isso, o verbo copulativo *ser* somente pode combinar-se com formas irregulares que se convertem em adjetivos e passam, por fim, a construções com participios estativos. 27) ii) e iii) são exemplos disso mesmo, dado que em iii) a construção com o verbo *ficar* apenas é gramatical quando esta construção ocorre com o participio regular, não admitindo o irregular.

(28) C-Y Foi o Elias porque andava obcecado por dinheiro, como confessou, e **ficou agradecido** a quem assassinou o primo, numa forma de despistar. *par=ext678158-soc-92b-1*

- i. * Inagradecido (PCP resultativo)
- ii. Ingrato (PCP estativo)

(29) Retomando o exemplo (26): «Na altura **foi dito** que (as luvas) eram de Coleman, mas o FBI revelou mais tarde que podiam ser de «qualquer pessoa». *par=ext58157-soc-92a-1*

- i. Na altura **ficou dito** que (as luvas) eram de Coleman, mas o FBI revelou mais tarde que podiam ser de «qualquer pessoa».
- ii. * Na altura **ficou dito** que (as luvas) eram de Coleman intencionalmente.
- iii. ? Na altura **ficou dito** que (as luvas) eram de Coleman com a voz elevada.
- iv. * Na altura **ficou dito** que (as luvas) eram de Coleman pelo FBI para retirar quaisquer dúvidas.

Tendo em conta os seguintes exemplos, (30) e (31), verifica-se que, enquanto os participios estativos de predicados de estádio são somente compatíveis com construções com o auxiliar *estar*, os participios estativos de predicados de indivíduo ocorrem em construções com o verbo *ser*.¹⁸

(30) Predicado de estádio:

- i. «Nessa altura foi-nos dito que nada **estava fechado** e que as empresas candidatas iriam receber o dossier com as condições do patrocínio e que, a partir daí é que se ia negociar» disse ao Público a mesma fonte. *par=ext1034512-soc-95a-2*
- a) ? «Nessa altura foi-nos dito que nada **era fechado** e que as empresas candidatas iriam receber o dossier com as condições do patrocínio e que, a partir daí é que se ia negociar»
- b) «Nessa altura foi-nos dito que nada **está fechado** e que as empresas candidatas iriam receber o dossier com as condições do patrocínio e que, a partir daí é que se ia negociar»
- c) * «Nessa altura foi-nos dito que nada **é fechado** e que as empresas candidatas iriam receber o dossier com as condições do patrocínio e que, a partir daí é que se ia negociar»
- d) «Nessa altura foi-nos dito que nada **fica fechado** e que as empresas candidatas iriam receber o dossier com as condições do patrocínio e que, a partir daí é que se ia negociar»
- e) «Nessa altura foi-nos dito que nada **ficou fechado** e que as empresas candidatas iriam receber o dossier com as condições do patrocínio e que, a partir daí é que se ia negociar»

¹⁸ Muitas vezes com o uso do tempo passado é possível a construção com os dois verbos.

Na base do *corpus* recolhido, não foi encontrado um exemplo para comprovar o que é dito acima, contudo, usemos os exemplos das autoras Duarte & Oliveira (2010: 402) e alguns exemplos propostos por nós:

(31) Predicado de indivíduo

- i.
 - a) A Maria **é amada** (por alguém).
 - b) * A Maria **está amada**.

Os exemplos acima, apesar de serem aceites com *ser* e não com *estar*, comprovando aquilo que é dito por Duarte & Oliveira (2010), para uma melhor compreensão, necessitam de um complemento.

Quanto aos participios resultativos, estes, a nível aspetual, constroem-se normalmente através de predicções básicas de tipo télico, como já mencionado acima: culminações e processos culminados, como vemos em (32).¹⁹

(32)

- i. **Ficou provado** que os sócios querem, de facto, saber o património que o clube possui. *par=ext3861-des-95a-2*
 - a) **Ficou provado** que os sócios querem, de facto, saber o património que o clube possui, às 4 horas. (Culminação)
 - b) ***Ficou provado** que os sócios querem, de facto, saber o património que o clube possui, durante 4 horas. (Processo)
- ii. Mas assim **fica saldada** aquilo que consideravam ser «uma dívida de sangue». *par=ext367271-pol-96a-2*
 - a) Mas assim **fica saldada em dois anos** aquilo que consideravam ser «uma dívida de sangue». (Processo culminado)
 - b) Mas assim **fica saldada hoje às 2 horas** aquilo que consideravam ser «uma dívida de sangue». (Culminação)
 - c) Mas assim **fica saldada durante 2 horas** aquilo que consideravam ser «uma dívida de sangue». (Processo. Gramatical devido ao contexto e ao tempo verbal usado)
- iii. E **ficou provado** que a conotação do disc-jockey com a música de dança é apenas um ângulo do verdadeiro alcance permitido pelo seu trabalho. *par=ext36447-soc-98b-1*

¹⁹As culminações selecionam “a X tempo” e os processos culminados “em X tempo”, por oposição aos processos que apenas permitem a construção “durante X tempo” (Cunha & Ferreira 2003).

- a) E **ficou provado** às 3 horas que a conotação do disc-jockey com a música de dança é apenas um ângulo do verdadeiro alcance permitido pelo seu trabalho. (Culminação)
- b) E **ficou provado** em 2 horas que a conotação do disc-jockey com a música de dança é apenas um ângulo do verdadeiro alcance permitido pelo seu trabalho. (Processo Culminado)
- c) ? E **ficou provado** durante 4 horas que a conotação do disc-jockey com a música de dança é apenas um ângulo do verdadeiro alcance permitido pelo seu trabalho. (Processo)
- iv. * A professora ficou amada. (Estado)
- v. */? O programa ficou pronto durante 2 horas. (Processo)
- (33)
- i. «**Ficou decidido** que os dois clubes se vão manter em contacto até ser encontrada uma solução». *par=ext61897-des-96a-1*
- a) «**Ficou decidido** que os dois clubes se vão manter em contacto até ser encontrada uma solução» no dia 25 de maio, às 17 horas.
- b) «**Fica decidido** que os dois clubes se vão manter em contacto até ser encontrada uma solução» no dia 25 de maio, às 17 horas.
- c) *«**Esteve decidido** que os dois clubes se vão manter em contacto até ser encontrada uma solução» no dia 25 de maio, às 17 horas.
- ii. Todavia, as mesmas fontes insistem em afirmar que «por agora nada **está decidido**», mas que a eventual convocação do Conselho de Estado ou do Conselho Superior de Defesa Nacional são «hipóteses plausíveis». *par=ext235966-pol-94b-1*
- a) * Todavia, as mesmas fontes insistem em afirmar que «nada **está decidido**» no dia 25 de maio, às 17 horas.
- b) Todavia, as mesmas fontes insistem em afirmar que «nada **ficou decidido**» no dia 25 de maio, às 17 horas.
- c) Todavia, as mesmas fontes insistem em afirmar que «nada **fica decidido**» no dia 25 de maio, às 17 horas.

Como vemos em (33), outra diferença que distingue os participios resultativos dos estativos em frases com o pretérito perfeito é o facto de nos primeiros ser possível a inserção de um marcador temporal, ao contrário das construções com os estativos, pois estes últimos não admitem culminação.

4.3. Em construções com o Verbo Ficar

De acordo com a base teórica acima explicitada, o verbo *ficar* distingue-se dos demais por possuir uma dupla funcionalidade: por um lado, remete para a permanência de um dado

estado/ação e, por outro lado, é associado a uma mudança de estado, como vemos em (34)-(36).

(34) “Mudança de estado”

- i. **Ficou bravo** com o desacato. *par=ext3169-soc-96a-2*
- ii. Explica César que **ficou convencido** que, uma vez que já tinha na mão um papel azul, durante os 90 dias podia andar com a carrinha à vontade. *par=ext5237-soc-94b-2*
- iii. Dois anos antes da chacina, quando o libertaram de mais uma ocasional passagem pela prisão, **ficou inseguro** e não queria sair, obrigaram-no. *par=ext53510-soc-94b-2*
- iv. A Câmara **ficou estupefacta** com a desfaçatez. *par=ext66806-soc-92a-2*

(35) “Permanecer”

- i. Por cá, **ficou inédito** e, salvo duas exposições na Gulbenkian e na Cinemateca, só agora chega ao público com o título «O Beijo da Morte». *par=ext4416-soc-91a-1*
- ii. E ali **fica atenta** a tudo o que é belo, / como se no seu terror despertasse a poesia *par=ext28188-clt-95b-1*
- iii. A praça é que **ficou desnuda**. *par=ext56648-nd-93b-1*
- iv. Aqui, **ficou célebre** a foto de João Paulo II, dedo em riste, chamando à pedra Ernesto Cardenal, um dos três padres-ministros do Governo sandinista de esquerda. *par=ext69569-pol-96a-1*
- v. O concurso de alienação só viria a ser lançado em Dezembro último, e **ficou deserto**. *par=ext86947-clt-93a-1*

(36) “Mudança de estado” e “Permanecer”

- i. Resultado: foi ontem ao hospital e tem operação marcada para daqui a dez dias, senão o nariz **fica torto**. *par=ext16850-soc-92b-1*
- ii. Em primeiro lugar, porque **fica claro** que «Longe Daqui» é um filme como qualquer outro: foi feito por profissionais. *par=ext54833-clt-94a-1*
- iii. A sala **ficou silenciosa** como um sepulcro. *par=ext115201-soc-96a-2*

Ainda assim, Herculano de Carvalho afirma que é “possível a correspondência – não a equivalência – de “está triste” com “ficou triste” (1984: 146). Vejamos:

(37) Manuel José **ficou contente** com o empenho dos jogadores, mas a exibição foi paupérrima.
par=ext385021-des-97a-4

- i. Manuel José **está contente** com o empenho dos jogadores, mas a exibição foi paupérrima.

(38) Outro guarda **ficou ferido**. *par=ext399299-soc-94a-2*

- i. Outro guarda **está ferido**.

(39) Todos **ficaram felizes**. *par=ext205804-des-92b-5*

- i. Todos **estão felizes**.

(40) Seja qual for a posição em que nos coloquemos, **ficou evidente** que a situação actual não é satisfatória.

par=ext191414-nd-97a-2

i. Seja qual for a posição em que nos coloquemos, **está evidente** que a situação actual não é satisfatória.

(41) Há alturas em que até **ficamos maldispostos**. *par=ext588175-nd-96b-1*

i. Há alturas em que até **estamos maldispostos**.

Contudo, em alguns casos, devido ao tempo usado, à pessoa utilizada e a localizadores temporais e/ou espaciais e, até mesmo, devido ao contexto de ocorrência, essa correspondência não acontece:

(42)

i. A questão **ficou clara** na conferência da Docomomo que ontem terminou em Estocolmo.

par=ext404739-clt-98b-1

a) * A questão **está clara** na conferência da Docomomo que ontem terminou em Estocolmo.

ii. Durante o simpósio **ficou claro** que uma sociedade dita multicultural tem de dar aos cidadãos estrangeiros tempo de antena e programas radiofónicos.

iii. *par=ext520997-soc-95a-2*

a) * Durante o simpósio **está claro** que uma sociedade dita multicultural tem de dar aos cidadãos estrangeiros tempo de antena e programas radiofónicos...

iv. O juiz perguntou-lhe a profissão e ele **ficou lívido**. *par=ext340534-soc-96a-2*

a) * O juiz perguntou-lhe a profissão e ele **está lívido**.

v. Christopher Reeve **ficou paralisado** depois de uma queda de cavalo em Maio do ano passado.

par=ext354266-clt-96a-2

a) */? Christopher Reeve **está paralisado** depois de uma queda de cavalo em Maio do ano passado.

vi. A Expo 98 **ficou contente** com a publicidade extra e Gil, a mascote, participou com esforço na divulgação do acontecimento. *par=ext354294-clt-96a-4*

a) */? A Expo 98 **está contente** com a publicidade extra e Gil, a mascote, participou com esforço na divulgação do acontecimento.

vii. «Após a assinatura do contrato **fiquei apreensivo**, desagradado e desconfiado com o comportamento dos dirigentes do Limoges.» *par=ext979840-des-96b-1*

a) * «Após a assinatura do contrato **estou apreensivo**, desagradado e desconfiado com o comportamento dos dirigentes do Limoges.»

Com esta análise, verificamos que o que foi dito por Herculano de Carvalho é comprovado, pois, de facto, *estar* no presente do indicativo e *ficar* no pretérito perfeito correspondem. Todavia, não equivalem um ao outra, visto que *ficar* denota um estado

anterior e um estado resultativo, podendo, porventura, prolongar-se futuramente, ao contrário do verbo *estar*, que apenas admite o momento presente. Contudo, como comprovado em cima, essa correspondência não é aplicável em todos os casos.

Adjetivo	N.º de ocorrências			
	Corpus total	Tempos Verbais		
		Presente do Indicativo	Pretérito Perfeito do Indicativo	Pretérito Imperfeito do Indicativo
Claro	69	13	28	3
Contente	32	7	20	1
Pronto	26	3	2	0
Patente	16	1	9	1
Melhor	15	2	3	0
Indiferente	15	1	1	0
Completo	14	3	5	0
Assente	13	0	9	0

QUADRO 3 - *Ficar* + Adjetivo

Para concluir, ressaltamos que as construções predicativas com *ficar* surgem maioritariamente com adjetivos qualificativos. Segue-se uma enumeração dos adjetivos recolhidos da amostra e o respetivo número de ocorrências - estes foram selecionados consoante os tempos verbais: presente do indicativo, pretérito perfeito do indicativo e pretérito imperfeito do indicativo.

- Adjetivos qualificativos: bravo, inseguro, desnudo, estupefacto, dependente, preocupado, revoltado, deserto, calado, quente, livre, doente, triste, isento, furioso, incomodado, tranquilo, sozinho, responsável, perplexo, nítido, lívido, comovido, vago, autónomo, assustado, torto, estável, atento, nu, hirto, confuso, radiante, igual, descontente, irritado, bonito, indiferente,

transparente, aborrecido, entusiasmado, irreconhecível, completo, zangado, pior, melhor - entre 1 a 10 ocorrências.

- Adjetivos qualificativos de cor: vermelho, negro – 1 ocorrência.
- Adjetivos qualificativos com maior abundância (ver quadro 3):
- Adjetivo relacional: operacional (operatório), histórico (história) – 1 ocorrência.
- Adjetivo adverbial: longo, distante, equidistante – 1 a 10 ocorrências.
- Nomes que se comportam como adjetivo²⁰: viúva, amigo, adultas (cf. 43 a 45).

(43) Lídia Pasmal, moradora no Bairro da Fonte, **ficou viúva** há 12 anos. *par=ext401688-soc-96b-2*

(44) Na mesma altura, gostou de Lisboa, foi ao Estádio da Luz e **ficou amigo** do Eusébio. *par=ext36349-clt-93a-1*

(45) «As crianças são crianças em todo o mundo», diz Ofra, mas acrescentado que, na guerra, «**ficam adultas** muito depressa. *par=ext121972-soc-94b-2*

Para concluir, por vezes, existem adjetivos que podem ser ao mesmo tempo participios, como por exemplo “convencido” e “acordado” com o verbo *ficar* e com o verbo *estar*, visto que os verbos aos quais estes adjetivos estão associados são verbos auxiliares aspetuais. Todavia, com *estar*, “acordado” apenas funciona como adjetivo (uma vez que não são encontradas ocorrências no *corpus*).

Salientamos que, juntamente com os exemplos, apresentamos testes de auxiliaridade (uso de adverbiais e negação); porém, estes verbos aceitam esses testes, dado que, segundo Duarte (2003), eles se caracterizam por serem aspetuais e, de acordo com Brito (2003), participios que funcionam como adjetivos apresentam marcas de género e número (cf. 48). i) b) (5), podem surgir em posição predicativa (exemplos (48) e (49)) e podem ocorrer com complemento restritivo (cf. (48) i) b) 6).

Com efeito, “convencido” por si só seleciona o complementador “que” e, por isso, as frases tornam-se agramaticais quando não existe essa complementação (cf. 48 b) (3)-(4)).

²⁰ Segundo Brito (2003), estes são nomes que parecem aceitar modificação adjetival:

As tristes viúvas, as viúvas tristes = viúvas que estão/são tristes

Os felizes amigos, os amigos felizes = os amigos que são amigos/ os amigos que são felizes

Os discretos adultos, os adultos discretos = os adultos que são discretos

Vejamos os exemplos:

(46) Com verbo *ficar*

i. Convencido

- a) Adjetivo: **Fiquei convencido**, na altura, que um desmentido só serviria para aumentar a desconfiança em torno do Banco de Portugal. *par=ext662921-soc-98a-1*
- b) Particípio: Como o passe de Wetl chegou no dia 16, o FC Porto **ficou convencido** de que não haveria problemas, principalmente depois de ter recebido um ofício da FPF a confirmar a inscrição do austríaco. *par=ext189354-des-96b-2*
- (1) Ontem o FC Porto ficou convencido de que amanhã não haveria problemas.
- (2) O FC Porto não ficou não convencido de que não haveria problemas.
- (3) * Ontem o FC Porto ficou/fica convencido amanhã.
- (4) */? O FC Porto não ficou não convencido.
- (5) Todas as modalidades do FC Porto ficaram convencidas que não haverá problemas.
- (6) O FC Porto, convencido, jogou bem.

ii. Acordado

- a) Adjetivo: E, por outro lado, na Comunidade de Trabalho Luso-Galaica **ficou acordado** o encontro periódico das duas partes para as questões de agricultura. *par=ext252778-soc-95b-1*
- b) Particípio: Nesta reunião, que teve lugar no passado dia 7 de Julho, **ficou acordado** que se pediria à ministra do Ambiente, Teresa Patrício Gouveia, a elaboração de um despacho para que cesse a retirada de água para rega. *par=ext1014041-soc-94b-1*
- (1) Ontem na reunião ficou acordado que amanhã se pediria à ministra do Ambiente a elaboração de um despacho.
- (2) Na reunião não ficou não acordado que se pediria à ministra do Ambiente a elaboração de um despacho.
- (3) Ontem na reunião ficou acordado a elaboração de um despacho amanhã.
- (4) Na reunião não ficou não acordado a elaboração de um despacho.

(47) Com verbo *estar*

i. Convencido

- a) Adjetivo: «**Estou convencido** que a doutrina irá mudar», afirma. *par=ext211549-soc-92b-2*
- b) Particípio: Octávio Teixeira **está convencido** de que não haverá maiorias absolutas e de que o PS e o PCP podem «chegar a consenso sobre questões essenciais». *par=ext397229-pol-95b-3*
- (1) Octávio Teixeira hoje está convencido de que amanhã não haverá maiorias absolutas.
- (2) Octávio Teixeira não está não convencido de que não haverá maiorias absolutas.

ii. Acordado

- a) Adjetivo: Quando o céu **está límpido**, Ibe fica acordado, de noite, observando a lua que cruza lentamente o horizonte até desaparecer de madrugada com os primeiros raios de sol.
par=ext1016404-clt-93a-5
- b) Particípio: /

5 – *Algumas Conclusões*

Nas secções anteriores, defendemos a tipologia adotada por Gumiel-Molina & Pérez-Jiménez, visto que, como estas autoras afirmam, os predicados de indivíduo se relacionam com propriedades consideradas mais ou menos estáveis (inerentes, conforme Cunha & Ferreira, 2003) no tempo, ao contrário dos predicados de estádio, que são transitórios (ou temporários, segundo Cunha & Ferreira, 2003).

De facto, depois da análise e argumentação da tipologia de adjetivos proposta por Cunha & Ferreira, concluiu-se que, de acordo com os mesmos autores, *ser* e *estar* possuem comportamentos diferentes em relação aos adjetivos que selecionam, dado que *ser*, ao veicular a propriedade de ser inerente, comporta adjetivos qualificativos e adverbiais (modais e negativos ou conjeturais). *Estar*, por sua vez, seleciona adjetivos qualificativos e temporais/espaciais, mas não seleciona adjetivos que se aproximam aos adjetivos adverbiais, como o adjetivo *recente*. Contudo, em situações concretas, ambos os verbos são possíveis.

Observando as amostras do *corpus*, verificamos que *ficar*, embora admita a presença de alguns adjetivos relacionais, tipicamente só seleciona adjetivos qualificativos.

Passando às construções participiais e, seguindo a tipologia proposta por Duarte & Oliveira (2010), essas construções podem ser eventivas (selecionam *ser*), caso haja um agente da passiva, podendo ocorrer com qualquer tipo de classe aspetual, por exemplo, processo ou culminação. Podem, também, ser estativas de estádio, que apenas funcionam com *estar*, ou estativas de indivíduo que comportam *ser*, convertendo por vezes a forma irregular do particípio em adjetivo. Podem ainda ser construções resultativas, cujo verbo típico é *ficar*, dado que este apresenta um estado anterior ao momento e um estado resultante que pode, porventura, ser prolongado no futuro. Esta última construção (resultativa), conforme Duarte & Oliveira (2010), não funciona com qualquer tipo aspetual, mas apenas com processos culminados e culminações, em que existe um estado resultativo. Verificando as amostras, deparamo-nos com a comprovação do que é dito pelos autores Cunha & Ferreira (2003) e Duarte & Oliveira (2010).

Porém, seguindo Herculano de Carvalho (1984), verificamos que realmente, como já mencionado acima, o verbo *ficar* apresenta uma dupla função, podendo fornecer localização ou permanência, desencadeando mudança de estado, havendo, desta maneira, um estado anterior e um resultativo. Todavia, estas duas funções podem afunilar-se em uma só, causando ambiguidade a nível da funcionalidade da frase.

Com efeito, no decorrer desta investigação, averiguamos que Herculano de Carvalho (1984: 146) afirma que é possível corresponder, mas não fazer equivalência, *ficar* no pretérito perfeito do indicativo a *estar* no presente do indicativo. Contudo, verificamos que, ao serem usadas na frase locuções ou advérbios de tempo ou tempos verbais diferentes, isso não acontece.

Ser, estar e ficar podem ser verbos copulativos quando estão em predicção ou verbos auxiliares quando estão a preceder um verbo principal. No primeiro caso, o verbo em questão denomina-se copulativo e seleciona um predicativo do sujeito, que, como foi analisado, poderá, eventualmente, ser um adjetivo, visto ser a construção mais usual. Enquanto no segundo caso, *ser, estar e ficar* comportam-se como auxiliares do verbo principal, havendo, desta forma, a formação de uma construção participial. Dessa construção participial pode ser selecionado cada verbo individualmente, conforme as propriedades dos participios ou na mesma construção podem surgir os três verbos. *Ficar* não funciona em construções com a passiva e apenas admite eventos de tipo télico, isto é, culminações e processos culminados, visto que nestes há um estado anterior e um estado resultativo.

A constatação de que o verbo *ficar* no pretérito perfeito é, em alguns casos, correspondente a *ser* no presente do indicativo e que *ficar* em construções adjetivais seleciona especialmente adjetivos qualificativos e em construções com participios funciona como participio resultativo (por possuir um estado anterior e um estado resultativo) poderá levar a outras possíveis investigações, dado que este verbo apenas na língua portuguesa mantém a construção participial com significado resultativo (mudança de estado), sendo que isso não é verificável em outras línguas como, por exemplo, na língua espanhola (*quedar* – permanecer).

REFERÊNCIAS

- Brito, A. 2003. Categorias sintáticas. In Mateus, M. et al. (orgs) *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho, 323-432.

- Brocardo, M. T. 2011. *Uma proposta de estudo diacrónico de ser (<sedere esse) e estar em português*. Cadernos WGT.
- Carvalho, J. G. H. 1984. Ficar em casa/Ficar pálido: Gramaticalização e valores aspetuais. *Separata da "Coleção Linguística, 1"*, Coimbra.
- Cunha, L. F. 2013. Aspeto. In Raposo, E. *et al.* (orgs) *Gramática do Português*, Vol. I. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 585-619.
- Cunha, C.; Cintra, L. 2014. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 21a edição. Lisboa: Edições João Sá da Costa
- Cunha, L.; Ferreira, I. 2003. Tipologia de adjetivos e construções predicativas com ser e estar em Português Europeu. *Actas do XIX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: APL, 421-432.
- Duarte, I. (2003) Relações gramaticais, esquemas relacionais e ordem de palavras. In Mateus, M. *et al.* (orgs) *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho, 275-322.
- Duarte, I; Oliveira, F. 2010. Participios resultativos. *Actas do XXV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Porto: APL, 397-408.
- Ferreira, I. 2012. *Para o estudo semântico dos adjetivos adverbiais temporais e aspetuais no Português Europeu*. Dissertação de doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Gumiel-Molina, S. 2011. Sobre las diferencias entre *ser* y *estar*. El tipo de predicado y el tipo de sujeto. *Revista Electrónica de didáctica/español lengua extranjera*. Universidad de Alcalá – Instituto Cervantes, número 13.
- Gumiel-Molina, S.; Pérez-Jiménez, I. 2012. La distinción *ser/estar* y la escalaridad de los adjetivos. *Ser & estar at the interface*. Madrid: U. de Alcalá.
- Oliveira, F. 2003. Tempo e Aspeto. In Mateus, M. 2003. *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho, 127-204.

DEGREE ACHIEVEMENTS

UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE PORTUGUÊS EUROPEU E INGLÊS

Inês Ferreira¹

inescantante3195@gmail.com

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO (PORTUGAL)

RESUMO. Os *Degree Achievements* (DAs) são construções projetadas por verbos deadjetivais que apresentam a particularidade de revelarem uma ambiguidade entre leituras télicas e atélicas. Uma vez que derivam de adjetivos graduáveis, os *Degree Achievements* estão, também eles, associados a dois tipos de escala, aberta ou fechada, que herdaram dos adjetivos dos quais derivam. No presente estudo, temos como objetivo fazer uma comparação do comportamento dos DAs em Português Europeu e em Inglês, nomeadamente no que diz respeito ao parâmetro da telicidade.

PALAVRAS-CHAVE. Degree Achievements; Telicidade; Escalaridade.

ABSTRACT. Degree Achievements (DAs) are constructions projected by deadjectival verbs, and present the feature of an ambiguous reading, that goes from telic to atelic. Since they derive from gradual adjectives, the *Degree Achievements* are, themselves, associated to two types of scale – open and closed – that they inherit from the adjectives they derive from. In the present paper, our goal is to make a comparison between DAs in two different languages, European Portuguese and English, especially concerning the telicity parameter.

KEY-WORDS. Degree Achievements; Telicity; Scularity.

1 – Introdução

Os *Degree Achievements* foram já objeto de estudo por parte de diversos autores, entre os quais destacamos Abusch (1986), Dowty (1979) e, ainda, Kennedy e Levin (2008). Apesar dos diversos estudos já realizados, continuam a ser um tema pouco consensual, começando

¹ Estudante do 1.º ano do Mestrado em Linguística.

desde logo pela sua definição. Estas construções, às quais chamaremos a partir de agora, por questões práticas, DAs, são construções projetadas por verbos que derivam de adjetivos. Apresentam diversas particularidades, entre as quais destacamos a ambiguidade entre leituras télicas e atélicas e o carácter escalar destas estruturas.

O objetivo do presente estudo é a comparação entre os DAs em Português Europeu e em Inglês, nomeadamente no que diz respeito à telicidade, estando sempre presente a distinção entre DAs de escala aberta e DAs de escala fechada, para ambas as línguas. Essa distinção será explicitada na secção seguinte.

Começamos por fazer, na secção 2, uma breve introdução a alguma da literatura produzida acerca desta temática, mencionando os principais autores que serviram de base ao nosso trabalho. A secção 3 será dedicada à apresentação dos dados, incluindo a forma como foi feita a sua recolha (3.1.) e a apresentação dos dados propriamente dita, tanto para o Português (3.2.) como para o Inglês (3.3.). O final desta secção encontra-se reservado a uma breve síntese entre as semelhanças e as diferenças que existem entre estas duas línguas (3.4.). A secção 4 destina-se, fundamentalmente, à análise dos dados, em confronto com as propostas teóricas. Terminaremos com algumas considerações finais (secção 5).

2 – *Enquadramento teórico*

Existem diversos estudos, para o Inglês, acerca do comportamento dos DAs, no que diz respeito à telicidade. De facto, como já mencionámos, as principais conclusões a que autores como Abusch (1986) e Kennedy e Levin (2008) chegaram passam pela ideia de que a telicidade dos DAs é, no geral, variável.

Enquanto Abusch (1986) defende que esta variabilidade está dependente do contexto, uma vez que os DAs devem ser sempre considerados predicados vagos, Kennedy e Levin (2007) verificam que grande parte dos DAs em Inglês têm como leitura básica a télica (podendo forçar-se a leitura atélica apenas em contextos altamente marcados), como os seguintes exemplos atestam:

(1) The sky darkened in an hour. (Kennedy e Levin, 2008)

- Neste caso, a leitura básica é a télica, ou seja, a inferência que podemos retirar é a de que o céu ficou escuro (“the sky became dark”);

(2) The sky darkened in an hour, but it wasn't completely dark. (Kennedy e Levin, 2008)

- Neste caso, a leitura é atélica, favorecida pela existência de um contexto que permite as condições para esta leitura (dado por “but it wasn’t completely dark”);

Contudo, Kennedy e Levin verificam também que outros verbos, que derivam de adjetivos com escalas abertas, têm como leitura básica a atélica, como a seguinte frase demonstra:

- (3) a. The gap between the boats widened for a few minutes. (Kennedy e Levin, 2008)
b. ?/* The gap between the boats widened in a few minutes.

Os autores propõem, assim, a existência de uma função de medição associada ao significado dos verbos, que deverá avaliar em que medida uma entidade muda numa determinada propriedade ao longo de um evento. Por outras palavras, e de uma forma breve, um determinado objeto, ao participar num evento, vai evidenciar um determinado grau de mudança numa propriedade, que terá que ser sempre superior ao standard de comparação dado pela função de medição que está associada a cada DA (cf. Leal, Ferreira e Cunha, 2011).

Para o Inglês, convém, então, salientar que Kennedy e Levin (2008) defendem que a telicidade depende do significado lexical dos verbos (e, conseqüentemente, do tipo de escala a que estão associados), ou seja, escalas abertas deverão estar associadas a leituras atélicas e escalas fechadas a leituras télicas. Convém, também, manter presente que Abusch (1986) atribui a telicidade ao contexto.

Em relação ao Português, Leal, Ferreira e Cunha (2011) consideram que os DAs em Português Europeu herdam, de facto, a estrutura dos adjetivos dos quais derivam, nomeadamente no que diz respeito às escalas, mas não podemos afirmar, como no caso do Inglês, que a telicidade é também dada pelo significado lexical.

“Contrariamente ao que se passa em Inglês, a diferença entre escalas abertas e escalas fechadas não se reflecte em termos de telicidade, na medida em que não impõem uma leitura preferencial ou obrigatoriamente télica ou atélica dos predicados envolvidos.”

(Leal, Ferreira e Cunha 2011: 324)

Com efeito, no caso do Português, verifica-se a possível existência de uma visão mais próxima da de Abusch de que os DAs são ambíguos e de que a telicidade vai depender do contexto.

Antes de prosseguirmos este estudo, façamos uma apresentação rápida da tipologia aspetual de Moens (1987), adotada no nosso trabalho, pois consideramos que constitui um grande contributo para o esclarecimento da questão telicidade/atelicidade.

Este autor distingue processo e processo culminado da seguinte forma: um processo é apresentado como “an event as extended in time but not characterised by any particular conclusion or culmination”, verificando que aceita a combinação com o adverbial “for x time”, mas não com “in x time” (cf. Moens, 1987).

Por sua vez, um processo culminado é definido pelo autor como um “state of affairs that also extends in time but that does have a particular culmination associated with it at which a change of state takes place”. Aceita bem a combinação com o adverbial “in x time”, mas não com o adverbial “for x time” (cf. Moens, 1987).

O nosso principal parâmetro em estudo é a telicidade, ou seja, a propriedade de as predicções que atingem um ponto terminal intrínseco, que marca o seu fim, terem associados uma culminação e um estado consequente. Desta forma, torna-se também necessário definir estes dois conceitos. Moens define, então, a culminação como “an event which the speaker views as punctual or instantaneous, and as accompanied by a transition to a new state of the world”, sendo a definição de estado consequente relativa às consequências relacionadas de forma contingente com o evento em causa (cf. Moens, 1987).

Ainda importante para compreender esta terminologia é a noção de **núcleo aspetual**, dada pelo mesmo autor, que o define como uma estrutura composta de uma culminação, que tem associada a si um processo preparatório e um estado consequente (tradução livre de Moens e Steedman, 1988: 18). Os autores ilustram o Núcleo Aspetual de forma esquemática do seguinte modo:



FIGURA I. Núcleo Aspetual (Moens e Steedman, 1988: 18)

Com os DAs verificaremos a existência de leituras de processo ou de processo culminado, no sentido em que pode existir ou não um ponto de culminação e um estado consequente. Quer isto dizer que, enquanto, num processo, o evento é composto pela fase do processo preparatório, num processo culminado, a eventualidade vai integrar, além do

processo preparatório, um ponto de culminação e, como consequência deste, um estado resultante.

Por outro lado, consideramos essencial a chamada de atenção para o facto de os DAs derivarem de adjetivos graduáveis, que implicam um conjunto de pontos localizados ao longo de uma escala; podemos, então, agora fazer a distinção entre adjetivos de escala aberta e adjetivos de escala fechada. Nos primeiros, não existe um grau que marque o limite máximo da escala, enquanto nos segundos esse grau máximo está presente. Atentemos, a título ilustrativo, nos seguintes exemplos (Leal, Ferreira e Cunha, 2011):

(4) A estrada está cinzenta.

- Não existe um limite máximo de “cinzento” que possa ser alcançado pela estrada.

(5) A estrada está seca.

- Existe um grau máximo de “seco” que a estrada pode alcançar;
- A existência deste limite máximo é comprovada pela compatibilidade com expressões do tipo “completamente” (no sentido de “grau máximo de seca” e não no sentido de “todas as partes constitutivas da estrada foram afetadas”).

O parâmetro em questão é importante, pois, uma vez que, no caso das escalas fechadas, existe um ponto máximo considerado limite, este ponto poderia influenciar uma leitura preferencialmente télica das predicções em que ocorre.

3 – Dados

3.1. Recolha dos dados e parâmetros usados para a sua seleção

Os dados para o presente estudo foram obtidos através das obras mencionadas, nomeadamente Dowty (1979), Kennedy e Levin (2008), Leal, Ferreira e Cunha (2011), Civardi e Bertinetto (2015) e Leal e Oliveira (2015).

Tendo como objetivo principal a comparação entre o comportamento dos DAs no que à telicidade diz respeito, entre o Inglês e o Português Europeu, decidimos basear-nos nos trabalhos de Dowty (1979) e de Kennedy e Levin (2008), mais especificamente no que diz respeito à constituição de uma lista de verbos que projetam DAs. Posteriormente, seleccionámos apenas alguns para analisar, no sentido de comparar as leituras por eles evidenciadas com as que predicções com verbos em Português Europeu podem ter.

Assim, tendo recolhido, inicialmente, uma lista de todos os verbos mencionados por estes autores, com a respetiva tradução para o Português, decidimos limitar-nos a 5 verbos de cada tipo, isto é, 5 verbos de escala aberta e 5 verbos de escala fechada, contando prosseguir com esta investigação num futuro próximo. O tipo de escala associada aos verbos que projetam DAs é um parâmetro relevante, na medida em que pode – ou não, tratando-se de uma escala aberta – determinar um grau máximo, ou seja, o ponto máximo num conjunto de pontos organizados ao longo dessa mesma escala. O que pretendemos perceber é se a existência de um ponto máximo, o limite máximo da escala, influencia ou não a telicidade nas predicções constituídas a partir dos verbos considerados.

Selecionados os verbos em Inglês e a respetiva tradução, procurámos, então, encontrar exemplos adequados. Decidimos manter, para o Inglês, os exemplos originais usados pelos autores, tendo construído, para o Português, um *corpus* cujos exemplos foram retirados do CetemPúblico. Todos os exemplos seguidos de uma referência do tipo (par=ext461159-pol-94b-2) foram retirados do CetemPúblico, sendo posteriormente adaptados².

Apesar de os verbos escolhidos, em Inglês, serem baseados em Dowty (1979), Kennedy e Levin (2008), alguns dos exemplos utilizados foram retirados dos dicionários de Oxford e de Cambridge (disponíveis *online*)³.

3.2. Dados em PE

Verifiquemos o que acontece com DAs derivados de adjetivos de escala aberta, ou seja, DAs aos quais não podemos associar um ponto máximo. Atentemos nos seguintes exemplos:

(6) Durante algum tempo, a vulcanidade da zona arrefeceu. (par=ext461159-pol-94b-2)

(6') A vulcanidade da zona arrefeceu durante meio ano.

(6'') A vulcanidade da zona arrefeceu em meio ano.

(7) Ontem, o tempo aqueceu e intensificaram-se os fogos florestais. (par=ext1000073-soc-98b-3)

(7') O tempo aqueceu durante um mês e intensificaram-se os fogos florestais.

(7'') O tempo aqueceu num mês e intensificaram-se os fogos florestais.

² Acedidos em 9.05.2017

³ Acedidos em 16.05.2017

- (8) Vinte e quatro horas depois, o vento mudava na frente de batalha, e a iniciativa passava para o outro lado: o céu clareou e a aviação aliada entrou de imediato em ação. (par=ext1272105-pol-94b-2)
- (8^o) O céu clareou durante 10 minutos.
(8^o) O céu clareou em 10 minutos.
- (9) P. -- Parece que você emagreceu. (par=ext255140-des-93a-2)
- (9^o) ? Parece que você emagreceu durante 15 dias.
(9^o) Parece que você emagreceu em 15 dias.
- (10) Importantes artérias como Oxford Street, em Londres, ou a Via Condotti, em Roma, embarateceram no mesmo período. (par=ext1340373-clt-93a-1)
- (10^o) Importantes artérias como Oxford Street, em Londres, ou a Via Condotti, em Roma, embarateceram durante três anos.
(10^o) Importantes artérias como Oxford Street, em Londres, ou a Via Condotti, em Roma, embarateceram em três anos.

Como os exemplos comprovam, estes DAs são compatíveis com os adverbiais do tipo “em x tempo”, mas também com “durante x tempo”. Esta compatibilidade permite-nos chegar a leituras atéticas, nos exemplos (6^o) a (10^o), ou seja, leituras de processo, exceto no exemplo (9^o), que permite, apenas, a leitura de processo culminado, como analisaremos mais abaixo. Por outro lado, no caso dos exemplos (6^o) a (10^o), chegamos a uma leitura tética, sendo o ponto máximo determinado contextualmente, precisamente pela presença do adverbial “em x tempo”.

No entanto, parece-nos, ainda, possível, em alguns casos, a leitura de estado resultante. Olhemos novamente para o exemplo (8^o):

- (8^o) O céu clareou durante 10 minutos.
- o Numa primeira leitura, podemos inferir que o céu esteve a clarear (processo preparatório);
 - o Há, no entanto, diversos falantes que aceitam a leitura de que o céu esteve claro (estado resultante) durante um período de dez minutos, ao fim dos quais voltou a escurecer.

O exemplo (9) é um caso interessante, uma vez que a combinação com o adverbial “durante x tempo”, por si só, é um pouco difícil de aceitar. Além disso, parece estar bloqueada a leitura de estado resultante, estando acessível, apenas, a de processo preparatório:

- (9^o) Parece que você emagreceu durante 15 dias.

- A entidade denotada por “você” tinha atingido, ao fim de 15 dias, um grau de magreza maior do que no início do evento (interpretação de standard mínimo), mas, ao fim de 15 dias, essa mesma entidade não estava “magra”;
- É impossível a leitura de que a entidade denotada por “você”, durante 15 dias, esteve mais magra, sendo que, ao fim desse período, voltou ao estado de “não-magra”.

Este caso revela-se, assim, uma exceção relativamente aos restantes.

Por outro lado, analisemos os DAs derivados de adjetivos de escala fechada.

- (11) Foi um balão que se esvaziou. (par=ext489605-soc-94a-1)
(11') Foi um balão que se esvaziou durante duas horas.
(11'') Foi um balão que se esvaziou em duas horas.
- (12) O palco escureceu, os ânimos exaltaram-se e surgiram os poderosos Heavenwood. (par=ext1238364-clt-97b-2)
(12') O palco escureceu durante 2 minutos⁴.
(12'') O palco escureceu em 2 minutos
- (13) Mas o tempo melhorou e a pista secou. (par=ext1359298-des-96b-2)
(13') A pista secou durante 3 horas.
(13'') A pista secou em 3 horas.
- (14) O corpo ágil que todas as manhãs dominava a praça endureceu deitado numa esteira. (par=ext345263-pol-96b-1)
(14') O corpo endureceu deitado numa esteira durante 4 horas.
(14'') O corpo endureceu deitado numa esteira em 4 horas.
- (15) Ao contrário do que a organização chegou a temer, a sala encheu quase por completo. (par=ext226233-clt-95a-1)
(15') Ao contrário do que a organização chegou a temer, a sala encheu durante duas horas.
(15'') Ao contrário do que a organização chegou a temer, a sala encheu em duas horas.

No caso deste tipo de DAs, que derivam de adjetivos que possuem uma escala fechada, ou seja, atingem um grau máximo lexicalmente determinado, podemos ter, quando nenhum destes adverbiais coocorre, a leitura preferencial télica. De facto, em “a sala encheu”, em (15), parece-nos que a leitura imediatamente retirada é a de que a sala ficou

⁴ Parece necessário, neste momento, fazer um breve esclarecimento do que nos motivou a considerar o verbo *escurecer* como um verbo de escala fechada e, por outro lado, o verbo *clarear* como um verbo de escala aberta. De facto, parece adequado considerar a existência de um ponto máximo para a escala de *escurecer*, isto é, podemos dizer que algo *está completamente escuro*, associando a esta asserção um nível máximo de escuridão. Por outro lado, o verbo *clarear* parece mais ambíguo, no sentido em que *estar completamente claro* já não parece aceitar a consideração de um ponto máximo, dependendo, assim, de esclarecimento contextual.

completamente cheia. Contudo, ao introduzir *quase por completo*, como acontece na frase original, o contexto, dado precisamente por essa expressão, torna favorável a leitura atélica, isto é, de que a sala não ficou completamente cheia. A leitura tética parece-nos um pouco mais difícil, senão mesmo impossível. Contudo, devido à combinação com os adverbiais temporais, parecem-nos possíveis as duas leituras, tética e atélica, consoante a predicação se combine com “em x tempo” ou com “durante x tempo”, respetivamente.

No entanto, também aqui se verifica que a combinação com o adverbial “durante x tempo” parece evidenciar, além da leitura de processo preparatório, a possibilidade de uma leitura de estado resultante. Para pôr em evidência esta distinção, avaliemos o conjunto de exemplos (11’), (13’) e (14’):

(11’) Foi um balão que se esvaziou durante duas horas.

(13’) A pista secou durante 3 horas.

(14’) O corpo endureceu deitado numa esteira durante 4 horas.

- Nestes casos, a leitura que nos parece mais adequada é a de processo preparatório, ou seja, que, em (11’), durante duas horas, o balão esteve a perder ar, em (13’), que, durante três horas, a pista esteve a secar e, em (14’), que o corpo esteve a endurecer.
- É impossível a leitura de que, em (11’), o balão esteve vazio durante duas horas e, ao fim desse período, voltou a encher, acontecendo o mesmo para o caso de (13’), ou seja, a pista esteve seca durante três horas, ao fim das quais voltou a ficar molhada, e (14’), isto é, o corpo esteve duro durante 4 horas, tendo, depois, voltado a ficar mole.

Já nos casos (12’) e (15’), a situação parece ser a inversa.

(12’) O palco escureceu durante 2 minutos.

(15’) A sala encheu durante duas horas.

- Nestes casos, a leitura que imediatamente se retira é a de estado resultante; quer isto dizer que, em (12’), o palco esteve escuro durante dois minutos, ao fim dos quais voltou a ficar claro e, em (15’), a sala esteve cheia durante duas horas, ao fim das quais pode ter esvaziado.
- A leitura de que, em (12’), o palco esteve a escurecer durante dois minutos e, em (15’), a sala esteve a encher durante duas horas, não tendo, em nenhuma das situações atingido um ponto máximo, parece bastante mais difícil de aceitar.

Note-se que, nestes últimos casos, o conhecimento do mundo interfere na leitura dos exemplos, uma vez que a ocorrência dos advérbios “durante 2 minutos”, relativamente ao tempo em que o palco esteve escuro, e “durante duas horas”, relativamente ao tempo em que a sala esteve cheia, nos leva a favorecer a leitura de estado resultante. Todavia, substituindo estes advérbios por outros de menor duração, como por exemplo, “durante 5 segundos” relativamente ao tempo que o palco demora a escurecer e “durante 10 minutos” relativamente ao tempo que a sala demora a encher, seria possível, e até mais natural, selecionar a leitura de processo preparatório.

Deste modo, verificámos que, para o Português Europeu, tanto os DAs derivados de escalas abertas como os derivados de escalas fechadas permitem uma ambiguidade de leituras entre tética e atética, sendo que, no caso dos DAs de escala aberta, o grau máximo associado à leitura tética tem que ser determinado contextualmente, tal como já tinha sido constatado por Leal, Ferreira e Cunha (2011). No caso dos DAs de escala fechada, tal como acontecia nos DAs de escala aberta, a combinação com “durante x tempo” dá também origem a duas possibilidades de leitura, nomeadamente a de estado resultante e a de processo preparatório, alternância que parece estar associada ao verbo em si.

3.3. *Dados em Inglês*

Foqemo-nos, então, no nosso objetivo, que é o de fazer uma comparação com o comportamento dos mesmos DAs, anteriormente analisados em Português, agora para o Inglês. No caso do Inglês, todas as leituras foram validadas por quatro falantes nativos do Inglês Americano.

Em primeiro lugar, atentemos nos DAs associados a escalas abertas.

- (16) The soup cooled. (Kennedy & Levin, 2008)
 - (16') The soup cooled for 10 minutes.
 - (16'') The soup cooled in 10 minutes.
- (17) Your supper's just warming through in the oven. (Dicionário de Cambridge Online)
 - (17') Your supper warmed in the oven for 15 minutes.
 - (17'') Your supper warmed in the oven in 15 minutes.
- (18) After the thunderstorm, the sky cleared. (Dicionário de Cambridge Online)
 - (18') The sky cleared for 2 hours.
 - (18'') The sky cleared in 2 hours.

- (19) He's really slimmed down over the last few months. (Dicionário de Cambridge Online)
(19') He really slimmed down for 15 days.
(19'') He really slimmed down in 15 days.
- (20) This has had the effect of cheapening UK exports. (Dicionário de Cambridge Online)
(20') This cheapened UK exports for a year.
(20'') This cheapened UK exports in a year.

Ao analisar os exemplos, verificamos que, tal como acontece no Português, também em Inglês os DAs podem apresentar ambas as leituras, tética e atélica. No caso dos DAs de escala aberta, estes podem combinar-se, sem originar problemas de gramaticalidade, tanto com o adverbial “for x time” como com “in x time”. De facto, se analisarmos o exemplo (18), fá-lo-emos mais adiante a título ilustrativo, verificamos que a diferença de leituras reside na combinação com o adverbial.

Na realidade, com construções derivadas a partir de adjetivos de escala aberta, os falantes nativos do Inglês americano com quem contactámos assumiram, em todos os casos, a leitura tética no que diz respeito à combinação dos verbos com o adverbial “in x time”. Por sua vez, a combinação com o adverbial “for x time”, tal como se verificou para o Português, apresentou mais variabilidade.

Os nossos informantes aceitaram, para este adverbial, a leitura de processo preparatório como a mais natural, embora, no caso dos exemplos (18) e (20), assumissem como mais natural a leitura de estado resultante.

De facto, no caso de (18''), o adverbial “in 2 hours” faz-nos obter a leitura tética, ou seja, a de que o céu demorou duas horas a clarear, e que, ao fim dessas duas horas, ficou claro⁵.

- Já no caso da combinação com “for 2 hours”, podemos retirar duas leituras de (18'):
- Durante duas horas, o céu esteve a clarear (processo preparatório), mas não ficou completamente claro, como a frase (18'a) comprova:

(18'a) The sky cleared for 2 hours, but it didn't become clear.

⁵ Repare-se que, neste caso, a leitura tética é determinada contextualmente pela presença do adverbial, e uma interpretação do tipo “O céu ficou completamente claro”, que poderia evidenciar uma compatibilidade do verbo *clarear* com *completamente*, dando-lhe assim o estatuto de verbo de escala fechada, parece-nos desadequada, no sentido em que não existe um grau máximo para *clarear*. Note-se que a frase anterior pode querer dizer que o céu ficou sem nuvens, mas também que o sol iluminou o céu, trazendo a claridade do dia, ou ainda que o céu estava escuro e ficou claro. Assim, um eventual ponto máximo para este verbo teria de ser esclarecido.

- Durante duas horas, o céu esteve claro (estado resultante) e, ao fim desse período de tempo, voltou a escurecer.

Por outro lado, a interpretação de (19) não foi consensual. Vejamos novamente o exemplo.

(19) He really slimmed down for 15 days.

- A leitura de processo preparatório seria a de que, durante 15 dias, a entidade denominada por “he” esteve a perder peso, sendo, aliás, uma leitura semelhante à que temos para o Português Europeu;
- Por outro lado, um dos falantes conseguia aceitar facilmente a leitura em que, durante 15 dias, a entidade perdeu peso, isto é, ficou “magra”, mas, ao fim desse período, voltou a engordar.

Como vemos, o Inglês apresenta uma leitura relativamente diferente do PE, no que respeita aos DAs de escala aberta, não se obtendo leituras paralelas em todos os exemplos de ambas as línguas. Com efeito, para o Português, a maioria dos verbos tinha uma leitura ambígua entre tética e atélica, quando em combinação com o adverbial “durante x tempo”, à exceção de *emagrecer*. Todavia, para o Inglês, em combinação com o adverbial “for x time”, apenas três dos verbos analisados apresentam essa ambiguidade de leituras, nomeadamente *to clear*, *to slim down* e *to cheapen*, enquanto *to cool* e *to warm* apresentam apenas a possibilidade de leitura atélica, isto é, de processo preparatório, à semelhança do que acontecia com *emagrecer*, no caso do Português.

Quanto aos DAs associados a escalas fechadas, vejamos os seguintes exemplos:

- (21) The sink emptied. (Kennedy & Levin, 2008)
(21') The sink emptied for a few minutes.
(21'') The sink emptied in a few minutes.
- (22) The sky darkened. (Kennedy & Levin, 2008)
(22') The sky darkened for 20 minutes.
(22'') The sky darkened in 20 minutes.
- (23) The shirt dried. (Kennedy & Levin, 2008)
(23') The shirt dried for 15 minutes.
(23'') The shirt dried in 15 minutes.
- (24) As the crystals forms connections, the concrete stiffens, hardens, and gains strength. (Dicionário de Oxford Online)
(24') The concrete stiffened for 45 minutes.
(24'') The concrete stiffened in 45 minutes.

(25) The dining car filled up. (Dicionário de Oxford Online)

(25') The dining car filled up for 1 hour.

(25'') The dining car filled up in 1 hour.

No caso de um DA associado a escala fechada, como o exemplo de (24), temos também esta ambiguidade na leitura. Por exemplo, em (24''), a combinação de “stiffen” com “in 45 minutes” origina uma leitura télica, ou seja, a interpretação que damos à frase é a de que o cimento esteve a endurecer durante 45 minutos e, ao fim desse período, estava duro, ou seja, completamente sólido.

Relativamente à combinação com o adverbial “for x time”, os mesmos informantes do Inglês aceitaram, também, como leitura mais natural, a de processo preparatório, exceto no caso do exemplo (25), em que a única leitura que aceitaram foi a de estado resultante, ou seja,

(25') The dining car filled up for 1 hour.

- A carruagem onde se localiza o bar esteve cheia durante um período de tempo correspondente a uma hora.

Assim, voltando ao caso de (24'), a combinação com o adverbial “for 45 minutes”, em (24'), origina, para estes informantes, uma leitura atélica, ou seja, de processo preparatório, em que o cimento esteve a endurecer durante um período de tempo de 45 minutos, mas não ficou completamente duro. A seguinte frase comprova esta leitura:

(24'a) The concrete stiffened for 45 minutes, but it didn't become sitffen.

Por fim, existe ainda uma outra exceção, nomeadamente o exemplo (22''), em que diferentes informantes aceitavam diferentes leituras. Assim, analisemos o exemplo em causa:

(22'') The sky darkened for 20 minutes.

- Alguns informantes referiram a leitura de que o céu esteve a escurecer durante um período de tempo de 20 minutos (processo preparatório);
- Outros falantes referiram a leitura de que o céu apenas esteve escuro durante aquele período de tempo, ao fim do qual voltou a clarear (estado resultante).

Assim, os DAs em Inglês parecem apresentar semelhanças e diferenças em relação ao Português Europeu, nomeadamente no que diz respeito às leituras que derivam da combinação dos DAs de cada tipo com os adverbiais “in x time” e “for x time”. Estas semelhanças e diferenças estão sintetizadas na tabela da secção seguinte.

3.4. *Semelhanças e diferenças entre PE e Inglês nestas construções*

	Português Europeu			Inglês				
	<i>Ausência de Adverbiais Temporais</i>	<i>Durante x tempo</i>	<i>Em x tempo</i>	<i>Ausência de Adverbiais Temporais</i>	<i>For x time</i>	<i>In x time</i>		
DA escala aberta	Leitura Atélica	Possibilidade de leitura télica ou atélica	Arrefecer	Télica	Leitura Télica	Leitura télica e atélica	Clear	Télica
			Aquecer				Cheapen	
			Clarear				Slim down	
			Embaratecer			Só leitura atélica	Cool	
		Emagrecer	Warm					
DA escala fechada	Leitura Télica	Só leitura atélica	Esvaziar	Télica	Leitura Télica	Leitura télica e atélica	Darken	Télica
			Secar				Empty	
			Endurecer				Só leitura atélica	
		Encher	Stiffen					
		Escurecer	Só leitura atélica			Fill		

QUADRO A. Comportamento dos DAs em PE e em Inglês

	<i>Português Europeu</i>	<i>Medição de</i>	<i>Inglês</i>	<i>Medição de</i>
	Arrefecer	Processo Preparatório	Cool	Processo Preparatório
		Estado Consequente		
	Aquecer	Processo Preparatório	Warm	Processo Preparatório
		Estado Consequente		

<i>DA Escala Aberta</i>	Clarear	Processo Preparatório	Clear	Processo Preparatório
		Estado Consequente		Estado Consequente
	Emagrecer	Processo Preparatório	Slim down	Processo Preparatório
				Estado Consequente
	Embaratecer	Processo Preparatório	Cheapen	Estado Consequente
		Estado Consequente		

<i>DA Escala Fechada</i>	Esvaziar	Processo Preparatório	Empty	Processo Preparatório
	Secar	Processo Preparatório	Dry	Processo Preparatório
	Endurecer	Processo Preparatório	Stiffen	Processo Preparatório
	Escurecer	Estado Consequente	Darken	Processo Preparatório
				Estado Consequente
	Encher	Estado Consequente	Fill	Estado Consequente

QUADRO B. Comportamento dos DAs em combinação com adverbiais do tipo “Durante x tempo”/”For x Time

4 – Para uma descrição dos DAs em PE e em Inglês

A análise dos dados permitiu-nos chegar a alguns resultados. De facto, o principal objetivo do estudo em causa prendia-se com a comparação dos DAs em Inglês e em Português, no que à telicidade diz respeito.

Em traços gerais, podemos afirmar que os DAs derivados de adjetivos com escalas fechadas têm um grau máximo, determinado lexicalmente e, por esse motivo, deveriam ter leituras sempre, ou quase sempre, télicas, à exceção de contextos altamente marcados.

Verifiquemos, no seguinte exemplo, a existência de um grau máximo, quer determinado pelo significado lexical dos verbos deadjetivais, quer pelo contexto. Retomemos o exemplo (10).

(10) A pista secou.

- a. Grau máximo determinado lexicalmente: A pista está totalmente seca.
- b. Grau máximo determinado contextualmente: A pista está seca, mas não totalmente.

No entanto, para obter leituras atélicas, basta combinar a predicação com o adverbial “durante x tempo”. Significa isto que, da leitura de processo culminado, obtida por padrão, conseguimos passar a uma leitura de processo, retirando-lhe a culminação, sem que daí surja uma construção, de certa forma, estranha – no sentido de aceitação difícil pelos falantes nativos do Português/Inglês – ou incompleta.

Do mesmo modo, também os DAs associados a escalas abertas, cuja leitura básica deveria ser atélica, uma vez que não existe um ponto máximo determinado numa escala, podem ter uma leitura télica – basta, para isso, que se combine a predicação com o adverbial “em x tempo”, alcançando-se, assim, um ponto máximo, que é determinado contextualmente.

Como foi possível perceber, e ao contrário do que seria previsível, o Inglês e o Português Europeu comportam-se de forma muito semelhante, relativamente a este parâmetro. Quer isto dizer que a combinação com os adverbiais “em x tempo” e “durante x tempo”, levada a cabo na manipulação dos exemplos, dita a telicidade/atelicidade dos DAs, independentemente da escala que lhes está associada. A complexidade da combinação com este último adverbial deriva do facto de este poder marcar dois tipos de situação distintos:

1. O processo preparatório do evento;
2. O estado consequente do evento.

Sintetizando, de forma breve, percebemos que, tanto no caso do PE, como no caso do Inglês, a combinação com o adverbial “em x tempo” torna a construção télica. No entanto, a combinação com “durante x tempo” é mais complexa, não só por criar ambiguidade de leituras em cada língua, mas também por deixar transparecer diferenças entre ambas as línguas.

Assim, os DAs derivados de adjetivos de escala aberta podem apresentar uma ambiguidade de leituras entre télica e atélica, quando combinados com o adverbial “durante x tempo”. Esta ambiguidade difere com a escolha da interpretação. Note-se que, à partida, os estados resultantes, sendo estativos, são, em si mesmos, de natureza atélica. Contudo,

podem ter leituras télicas contextuais, estando a telicidade associada à construção que lhes dá origem. Assim, quando a escolha para a interpretação recai na leitura de estado resultante do evento, é o adverbial “durante x tempo” que origina leituras télicas. Como exceções, podemos apontar, no caso do PE, o verbo “*emagrecer*” e, no caso do Inglês, os verbos “*cool*” e “*warm*”, que só podem ter leituras atélicas, ou seja, de processos.

Por outro lado, os DAs de escala fechada também apresentam, em ambas as línguas, uma ambiguidade de leituras entre télica e atélica, quando combinados com os adverbiais “em x tempo” e “durante x tempo”, respetivamente. Adicionalmente, existe, dentro de cada uma das línguas, uma certa variabilidade interna, que permite a existência de leituras que, à partida, não seriam de esperar, dependendo dos exemplos. Para ilustrar esse fenómeno, tomemos como exemplo o PE, em que a maioria dos verbos, em combinação com “durante x tempo”, apresenta uma leitura apenas atélica (verbos “*esvaçar*”, “*endurecer*” e “*secar*”); contudo, os verbos “*encher*” e “*escurecer*” apresentam-se como uma exceção, na medida em que admitem uma possibilidade de leitura télica contextual, isto é, assume-se que atingem um ponto máximo, a par com uma interpretação atélica.

Por sua vez, o Inglês comporta-se de forma diferente, no caso da combinação com o adverbial “durante x tempo”, uma vez que os verbos “*empty*” e “*dry*” apresentam leitura atélica, “*darken*” e “*stiffen*” apresentam a possibilidade das duas leituras e, por fim, “*fill*” apresenta, apenas, leitura télica, algo que não se verificava para o Português.

Estes resultados contrariam a literatura consultada, no sentido em que, para o Inglês, Kennedy e Levin (2008) relacionam a telicidade com o significado lexical dos verbos e, desse modo, DAs de escala aberta deveriam receber uma leitura atélica e DAs de escala fechada deveriam ter uma leitura télica. No entanto, o que verificamos neste estudo – e devemos ter em conta que se trata de uma amostra pequena de exemplos e falantes – é que tanto os DAs de escala aberta, como os de escala fechada, podem apresentar as duas leituras. Por outro lado, também para o Inglês, Abusch (1986) afirma que a telicidade depende do contexto, o que acabamos por confirmar com o estudo efetuado.

Já para o caso do Português, os estudos selecionados para suportar teoricamente o trabalho realizado mostram que a telicidade não depende diretamente do significado lexical, confirmando a visão de que os predicados poderiam ter uma leitura variável entre télica e atélica. Os dados do nosso estudo confirmam essa mesma literatura, uma vez que tanto os

DAs de escala aberta como os de escala fechada apresentam leituras ambíguas, nomeadamente de processo e de processo culminado (com conseqüente estado resultante).

Ao contrário do que seria de esperar, as similaridades entre os DAs do Português Europeu e os DAs do Inglês são significativas, apresentando comportamentos muito semelhantes relativamente ao parâmetro da telicidade (cf. secção 3.4.). Parece-nos, então, adequada a proposta de Abusch (1986), no que diz respeito à marcação contextual de telicidade.

5 – Considerações finais

Podemos, assim, assumir que a propriedade de telicidade não se encontra propriamente nos DAs, ou seja, no significado lexical dos verbos deadjetivais. Isto é facilmente comprovado pelo facto de os DAs de escala aberta, quando combinados com adverbiais que integram uma culminação no Núcleo Aspetual, terem uma leitura télica, ao contrário do que seria de esperar. Por outro lado, os DAs associados a escalas fechadas, quando combinados com adverbiais que retiram a culminação do Núcleo Aspetual, têm leitura atélica, de processo, sem que daí derivem frases agramaticais.

Sendo assim, parece-nos que a noção de telicidade associada aos DAs nos exemplos analisados está essencialmente relacionada com os adverbiais do tipo “em x tempo” e “durante x tempo”, pois são eles que determinam, em última instância, se a predicação vai ser télica ou atélica, ou seja, se vamos fazer uma leitura de processo culminado ou apenas de processo.

Agradecimentos

Deixo o meu mais profundo agradecimento ao Professor Doutor António Leal, pelo seu contributo imprescindível, bem como pela sua constante consideração, simpatia e apoio. Sem a sua orientação, o presente trabalho não poderia ter sido realizado.

REFERÊNCIAS

- Civardi, E.; Bertinetto, P. M. 2015. The semantics of degree verbs and the telicity issue. *Borealis: An International Journal of Hispanic Linguistics*, 4(1), pp. 55-77. [Consultado em 22.05.2017]. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.7557/1.4.1.3398>
- Cunha, L. F. 1998. *As construções com Progressivo no Português: Uma abordagem semântica*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Dowty, D. 1979. *Word Meaning and Montague Grammar. The Semantics of Verbs and Times in Generative Semantics and in Montague's PTQ*. Dordrecht: Reidel.
- Hay, J.; Kennedy, C.; Levin, B. 1999. Scalar Structure Underlies Telicity in "Degree Achievements". In: T. Mathews; D. Strolovitch (Eds.). *SALT IX*. Ithaca: CLC Publications, 127-144.
- Kennedy, C.; Levin, B. 2007. Measure of Change: The Adjectival Core of Degree Achievements. In: L. McNally; C. Kennedy (Eds.). *Adjectives and Adverbs: Syntax, Semantics and Discourse*. Oxford: Oxford University Press, 156-182.
- Leal, A.; Ferreira, I.; Cunha, L. F. 2011. Algumas reflexões sobre esclaridade e *degree achievements* em Português europeu. *Textos Seleccionados do XXVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: APL, 316-324.
- Leal, A.; Oliveira, F. 2015. Verbos de movimento, preposições direcionais e escalas. *Textos Seleccionados do XXX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Braga: APL, 353-366.
- Moens, M. 1987. *Tense, Aspect and Temporal Reference*. Dissertação de Doutoramento, Universidade de Edimburgo.
- Moens, M.; Steedman, M. 1988. Temporal ontology and temporal reference. *Computational Linguistics*. 14(2): 15-28.